

Informe econômico

ISSN 1517-6258

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 14, n. 29 abr. 2013

editorial

Um bom texto cativa seu leitor pelo conteúdo e sua forma de apresentação. Essa relação, quando prazerosa, é que motiva para o querer mais - mais ideias e mais leituras; do mesmo autor e de tantos outros que se ampliam, quase incontrolavelmente, as possibilidades de novas descobertas. Assim parece ser o percurso daqueles que se mobilizam para as aprendizagens na universidade. E é por isso que o Informe Econômico se mantém fiel ao seu mais precioso leitor, os discentes da graduação. Estes fazem circular as edições, comentam as publicações e as utilizam como referências em debates em sala de aula e fontes de pesquisa para trabalhos acadêmicos e monografias de conclusão de cursos. Para eles, o Informe reservará, sempre, páginas para publicarem os seus pensamentos. Com o mesmo respeito, o Informe estará disponível às contribuições de docentes, independentemente de titulações, que atuam apenas na graduação.

Contudo, o conhecimento científico exige avanços. Neste particular, cresce o número de leitores nas pós-graduações; muitos dos quais foram nossos colaboradores quando graduandos. A circulação em mestrados e doutorados trouxe para o Informe uma maior presença de pesquisadores de diferentes Programas, discentes e docentes. Atender às necessidades desse público exigiu adequações na publicação, inicialmente, na forma de apresentação dos artigos. As mudanças continuam, agora, como o leitor mais atento pode perceber, no *layout* da capa, que deixou o Informe mais leve, mas que continua denso na qualidade e pluralidade das ideias.

Queremos fazer do Informe, cada vez mais, uma produção científica, mas sem os exageros das amarras produtivistas que regem o mundo da academia. O nosso compromisso é, antes de tudo, com a ética do cuidado com nossos colaboradores, escritores e leitores, que se manifesta no valor dos textos, na crítica à complexa realidade e no profícuo diálogo com o conjunto da sociedade. É a sociedade (e para ela) que justifica a existência e a pertinência do Informe Econômico. Neste particular, ampliamos a distribuição para os mais diferentes setores sociais no Brasil.

Boa leitura!

Prof. Solimar Oliveira Lima
Editor-chefe

2 A Guerra civil brasileira: conservadorismo ou miséria na explicação desse processo

Samuel Costa Filho

13 Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social

Izabel Herica Gomes M. Cronemberger e Solange Maria Teixeira

23 Reflexões sobre educação para a diversidade: problematizando a construção da cidadania na Academia

Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa e Lúcia Cristina dos Santos Rosa

31 Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no desenvolvimento brasileiro: entre o mercado e os excluídos

José Tavares da Silva Neto e Guiomar de Oliveira Passos

35 Reciclagem de pneus

Danielle Maria dos Reis Galdino e Maria do Socorro Lira Monteiro

41 A lógica é culturalmente relativa? Algumas considerações sobre os argumentos de David Bloor e Tim Triplett sobre os Azande

Diana Patrícia Ferreira de Santana

44 Stakeholders e responsabilidade social corporativa sob a perspectiva da teoria da ecologia organizacional

Roberta da Rocha Rosa Martins, Fernando Gimenez, Luci Michelon Lohmann e Jorge Gaio

50 Juventude, cultura e linguagens na década de 1960

Teresinha Queiroz

55 Escravidão e violência: debates e tendências na historiografia piauiense

Débora Laianny Cardoso Soares e Solimar Oliveira Lima

62 Resenha: Sociedade civil internacional, organizações internacionais e Gramsci

Rodrigo Duarte Fernandes

A GUERRA CIVIL BRASILEIRA: conservadorismo ou miséria na explicação desse processo

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o presente artigo, a partir das ideias de Hirschman com respeito às paixões humanas malignas e ao controle dessas pelos interesses econômicos, trata dos motivos dos níveis elevados de criminalidade existente na sociedade brasileira, que chegamos a revelar a existência de uma verdadeira guerra civil não declarada. A dominância do capitalismo financeiro não somente despertou paixões ainda mais malignas, como egoísmo, consumismo, etc., mas passou a estimulá-las e glorificá-las como atitudes bem-vindas. Na sociedade brasileira, o processo de transformação de sua herança rural para um capitalismo moderno de massa foi eliminando os elementos que seguravam a revolta e que mantinham conformados a grande quantidade de miseráveis e pobres. A partir da crise dos anos 1980 e, posteriormente, com as políticas neoliberais de dominância financeira, essas paixões malignas também passaram a predominar na sociedade brasileira. O neoliberalismo debilitou ainda mais o Estado, que se revelou despreparado para enfrentar esse combate.

Palavras-chave: Questão social. Sociedade brasileira. Capitalismo. Ideologia. Guerra Civil.

1 Introdução

A sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo contemporâneo. Embora nas duas últimas décadas tenha ocorrido um processo de melhoria na questão da distribuição de renda entre o trabalho e avanços nos indicadores sociais, os privilegiados, a classe alta, cresceu 54% entre 2003 e maio de 2011. No *ranking* de 1.210 bilionários da badalada Revista *Forbes*, os brasileiros só perdem em número para os multimilionários dos Estados Unidos da América, China, Rússia, Índia, Alemanha e Inglaterra, ocupando a sétima posição (MARTINS; VIEIRA, 2011). Em uma nação acostumada com as desigualdades, o número de ricos é crescente: em 2010, segundo a mesma revista *Forbes*, o País ganhou aproximadamente 23 novos milionários por dia e o número de pessoas com US\$ 1 milhão de dólares alcançou mais de 155 mil pessoas. O Brasil, com renda *per capita* de apenas US\$ 10,9 mil - 50% inferior à da Argentina (que é de US\$ 15,9 mil) -, ao ter tantos bilionários e milionários, revela uma característica de maior perversidade do capitalismo nativo em relação aos outros países capitalistas.

O processo de formação da sociedade brasileira deixou marcas profundas, e sua maior característica é a construção de uma sociedade marcada por elevadas desigualdades econômicas e sociais. Apesar dos avanços recentes, a desigualdade permanece; nas últimas décadas

também cresceu o problema da violência urbana e o sentimento de insegurança; é constante um sentimento de ameaça e intranquilidade no cotidiano das pessoas que vivem tanto nas grandes metrópoles como nas cidades do interior, revelando um processo de interiorização da violência - o número de crimes e assaltos é tal que supera grandes conflitos e guerras entre nações: em 2009, o *Human Rights Watch* divulgou relatório afirmando que aproximadamente 50 mil homicídios ocorrem a cada ano no Brasil (REPÓRTER BRASIL, 2009, n.p.).

Nessa realidade, existem duas principais correntes que explicam o motivo desta guerra civil brasileira. O lado conservador, que critica a falta de segurança e o crescimento da marginalidade, assenta-se no discurso de falta e incompetência da polícia e da segurança pública, de leniência do judiciário e de omissão do Estado. Por outro lado, as instituições e as pessoas que estudam a questão social brasileira, preocupadas com o grave quadro econômico-social, apresentam esta situação como uma fábrica de injustiças e de marginais, propondo e reivindicando melhorias e políticas sociais como forma de resolver o problema.

O objetivo deste artigo, portanto, é analisar os motivos desse elevado índice de criminalidade e insegurança presente na sociedade brasileira, a partir da tese de Alberto Hirschman (2002) sobre o

comportamento humano em uma ordem social que tenta pôr freios nas paixões humanas malignas, ao estimular o lado da razão e dos interesses do indivíduo no processo de formação de uma sociedade coletiva. Para este fim, na seção seguinte são apresentados os fundamentos ideológicos do capitalismo que procuram justificar o sistema e pôr freios nas paixões malignas humanas - da gênese da lógica do espírito do capitalismo em Max Weber (1989), até a ideologia do período de dominância do capital financeiro; em continuação, aborda-se o processo de formação da sociedade brasileira e suas peculiaridades, para tratar da questão dos altos índices de criminalidade no País e, no final, apresentar algumas conclusões preliminares.

2 Os fundamentos ideológicos do capitalismo: da sua gênese ao capital financeiro

No período feudal, predominava a condenação das atividades econômicas baseadas em atitudes que eram consideradas paixões humanas condenáveis e malignas (usura, comércio, amor ao ganho e avareza). Todavia, o processo de evolução histórica da humanidade levou ao desenvolvimento e vitória da sociedade capitalista, que, inicialmente, difundiu a ideologia baseada na ética protestante do trabalho duro, da frugalidade e da legitimação do ganho financeiro e do lucro, disseminando assim a aceitação do comércio e até a atividade da usura.

Albert O. Hirschman (2002), ao estudar o capitalismo nascente, apresentou a interessante tese em defesa do sistema capitalista, baseado na arguta percepção da crença de que este sistema desperta no homem algumas tendências benignas que se contrapõem a algumas malignas, levando à vitória do interesse próprio (do lucro), subjugando as paixões humanas nocivas, malignas e violentas, que são próprias dos indivíduos e que os levam a ter tais atitudes e a serem maus. Essa oposição entre interesses (econômicos) e paixões (humanas) passou a conferir ao interesse e ao enriquecimento uma conotação positiva e criou limites pondo freios nas paixões humanas malignas. Gestou-se um novo paradigma reducionista do interesse próprio que colocou o interesse da vantagem material, do ganho, da aceitação da acumulação e do comércio como comportamento socialmente útil, aceitável e dominante dentro dessa nova ordem social. As atividades econômicas da usura, do comércio, que foram amaldiçoadas e reprovadas durante séculos,

passaram a ser tidas como importantes e valorizadas pelas elites, contribuindo melhor para o abrandamento das paixões malignas e para o controle sobre a atuação dos governos despóticos. Devido à incapacidade de a religião coibir as paixões humanas em uma sociedade capitalista, a razão passou a ser o melhor controlador dos indivíduos e dos governos, servindo não somente para explicar a origem do sistema capitalista, mas para a sua reprodução como ordem social.

Conforme Hirschman (2002), essa atitude positiva em relação à atividade econômica foi amparada, ao longo do tempo, por diferentes correntes ideológicas que passaram a mostrar como determinadas paixões humanas inofensivas predominantes no capitalismo fizeram despertar algumas tendências benignas, em detrimento de muitas outras malignas.

No processo de gênese, expansão e desenvolvimento do capitalismo, ocorreu uma evolução histórica que apresentou uma fase concorrencial; em seguida, outra de predominância estatal-oligopolizada e, hodiernamente, ocorre o domínio do capital financeiro. Na sociedade capitalista, ao longo desse processo de mudança, foram surgindo e sendo adaptados novos fundamentos necessários para justificar e legitimar essa formação social, como também para manter a adesão ativa e o sacrifício das classes menos beneficiadas por esse sistema. As construções dessas ideologias procuraram identificar e enaltecer os elementos responsáveis pelo sucesso do capitalismo em cada fase histórica, disseminando uma atitude individual e social positiva em relação a esse momento vivido pela realidade econômica e social, e servindo como base ideológica para legitimar as novas relações interpessoais burguesas.

Os intelectuais da ortodoxia se encarregaram de desenvolver as diferentes formas de legitimar essa sociedade, com a apresentação das razões que permitiram inicialmente a autonomia individual, aliada à ideia de formação de uma sociedade solidária e de um convívio social saudável, sujeita à regulação pelo Estado. Essa justificativa apareceu sempre de uma forma diferente, segundo o momento histórico, econômico e social da realidade capitalista. A ideia disseminada era a de que essa sociedade proporcionaria vantagens coletivas, contribuindo para todos e para o bem comum, de modo que os interesses econômicos

serviriam de elemento para conter as paixões malignas de uma forma mais vantajosa do que as usadas pela religião, no adequado funcionamento da sociedade capitalista. Os séculos XIV ao XVIII representam o período complexo de transição ideológica da gênese do capitalismo comercial e posterior supremacia do capitalismo industrial. Ao longo desse período, ocorreu a formação do pensamento que justificava o **espírito do capitalismo**, levando ao declínio da **ética da aristocracia** e das ideias das relações socioeconômicas feudais. O declínio e a transformação da moral e da ideologia feudal conduziram a um novo código de conduta moral que correspondia à realidade do nascimento do capitalismo, do interesse e da necessidade da classe burguesa em ascensão - com a queda dos preceitos morais e religiosos do catolicismo, então inúteis e irreais para aquele momento histórico de supremacia do capitalismo.

Os fundamentos do comportamento do sistema capitalista baseado em diferentes análises motivacionais têm em Max Weber (1989) o início da tradição que impôs a noção de uma ideologia de **espírito do capitalismo**, em que aparecem as razões e os interesses individuais e crenças associadas à ordem capitalista como justificativas que sustentam, legitimam os modos de ação capitalista, do trabalho, e que também passaram a legitimar a propriedade, o patrimônio e a reprodução dessa ordem social. Weber (1989) assentou sua análise na moral burguesa (as virtudes da prudência, da frugalidade, da moderação, da família, do trabalho) e nos preceitos do puritanismo protestante calvinista. Essas atitudes e os motivos éticos protestantes inspiravam os burgueses em sua atitude prática de acumulação de capital, dando margem a uma nova relação moral entre os homens e o trabalho - não necessitando mais a sociedade do *ethos* da religião católica ou de um controle da vida social pela ordem religiosa - que passou a ser justificada pela vocação do trabalho: o homem deve cumprir o seu dever, originando poderosa razão moral para justificar o capitalismo.

Essa ideologia perdurou por muito tempo, mas necessitou ser atualizada e adaptada devido ao desenvolvimento econômico e social da sociedade capitalista. Durante a segunda metade do século XX, o capitalismo passou a ser dominado por uma nova dinâmica e por novas atitudes por parte da burguesia, agora hegemônica, não necessitando

mais viver do trabalho. Embora com mudanças, a nova explicação do espírito do capitalismo manteve a visão de uma sociedade justa, de proteção dos interesses coletivos, do bem comum, da nação, do Estado, continuando a apresentar a acumulação de capital como finalidade em si mesma. Esta ideologia atende ainda às necessidades das pessoas comprometidas no processo de acumulação, em especial das classes médias, formadas por trabalhadores que foram educados, formados e treinados para organizar as práticas econômicas desvinculadas de qualquer significado da esfera moral.

A ideologia do capitalismo como conjunto de representações mentais que legitima a nova realidade industrial, no período pós-crise dos anos 1930, seguiu na linha da glorificação e dos elogios à profissão e à competência adquirida pelo capital humano em seu esforço próprio, pela via da educação, especializando-se e aprimorando-se para a condução dos negócios, agora realizados pela descentralização, pela meritocracia e pela administração por objetivos. Essa nova justificativa do capitalismo sinalizou os executivos como os novos heróis da economia, devido à separação entre a propriedade e a gestão das grandes empresas. Assim, o nascimento da gestão empresarial e de seu corpo de executivos, administradores e diretores assalariados que gerenciavam as grandes empresas deu origem a um novo espírito do capitalismo. Alinha seguida estava preocupada com a mobilização, motivação do pessoal, e para dar sentido ao trabalho do executivo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao constatar o processo de mudança, as conquistas sociais e a evolução do sistema capitalista, o sociólogo inglês Thomas H. Marshall apresentou uma tese que ressalta o processo de crescimento dos direitos de cidadania. Nessa linha, mostrou a evolução do crescimento da cidadania, tendo o século XVIII representado o período das vitórias e das conquistas da cidadania civil (liberdade da palavra, religião, pensamento etc.). O século XIX testemunhou as conquistas dos direitos de cidadania política (direito ao voto e extensão a um grupo cada vez maior), para, finalmente, o século XX marcar a vitória dos direitos da cidadania social e econômica na vida dos indivíduos. Os cidadãos têm agora reconhecidos os direitos de ter atendidas as condições mínimas de educação, saúde, segurança, bem-estar econômico, e não mais como assistência social (HIRSCHMAN, 1992).

Uma grande reestruturação econômica e social iniciada nas últimas três décadas do século XX apresenta sua supremacia a partir dos anos 1990, pondo em prática novas tecnológicas rumo à flexibilidade, o que obrigou a uma adaptação na explicação do espírito do capitalismo. Essa terceira ideologia procurou dar conta do novo modelo de capitalismo globalizado, assentado na competição, na eficiência, na concorrência e nas exigências do mercado financeiro. Um processo de manipulação de símbolos amplo e vago, como metáforas da rede, sociedade global, aldeia global, surgiu para respaldar o sistema e sua nova proposta de gestão, não somente da sociedade, mas também da dinâmica das empresas, essencialmente centradas na gestão da competência e da eficiência.

Nessa nova realidade tudo é possível, devido à criatividade, à flexibilidade, à capacidade de iniciativa do trabalhador e à proposta de desenvolvimento pessoal. O novo sistema passou a sinalizar a tendência de valorização das pessoas abertas e flexíveis, que conseguiam sempre se adaptar às novas circunstâncias. Todavia, esta etapa disseminou muitos elementos transgressores das posições éticas e morais defendidas pela antiga moral burguesa weberiana (prudência, parcimônia e frugalidade), assentada na exaltação do exibicionismo, do consumismo, da realização dos desejos e das aspirações egoístas pessoais e das muitas que são criadas pelo *marketing* e pelo mercado. Assim, no capitalismo financeiro global ocorreu o estímulo a diversas paixões ainda mais condenáveis e malignas que as anteriormente reprimidas, como a ganância, a avareza, o consumismo, o egoísmo, o cinismo, a corrupção. A lógica da competição e da eficiência tem provocado uma guerra sem fronteiras de todos contra todos, estimulando o crescimento dos conflitos sociais e da insegurança de indivíduos, estados e nações, num processo de salve-se-quem-puder, numa volta ao canibalismo, em um processo incessante de batalha, jogando as pessoas contra as outras, de modo que a violência estrutural passa a ser uma situação característica desse novo tempo (SANTOS, 2000).

O consumo aparece como forma de socialização típica desta época, levando à inércia na defesa dos interesses individuais e sociais. Não é sem razão que, no reino do capitalismo financeiro globalizado, na sociedade americana (que preza o individualismo pela competição, supervaloriza o consumo, estimula a ganância, aprova o uso e a

posse de armas), nas últimas décadas, tem-se presenciado e se tornado cada vez mais comuns os massacres em escolas, universidades, no local de trabalho, com muitas mortes de inocentes.

As bases ideológicas que legitimam as ações da hodiernidade estão assentadas em torno de um novo *ethos* de relações sociais e interpessoais, que molda o caráter das pessoas em termos de competitividade e consumo, disseminando uma violência estrutural e práticas antes moralmente condenadas na forma de agir, ao mesmo tempo em que se pratica o assalto e retiram-se as conquistas que os trabalhadores conseguiram ao longo de séculos de sofrimento. Lutas que levaram até as diversas mortes nas batalhas (ARAÚJO, 2011). O papel dessa ideologia de consumo e felicidade foi fundamental na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização financeira, que utiliza uma visão, uma ideia e uma explicação mecanicista do comportamento econômico e de mundo, via discurso do pensamento único, apoiado no discurso da mídia e pelo império da informação a serviço do capital financeiro, transformando a vida social e pessoal, eminentemente sob o predomínio da economia e da moeda (SANTOS, 2000).

O culto ao consumo foi estimulado ao extremo, alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, do egoísmo, do cinismo, da corrupção, da perversidade, do narcisismo. O sentido de vida na sociedade passou para o império do consumo e da tirania do dinheiro, controlando a tudo e a todos ao redor do mundo e formando um mercado global cada vez mais interligado. Todavia, trata-se de um processo de consumo que não consiste em acumular objetos, mas no seu uso e gozo de forma descartável, instantânea, imediata, extravagante e único, em que se usa e joga fora. O indivíduo fica sujeito à supremacia da última moda, do último brinquedo que deseja insaciavelmente adquirir. Consoante Bauman (2010), esse processo de consumo frenético é alavancado pela mundialização do dinheiro, do crédito, da dívida, da produção de informação e do consumo, ignorando o interesse social e levando a uma supressão da solidariedade. O dinheiro e a mídia fomentam um novo *ethos* nas relações interpessoais e sociais que disseminam uma violência estrutural, que passa a regular a vida individual e social, a forma de agir dos indivíduos, que passam a se sentir desamparados, indefesos. No entanto, a mídia, ao manipular a informação, tenta apresentar o prazer e

o sucesso como objetivo, na busca de um mundo encantado+.

Ressaltando: os novos valores, uma nova ética corrupta, com afrouxamento dos valores morais, criam o predomínio do individualismo na vida particular e na social, construindo uma fábrica de perversidade, um mundo de exclusão, de desproteção social, de insegurança, onde até na política não existe e não apresenta preocupação com a ética. Presencia-se a morte da esperança e da generosidade como algo natural e inevitável, apoiada no discurso e na produção de meias verdades via os principais meios de informação (SANTOS 2000). Nesta triste realidade, o homem comum sente-se, cada vez mais, incapaz de distinguir o que é real, aparência, ideologia. Em meio a uma informação cada vez mais manipulada, em meio à construção de um mundo de fábula, aparece um discurso e uma retórica usados como mecanismos de convencimento e construção de mitos da cultura de massa, estimulando o consumismo, apoiados pela política de crédito farto e fácil que esconde a manutenção e o aprofundamento dos desníveis sociais.

A materialização da existência humana dificulta um convívio social saudável e estimula a violência. Violência que se torna uma situação característica desse novo tempo em que predomina o dinheiro e o consumo como reguladores da vida individual; revelando ser uma perversidade sistêmica, e não fatos isolados, a ausência de objetivos éticos do modelo consumista que leva a buscar o sentido da vida pela compra de uma parafernália de inutilidades, nem que seja em prestações, de modo que o indivíduo vai tocando a vida medíocre e passivamente, embora, quando assaltado ou agredido, receba a denominação de **cidadão de bem**.

A revolta e os distúrbios ocorridos no Reino Unido, em agosto de 2011, onde o movimento não tinha nem comando central, muito menos uma agenda, revelou uma violência urbana assentada em ondas de assaltos às lojas de eletrodomésticos, celulares, calçados esportivos, roupas. Essa atitude, essa forma de movimento, não parece uma revolta de cidadãos, mas uma rebelião consumista, onde consumidores/ saqueadores, frustrados por não possuírem condição de satisfazer sua ânsia de consumo, dado que lhes falta a habilitação do salário alto e a disponibilidade de crédito para praticar o consumismo - a atual bandeira do capitalismo -,

partiram para a revolta dos excluídos do paraíso do consumo (ROSSI, 2011a).

Observa-se que o capitalismo financeiro processa uma transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, determinando um estilo consumista de vida. O mundo foi transformado em um grande magazine. Disseminou-se uma cultura da sedução do consumo e do desperdício, da criação de novas necessidades, novos desejos, exigência de consumo sem critérios, na procura de satisfação de todos os gostos, que levou à frouxidão do caráter, de levar vantagem, de reduzir os vínculos sociais, políticos, éticos. No capitalismo sob a dominância financeira, foram despertadas as paixões mais malignas, mais repugnantes: o irracional e a estupidez altamente condenáveis, próprias dos instintos bestiais do ser humano. Alienados pelo próprio capitalismo, os indivíduos satisfazem-se em ser apenas um consumidor de inutilidades crescentes. O capitalismo vem matando o cidadão, que, antes atento à defesa dos seus direitos individual e social, torna-se um homem novo+, egocêntrico, consumista, que busca sensações, procura o prazer, objetiva a melhor aparência e aptidão física, e, alienado pela cultura da ganância do consumo, visa possuir (coisas que você tem que ter, coisas que você tem que fazer, coisas que são *out* e coisas que devem ser descartadas), alimentado pelo sistema de crédito farto, fácil e rápido (BAUMAN, 2010).

Pelo exposto, depreende-se que a sociedade capitalista conseguiu criar mais mitos do que todas as formas de sociedades anteriores a ela, juntas. Na fase de predominância do capitalismo financeiro, chegou-se ao ponto de abandonar qualquer plano de moralização superficial da sociedade, como a formada na base de valores weberianos da reforma religiosa do século XIX (prudência, virtude do trabalho, direitos individuais, ideal de solidariedade, etc.), rumando para uma sociedade com ausência de nexos morais, produzindo figuras deformadas que objetivam apenas o ganho, o sucesso, o consumo e o individualismo exacerbado. Esse processo despertou na natureza humana o que há de essencialmente pior no comportamento das pessoas, como o egoísmo, o cinismo, a ganância, a violência, elevando a propensão à corrupção, como tão bem mostra o crescimento da violência nas mais diversas sociedades capitalistas ao redor do mundo.

3 A questão da cidadania, a formação da sociedade brasileira e a violência dessa guerra civil

Na sociedade brasileira, a formação e o desenvolvimento da cidadania são um processo lento, complexo e inacabado. A visão conservadora disseminada no País é de vergonha, de inferioridade, e racista com relação ao seu passado escravista, a ponto de predominar a ideia de que se formou aqui um povo inferior, de negros e mulatos, uma sociedade de caipiras e de jecas. O Brasil seria um país formado por um povo preguiçoso, medíocre, dado que tem origem na raça de portugueses ladrões e degredados, no índio indolente e no negro preguiçoso. Essa visão racista de que existe uma raça superior ou de que existe uma cultura superior - conforme Chang (2009) - adapta-se melhor ao desenvolvimento econômico, ao progresso, e proporciona direitos e organização cidadã, devido à conduta da parcimônia, do investimento, do trabalho árduo, da educação, da disciplina e da organização social mais desenvolvida ter sido bastante popular até os anos 1960 e retomado com força nas últimas décadas.

O povo brasileiro, em geral inculto, esmera-se em reproduzir essas bobagens racistas cotidianamente, reproduzindo a tese preconceituosa, apoiado nas ideias de superioridade da cultura protestante de Max Weber e das teses hoje de superioridade da cultura anglo-americana, apresentadas pelo comentarista político Francis Fukuyama e pelo historiador David Landes. Assim, tomar o traço cultural, a preguiça, como exemplo da situação dos países subdesenvolvidos, significa má interpretação, interpretação preconceituosa, pessimista, analisando o subdesenvolvimento como se fosse um estado de espírito. A maioria das pessoas acredita que o Brasil é pobre porque sua população é preguiçosa. O povo baiano é constantemente citado por esta característica típica de preguiça. Todavia, não somente muitos brasileiros, em todos os estados e nas diferentes regiões do País, como também os baianos trabalham arduamente, por muitas horas ao longo do dia e até sete dias na semana em condições sumamente precárias, insalubres e sem proteção das leis trabalhistas.

A questão da preguiça e falta de criatividade são características comuns não somente dos países pobres, como nos países pobres da América Latina ou da África, mas também dos países

desenvolvidos, e decorrem do elevado desemprego ou subemprego que existe em qualquer área capitalista. Acrescente-se ainda que, conforme afirmam Novais e Mello (2009, p. 22):

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais econômicos. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam virtudes exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, o homem e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas.

A herança nacional escravista é um marco na história da formação econômica do Brasil. As bobagens das teses biológicas da inferioridade da raça portuguesa começaram a ser combatidas no Brasil a partir da década de 1920. Primeiramente, Oliveira Viana, com uma análise ainda baseada na questão biológica, de raça, apresenta uma visão aristocrática do colonizador português, visto como uma raça superior, que veio formar no Brasil uma camada de aristocratas rurais, com o papel de formar, moldar e passar a dar a tônica à vida nacional, e impondo civilização e ordem às camadas inferiores de negros, índios e mestiços nesse continente (CANDIDO, 1988).

Em 1933, Gilberto Freyre (1996) contestava as teses racistas que apresentavam um misto de horror e vergonha no que diz respeito ao processo de miscigenação da sociedade brasileira. Crítico dos preconceitos sobre a inferioridade dos negros, índios e mestiços, crítico da visão pessimista dos intelectuais conservadores e das elites, para as quais nossa pobreza resulta de inferioridade biológica, Freyre deslocou a explicação para a questão cultural, lançando as bases da identidade nacional nos traços da vida cotidiana da família patriarcal. Em um trabalho que não desconhece a questão da opressão típica da sociedade escravista, exaltou a democracia racial, valorizou o negro e a cultura afro-brasileira, apresentando uma defesa e exaltação do processo da miscigenação. Miscigenação essa que produziu valores superiores e inestimáveis, valorizando a cultura brasileira.

A alegria do brasileiro, dada pela sua diferenciação de sociedade, contribuindo para a formação do caráter diferenciado dessa raça, com características diferentes que deram uma nova contribuição à humanidade: a cordialidade, a criatividade e a tolerância. Freyre ressaltou as características do conquistador português que o tomava um povo privilegiado para realizar a missão de colonizar os trópicos, e também separou o escravo do negro, apresentando sua contribuição para a formação do espírito do povo brasileiro alegre, sua espontaneidade, e sem grande culpa da moral cristã. Com uma análise que contrasta com a racionalidade, com o puritanismo, com a tristeza e com a repressão dos sentimentos típicos dos povos anglo-saxões, apresentou uma louvação ao povo brasileiro.

A penetração do capitalismo britânico no Brasil iniciou o processo de construção de uma esfera que se destacou pelas organizações do trabalho especializado, disseminando os valores individuais, da burocratização e da especialização. Era o capitalismo concorrencial influenciando na economia e na cultura de um país primário-exportador. O Estado começou a formação de uma burocracia civil e militar e, desse modo, ocorreu a redução da influência e do poder do senhor rural na vida e na política nacional. A lógica e o funcionamento da economia e da sociedade brasileira começaram a se subordinar ao cálculo capitalista. O impulso de fora foi desestabilizando a família patriarcal, formando a base da família moderna. O senhor rural perdeu o poder social, político e econômico e a cidade mostrou suas desigualdades entre sobrados e mocambos. Os brasileiros passaram a imitar os padrões de consumo e o estilo de vida dos países ocidentais, em um processo de alienação das elites, que valorizavam adquirir coisas supérfluas e deslocadas da realidade brasileira, com um padrão de consumo e estilo de vida puramente imitativo. A classe média que surgiu passou a girar em torno do sobrado. Foi o fim do predomínio da velha família patriarcal, um dos esteios do controle sobre os miseráveis e os pobres e garantia da manutenção da ordem na sociedade brasileira (FREYRE, 2006).

A partir da formação econômica e social do mundo rural até aquele momento de mundo em transformação, os brasileiros que gozavam de direitos civis e políticos eram em número limitado. A cidadania era um direito de poucos. As transformações que ocorreram naquela sociedade

patriarcal originaram-se nas elites e no Estado e nunca na sociedade. O povo continuava orgulhado nas estruturas culturais e de mediação típicas da época da colônia, com poucas e reduzidas aspirações, mesmo com o predomínio da escravidão industrial, onde o novo escravo passou de pessoa para objeto, dado que no capitalismo ocorre uma despersonalização no trabalho assalariado e os valores materiais ganham preminência sobre todos os outros valores. De acordo com Freyre (2006), a proclamação da república e a abolição da escravatura foram feitas pelas elites, sem base social. A república significou uma continuidade do império, mantendo uma ordem que bloqueava o igualitarismo, como povo brasileiro sendo mantido na sua condição de inferioridade. Entretanto, a democracia social conduziu a uma mobilidade social, com a meritocracia quebrando obstáculos, embora mantendo a característica de cordialidade do brasileiro como uma atitude conciliadora.

Foi na explicação desse processo de mudança, de ruptura do Brasil Velho para o Brasil Novo, que Sérgio Buarque de Holanda (1995) publicou, três anos depois da obra de Freyre, uma análise crítica a respeito da tradição luso-brasileira, que brotou da escravidão, do ócio, da aventura, do patrimonialismo, da família patriarcal, apresentando e revelando sua opção por reformas no Brasil pelo americanismo. Trata-se da análise de uma fase específica da vida brasileira, usando uma reflexão de ordem sociológica para explicar a gênese das mazelas da formação social do Brasil, defendendo que se fazia necessário sepultar o passado ibérico e destruir o passado colonial, estimulando um processo em direção ao americanismo, à racionalidade na sociedade brasileira, que iria melhorar o País. Sua análise mostra um Brasil em que a tradição brotou da escravidão, do ócio, e não do negócio; da aventura adaptativa do português e não do trabalho, do empreendedorismo, comandando a formação dessa organização falha na sociedade brasileira. Sociedade predominantemente aristocrática, na qual imperava a ordem, a autoridade e a hierarquia. Nessa ordem, o Estado brasileiro foi constituído para ficar sempre a serviço dos poderosos e dos ricos, como instrumento das classes dominantes, mesmo quando usava como bandeira as políticas liberais e a democracia. Liberalismo e democracia que não contavam com o substrato econômico e social na realidade Brasil.

Assim, na análise de Holanda (1995), o Brasil apresentava um desenvolvimento incompleto por falta de fundamentos básicos da racionalidade do capitalismo. Até aquele momento não existia a predominância do *ethos* burguês a impulsionar os movimentos e as instituições para dinamizar o desenvolvimento capitalista brasileiro em seus mais diversos aspectos, ou seja, na vida material - trabalho, frugalidade, racionalização em todas as esferas, responsabilidade individual e social, cálculo racional e supremacia do dinheiro. O processo de Abolição marcou o fim do predomínio agrário e levou a uma revolução lenta, demorada. A urbanização contínua e progressiva destruiu o isolamento rural sem eliminar o seu prestígio, mas começou a servir para ampliar os horizontes da horda de excluídos. Nessa sociedade, o processo revolucionário foi lento e não revogou totalmente a velha ordem colonial e patriarcal, que continuou a influenciar e ter consequências morais, sociais e políticas. O Brasil vivia em dois mundos, um definitivamente morto (luso-brasileiro, rural e agrícola), que se recusava a ser derrotado, e outro que lutava por se tornar dominante (imigrante, cidade, indústria), que não dominava por completo.

Da colônia até essa época, a sociedade brasileira foi mal formada, desde as suas raízes. As classes sociais apresentavam desigualdades extraordinárias. As classes cultas, sempre isoladas da nação, deram primazia às conveniências particularistas sobre os interesses da nação e em nome da ordem coletiva. Dominava o elemento emotivo sobre o racional, ficando a atitude da solidariedade restrita a círculos restritos de nossa predileção, não existiam verdadeiros partidos políticos e era superficial a chamada democracia (HOLANDA, 1995). Todavia, Holanda já constatava o advento de valores modernos, do capitalismo, da vida material, do americanismo, ou seja, da ideia de racionalização de todas as esferas envolvidas, na cultura, na ética e na responsabilidade individual e social. Um novo sistema se fez inelutável; novo sistema que tinha o centro de gravidade nos centros urbanos, que, ao longo de todo o império, não parou de subverter a antiga ordem sem eliminar o continuísmo das raízes ibéricas no processo de americanismo. Todavia, esse americanismo continuou a exacerbar manifestações estranhas, dado que as decisões impostas vinham de fora; eram exteriores à Terra Brasil.

A partir daquele instante, de 1930 a 1980, o Brasil apresentou um processo acelerado de

transformações estruturais, com modificações aceleradas e profundas. Enquanto nos países da Europa e nos Estados Unidos da América este processo ocorreu ao longo de séculos, a experiência brasileira foi rápida e profunda, ao longo de 50 anos, não encontrando paralelo na história da humanidade. A sensação era que o País estava se transformando em uma nação moderna, com a implantação do processo da segunda revolução industrial no Brasil e, a modernização do padrão de consumo das camadas médias e ricas da sociedade brasileira, copiando os estilos de vida e de consumo das economias desenvolvidas, mas com acesso restrito a somente parte da população.

O processo de industrialização, as migrações internas e a urbanização no Brasil construíram uma forma de organização capitalista atrasada, tardia, dependente e periférica, que não conseguiu gerar no seu interior capacidade de inovação e financiamento para impor uma dinâmica própria interna, aprofundando a dependência, elevando a abertura externa, estimulando a entrada das multinacionais, a linha de menor resistência para se modernizar e para crescer, num processo de interconexão entre as várias formas de capital (modernas, atrasadas, nacional e estrangeira) e o Estado capitalista. O objetivo era construir uma formação econômico-social moderna que incorporasse os padrões de produção e consumo próprios dos países desenvolvidos. O Brasil produziu o processo de expansão modernizadora, as pressas e a qualquer custo, acelerando o ritmo de industrialização e de internacionalização da economia do país, formando um mercado interno restrito e seletivo (NOVAIS; MELLO, 2009).

Em 30 anos, a estrutura do emprego passou de uma estrutura de predominância agrária para urbana. Entretanto, não foram a cidadania e a democracia os símbolos dessa sociedade nova; não ocorreu a luta pelos direitos individuais e sociais; o consumo passou a ser o grande graal de integração e de introdução na modernidade; e a cultura de massa e do consumo passaram a ser os grandes mecanismos de integração, criando um grande fetiche e alienação, devido à ilusão do consumo e do crédito, encobrindo as fragilidades e debilidades do cidadão brasileiro. Essa urbanização serviu para ampliar os horizontes e mudar os desejos e hábitos dos pobres e miseráveis, quebrar o isolamento, e eliminar o controle sobre os deserdados.

A revolução de 1964 representou a imposição de

um novo modelo de sociedade que intensificou a industrialização e a urbanização, com os investimentos e os melhores empreendimentos realizados e aproveitados pelos que já dispunham de algum capital e de acesso ao crédito. O acelerado crescimento econômico provocou uma ampla gama de oportunidades e gerou uma grande mobilidade pessoal e regional, que provocou a ascensão social e a formação de uma heterogênea classe média, embora esse período represente, no Brasil, a construção de um modelo de sociedade capitalista ainda mais injusto e mais desigual que os outros tipos de sociedade capitalista, com elevada decomposição do tecido social.

A moral repressora da religião católica também começou a entrar em desuso. Ocorreu o declínio da moral católica, de seus valores e de sua autoridade perante os indivíduos e em sociedade muito desigual. O fim desses valores religiosos de repressão representou o terceiro elemento de libertação da velha ordem por parte dos pobres e miseráveis, o período de gestação de uma sociedade de massa que - com o tempo, as mudanças de valores e de ética - caminhou para outro tipo de sociedade. Uma sociedade muito desigual que foi denominada de "capitalismo selvagem" - sociedade degradada, que identifica o sucesso somente como a posse, a riqueza, o consumo de objetos, de inutilidades, a aparência. E, nessa linha, a mídia encarrega-se de intensificar o processo de perfil alienador e deseducativo.

O processo de urbanização, a perda de influência da moral católica na sociedade brasileira e a dissolução do domínio da família patriarcal autoritária, que antes seguravam a miséria no campo e controlavam as aspirações do povo, mantendo a ordem, a autoridade e a hierarquia, fizeram triunfar uma nova moral e um valor apoiado no dinheiro, no consumo, no egoísmo, sobre todos os outros valores. Passou a dominar na sociedade, na grande maioria dos seus indivíduos, uma cultura de amor à supremacia da pobreza espiritual e moral, que já não mais serve para segurar os excluídos que hoje se encontram amontoados nas periferias das grandes, médias e pequenas cidades.

O processo de transformações ocorrido na sociedade brasileira não procurou enfrentar os problemas básicos de concentração da riqueza, da propriedade e do capital, típicos do sistema capitalista. No Brasil, apresentou um nível muito mais elevado. Esse crescimento econômico

sempre foi em favor de uma minoria de privilegiados e quando nos anos 1980 ocorreu a estagnação econômica e a hiperinflação, na denominada "Década Perdida", levou ao agravamento do processo de concentração da renda e da riqueza de forma extraordinária. Já os anos 1990 significaram a implantação de políticas neoliberais. Em virtude do modelo neoliberal, aquela década apresentou um processo de aprofundamento e de deseducação mais elevado que o do início da formação da sociedade de consumo de massa - os brasileiros passaram somente se considerar cidadãos, a se considerar incluídos na sociedade pelas práticas da exploração pelo consumo de luxo, que já era típico de boa parte da classe média. Os brasileiros não mais percebiam a luta cidadã pelos direitos individuais e sociais.

Neste novo mundo, os pobres e miseráveis, livres das amarras autoritárias e da repressão dos valores e do mundo antigo, absorveram rapidamente - via mídia - os novos hábitos de individualismo e consumismo. Como não dispunham de renda, não lhes restaram outra opção a não ser ficar, em sua grande maioria, marginalizada e alojada nas periferias, de modo tal que foram, pouco a pouco, estimulados à luta pela sobrevivência, iniciando um processo de guerra civil entre si e na periferia, que era escamoteado das classes médias e das elites. Estes estratos beneficiados da população, somente nas últimas décadas começaram a ser atingidos pela difícil vida do cotidiano das periferias e a sentirem-se escandalizados quando atingidos pelo crime, pela morte etc., ridiculamente ganhando espaço e clamando por justiça nos principais meios de comunicação. Nas periferias das metrópoles desse Brasil, a luta pela sobrevivência realizada pelos miseráveis, pobres e marginalizados há muito tempo que não tinha e não tem limites. O famoso "cidadão de bem" nunca esteve preocupado - e nem está - com a triste situação destes brasileiros excluídos; muito pelo contrário, não questiona - e muitos são contrários às políticas públicas, pós-constituição de 1988, que surgiram como modo de o Estado procurar atenuar a gravidade desta questão social.

No Brasil, a substituição das amarras antigas da família autoritária, do controle da religião católica e da vida rural pela ordem na qual impera o consumismo, individualismo, egoísmo etc. levaram e acarretou um aprofundamento dos problemas antigos sem dispor das velhas amarras que segurava a miséria, a extrema desigualdade.

Todo esse processo levou à violência, ao desemprego, à marginalidade, ao tráfico de drogas.

A revolta dos cidadãos de bem aparece quando eles são vítimas dessa guerra e dessa gente em assaltos, vitimados pelas mortes e pelo processo de humilhação que sentem ao passar por um sequestro ou em caso de roubos nas famosas saidinhas dos bancos.

A marginalidade e a delinquência sem culpa e sem repressão da família, da religião e do sistema foram as saídas encontradas pelos miseráveis para sobreviver, consumir e sentirem-se devidamente incluídos nessa nova ordem da sociedade de consumo de massa, sem regra e ética. É no consumo de celular de última moda e de uma moto; no usufruto imediato do prazer e do sexo em diferentes festas, que terminam em brigas e mortes, ao invés de em diversão; na liberdade para poder viabilizar de maneira legal - via trabalho muito mal remunerado - ou pela via ilegal, por meio de todo tipo de atividade ilegal possível, seja no tráfico, na prostituição, em assaltos, furto, com a exploração de menores etc. que ocorre a inclusão dos miseráveis neste mundo de consumismo, nos *shopping centers* em que se transformaram os novos valores da sociedade brasileira.

A dura realidade do cotidiano dos brasileiros, a vida precária, a violência a que estão expostos os jovens nas periferias das pequenas, médias ou grandes cidades somente revelam a revolta dos excluídos, e apresentam números que somente são suplantados por países em guerra civil declarada. Guardadas as diferenças históricas, econômicas e sociais, é uma mesma realidade observada em países como o México, por exemplo, que nem a presença do exército consegue tranquilizar a maioria. O jeito mexicano de combate ao crime organizado foi o de pôr o exército para combater o narcotráfico, para o combate à criminalidade. Acontece que, entre 2006 e 2010, ocorreu um total de 34.612 execuções vinculadas ao crime organizado, em uma espiral de violência que só faz crescer. Os mexicanos não acreditam que as políticas do Estado possam protegê-los dos delinquentes e uma boa porcentagem se diz insegura com ou sem a presença das Forças Armadas (ROSSI, 2011b).

A sociedade brasileira, ao adentrar no mundo da globalização financeira, destruiu os valores que reprimiam e seguravam a revolta dos miseráveis. A crise da década de 1980 e as políticas neoliberais somente levaram à destruição do

Estado e de seus aparelhos - repressores ou não -, potencializando os problemas da atuação desse Estado das elites, a sua ineficiência, a falta de recursos e a corrupção que penetrou em quase todos os órgãos desse Estado brasileiro. No Brasil, a inserção no processo de globalização financeira justificou eticamente e potencializou todas as formas e as paixões humanas malignas antes condenadas até pela ideologia do capitalismo weberiano. Conforme afirma Bauman (2010, p. 7), esse capitalismo parasitário apresenta entre as suas muitas características a de se destacar por criar problemas e não por solucioná-los. Esse capitalismo financeiro viciou os indivíduos no *shopping* e no consumo, fornecendo uma droga: o crédito farto e fácil - de modo que viver de crédito tornou-se uma dependência.

Os pobres e miseráveis - semelhante aos ricos, à classe média e aos quem têm um trabalho remunerado - passaram a viver preocupados em construir e viabilizar o consumo de bens supérfluos. Os que possuem uma renda reduzida realizam seus desejos via acesso ao crédito, por meio de cartão de crédito, em uma lógica que não adie a sua satisfação, não adie o seu consumo, realize imediatamente todos os seus desejos, mesmo que não ganhem o suficiente para obtê-los. Não pensam no futuro, não pensam no pagamento. A atuação gananciosa dos bancos, a política benevolente de crédito, torna todos estes desejos dos brasileiros tão fáceis e rápidos, podendo o indivíduo se preocupar apenas em se endividar e desfrutar dos prazeres antes malignos. O objetivo sacrossanto do capital é que os indivíduos somente paguem parte da dívida e se mantenham na dependência por muito tempo, viabilizando um sistema que vive melhor do recebimento dos serviços financeiros continuado da dívida e não do seu pagamento integral.

Na sociedade brasileira contemporânea predomina o hábito de se endividar acima dos próprios recursos, transformando quase todos os indivíduos em devedores eternos, devido à facilidade da oferta de crédito, criando uma falsa prosperidade e, não menos, uma falsa nova classe média, dado que, em meio à euforia, predominam as análises da aparência, por ser sempre mais fácil captar o superficial do que a essência - esta, sempre muito difícil de descobrir e que representa a própria realidade.

Assim, um sistema que viabilizou uma competição individualista, predatória, disseminou a

insegurança e as ameaças que são exploradas lucrativamente até pela mídia, por intermédio de programas e com âncoras conservadores e reacionários que alimentam a indústria do medo e a ira dos supostos "bons cidadãos". A mídia lucra com programas inúteis e seus apresentadores recebem salários elevados. A sociedade de consumo que levou a essa guerra civil brasileira apresenta-se como a expressão mais autêntica desses grotescos âncoras televisivos que vivem a pregar um falso moralismo midiático, desconhecendo que se vive tempos em que predominam a face da amoralidade, nas formas de dominação da sociedade capitalista contemporânea.

Nessa realidade brasileira, o indivíduo, o denominado "cidadão de bem" alienado e sem rumo é manipulado e sofre o constante abuso das ideias, teses e *slogans* simplificadores. Reina na sociedade brasileira um clima social de falso moralismo, de atitudes piedosas e da hipocrisia. O famoso "cidadão de bem" altera dois estados de espírito, a ira e a crença cega, por estar impedido de compreender as formas econômicas e as relações sociais contemporâneas que levaram a essa questão de conflito e de criminalidade que impera na sociedade brasileira atual (BELLUZZO, 2009).

No Brasil, a injustiça que surgiu do processo de formação deu origem a seu mau funcionamento social, a uma tremenda desigualdade, tornando elevado o número de pessoas que vivem à margem, sem reconhecimento social, dignidade, sofrendo constantes humilhações. Os brasileiros excluídos absorveram a cultura do capitalismo globalizado contemporâneo, as práticas e atitudes humanas malignas. Este mundo capitalista sem ética, sem moral, que estimula as atitudes e as propensões egoístas, do cinismo e do individualismo, aliadas às medidas de deterioração e desaparecimento do Estado nos anos 1990, contribuiu para o domínio da guerra de todos contra todos, do medo etc.

4 Conclusão

A formação de uma sociedade rural, patriarcal e católica, bastante regulada por regras, por essa ordem, pelos controles sociais, éticos, econômicos e políticos conservadores, restringiu as aspirações e o descontentamento dos pobres e miseráveis no Brasil. Nos anos 30 do século XX, o País iniciou o processo de formação de uma sociedade urbana industrial voltada para o consumo de massa, com um processo de modernização assentado na cópia

do estilo de vida e do padrão de consumo de bens de luxo típicos das elites dos países desenvolvidos. No final do século, a economia brasileira ingressou na ordem financeira global liberal assentada na frouidão do caráter, no individualismo e no consumismo.

Nesse processo, ocorreu uma modificação dos antigos padrões muito rígidos e passou a se exaltar e foi se formando um estilo de vida comandado pela cultura da sedução, do consumo, e pelo prazer, pela dissipação e pelo desperdício. A construção dessa nova realidade foi, pouco a pouco, gestando entre os incluídos e os excluídos do corpo social brasileiro um processo de individualização e de estímulos de paixões humanas egoístas, antes bastante condenáveis. Os desejos, o poder da sedução, a atitude de levar vantagem, de estar sempre a um passo à frente, passaram a ser relações predominantes nessa sociedade. Todavia, esse novo mundo não dispõe mais das amarras necessárias e que serviam para segurar, ordenar e controlar os muitos miseráveis que vivem no Brasil.

Assim, o processo de mudança de uma sociedade assentada em valores do mundo rural, patriarcal, católico, autoritário e repressivo, para um mundo capitalista apoiado no individualismo, no consumismo, no egoísmo e no cinismo acabou com as amarras que seguravam e mantinham ordeiras a miséria e a pobreza na sociedade brasileira. Estes marginalizados, livres das amarras morais, sociais e éticas, partiram para reivindicar a sua parte no bolo, na repartição do produto, acessar os bens de consumo, copiar o estilo de vida que a mídia divulgava ser padrão de felicidade e estilo de vida das classes médias e ricas, nem que seja pela linha da menor resistência, que é a linha da delinquência, do tráfico, da marginalidade e da guerra civil, que tanto atormentam o "cidadão de bem" ●

Referências:

- ARAÚJO, W. Ordem mundial apresenta falência múltipla de órgãos. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=5176>. Acesso em: 29 ago. 2011.
- BAUMAN, Z. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BELLUZZO, L. G. de M. O mercado sumiu. In: MACEDO, T. de. Belluzzo: "apertem os cintos que o mercado sumiu". 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://tatodemacedo.blogspot.com/2009/03/belluzzo-apertem-os-cintos-que-o.html>>. Acesso em: 28 mar. 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANDIDO, A. As visões políticas de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CHANG, H-J. **Maus samaritanos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS; Rodrigo; VIEIRA, William. Privilegiados. E incógnitos. **Carta Capital**, São Paulo, a. XVII, n. 662, p. 28-32.

NOVAIS, F.; MELLO, J. M. C. de. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: FUNESP; Campinas: FUNCAMP, 2009.

REPÓRTER BRASIL. **Violência no Brasil**. 14 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1487>>. Acesso em: 11 set. 2011.

ROSSI, C. **Rebeldes com causa e sem agenda**. 11 ago. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/957835-rebeldes-com-causa-e-sem-agenda.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2011a.

ROSSI, C. **O Alemão e o México**. 09 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/972706-o-alemao-e-o-mexico.shtml>>. Acesso em: 11 set. 2011b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, mestre em Economia/UFC-CAEN e doutorando em Políticas Públicas no Dinter Universidade Federal do Piauí/Universidade Federal do Maranhão.**

FAMÍLIAS VULNERÁVEIS como expressão da questão social, à luz da política de assistência social

Por Izabel Herica Gomes M. Cronemberger* e Solange Maria Teixeira**

Resumo: o crescente mapa de miséria e pobreza, no Brasil, constitui inquietação que incita refletir sobre suas influências na proteção social e, principalmente, na área de atuação junto às famílias. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a vulnerabilidade da família que, desassistida pelas políticas públicas, se encontra impossibilitada de responder às necessidades básicas de seus membros e, por conseguinte, tem sua condição de exclusão, pobreza aprofundada. Pretende-se, com isso, contribuir para o debate acerca da construção de caminhos que fortaleçam a família cidadã protegida pelos direitos sociais. O recurso metodológico consistiu em revisão de literatura e documental sobre a questão social e a temática da família. Conclui-se que as políticas públicas se eximem de uma ação mais emancipada e que, de fato, atendam as necessidades da família contemporânea.

Palavras-chave: Questão social. Proteção Social. Família.

1 Introduzindo o tema

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas nos planos socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vêm interferindo na dinâmica da família e da ordem societária. Tais mudanças têm recorte na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social.

Como reflexo da estrutura de poder instituída, principalmente no que tange às mudanças econômicas, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência, minando as expectativas de superação desse estado de pobreza e reforçando sua submissão aos serviços

públicos existentes.

Fora das cenas política, social e econômica, o caminho para grande parte da população, segundo Telles (1996), é a dependência das juras de absorção, seja pela via mercado, ou pela crescente prática da filantropia privada ou pública, o que de fato atualiza a pesada tradição de exclusão e desigualdade.

Neste sentido, intenciona-se refletir sobre as vulnerabilidades sociais, como uma das expressões da questão social, e sobre a interface com a proteção social a famílias vulneráveis. Outro objetivo é apontar a vulnerabilidade da família que, desassistida pelas políticas públicas, se vê impossibilitada de responder às necessidades

básicas de seus membros e, por conseguinte, aprofunda a sua condição de exclusão, pobreza e situação de vulnerabilidade. Além disso, pretende-se, ainda, contribuir para o debate acerca da construção de caminhos que fortaleçam a família, permeando o debate à luz da Política nacional de Assistência Social. O recurso metodológico consistiu em revisão de literatura e documental sobre a questão social e a temática da família.

A estrutura do trabalho contempla os seguintes itens: *Exclusão, Vulnerabilidade Social e Pobreza como expressões da Questão Social* - discute conceitualmente as categorias em tela; *Famílias Vulneráveis e a Proteção Social* - discute a responsabilização das famílias mais vulneráveis e a necessidade da atenção pública; *Política de Assistência Social Brasileira: avanços e limites na Proteção Social às Famílias Vulneráveis*. expõe avanços e limites na forma como é pensada a proteção social na Política descrita às famílias vulneráveis, com destaque para a reflexão se a proteção prevista é capaz de proporcionar autonomia para as famílias ou se reforça responsabilidades; encerrando-se com as *Considerações Finais*.

2 Exclusão, vulnerabilidade social e pobreza como expressões da questão social

O termo exclusão social é uma construção teórica e vem antes da formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo sido utilizado para a distinção de circunstâncias sociais extremas, de marginalidade ou pobreza. Nesse sentido, é pertinente recuperar a diferenciação entre os conceitos de exclusão, vulnerabilidade social e pobreza.

A gênese das discussões sobre a exclusão social remete às últimas décadas do século XX, na França, e se estende a outros países europeus, devido ao contexto de mudanças tecnológicas, reestruturação econômica e desmonte do estado de bem-estar social.

O estado de exclusão leva em conta diversas caracterizações como um conjunto de situações marcadas pela falta de acesso a meios de vida, tais como: falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos. Além disso, deve-se considerar um conjunto de questões relacionadas à identidade cultural, gênero, raça e posição econômica e social da família.

O termo exclusão está vinculado à desestruturação dos *liames sociais* que promovem a coletividade na sociedade, bem como aos riscos de ruptura da coesão social, da integração como resultado de ocasiões de desagregação política, econômica, social, etária e cultural. Portanto, está relacionado à perda dos vínculos societários como resultado da negligência dos direitos sociais estabelecidos.

Para este debate conceitual, destacam-se algumas críticas, pois i) o termo exclusão apresenta-se muitas vezes desvinculado de uma relação de determinação; ii) o conceito retrata uma condição ou estado das coisas, em contrapartida à ideia de que se trata de um processo; iii) a inadequação do termo para estudo da realidade dos países periféricos do capitalismo (DIEESE, 2007). A partir de tais, alguns estudos passam a apontar a existência de uma *zona de vulnerabilidade+*, formada por setores pobres que buscam alternativas de inclusão ou por novos setores empobrecidos.

Com o aprofundamento da crise social, o termo *exclusão social* passa a ser dialogado por estudiosos de outra forma, pois a crise que provocou a desestruturação do mercado de trabalho estendeu-se também aos setores formais, onde os trabalhadores eram antes considerados *incluídos*, cidadãos e estáveis. Isso proporcionou um sentido diferenciado para as reflexões sobre a exclusão social, pois se tratava agora não mais de analisar situações de inclusão ou exclusão, mas das situações intermediárias, mais bem definidas pelo conceito de vulnerabilidade social aplicado ao mundo do trabalho.

Os limites do conceito de exclusão social provocaram outros estudos como o de Castel (1997). Este teórico reconhece a existência de uma *zona de vulnerabilidade+*, formada por setores pobres que buscam alternativas para estar incluídos ou por setores médios empobrecidos que têm perdido canais de inclusão. Nos termos de Castel (1997, p. 27), *zona de vulnerabilidade social* é uma *zona intermediária instável* que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade+. Se ocorrer algo, como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego, a zona de vulnerabilidade dilata-se, avança sobre a zona de integração e minam a desfiliação.

A desfiliação tem, como marca principal, a impossibilidade de participação em qualquer

atividade produtiva e também de um isolamento relacional que, aos poucos, vai lançando os sujeitos em trajetórias cada vez mais complexas, do ponto de vista de sua capacidade de resolução. A ênfase na desfiliação, na invalidação social, provoca sentimento de inutilidade dos desfiliaados+ nas relações de trabalho, dos familiares, das redes de solidariedade e de proteção social, e fortalece a sensação de insegurança.

O conceito de vulnerabilidade, pela sua capacidade de apreensão da dinâmica dos fenômenos, tem sido, na opinião de muitos autores, apropriado para descrever melhor as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento, como os da América Latina, que não podem ser resumidas nas dicotomias pobres e ricos, incluídos e excluídos.

Dentre os vários enfoques atribuídos ao termo *vulnerabilidade social*, observa-se uma aceitável concordância, em volta de uma questão nodal: a capacidade do termo em captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades.

Os estudos sobre vulnerabilidade social, nos países menos desenvolvidos, estão associados também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza, à falta de proteção social ou acesso aos serviços públicos, à fragilidade dos vínculos familiares e sociais. A noção de vulnerabilidade social tem sido adotada para a construção de indicadores sociais mais amplos, não se restringindo à delimitação de uma determinada linha de pobreza, como pontua Yazbek (2001).

Um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) [...]. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição a situações de risco variadas (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.), precárias condições gerais de vida e outros indicadores (CENTRO DE ESTUDO DA METRÓPOLE, 2004, apud YAZBEK, 2001, p. 21).

A noção de vulnerabilidade social exprime, ainda, várias situações de precariedade e não apenas a de renda, como destaca Oliveira (apud YAZBEK, 2001, p. 19): *uma definição econômica de vulnerabilidade social é insuficiente e incompleta, mas deve ser a base material para o seu enquadramento mais amplo, incluindo também outras precariedades, como a fragilização de*

vínculos afetivos, tanto os relacionais como os de pertencimento, decorrentes também das discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras.

Segundo Yazbek (2001), vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida. O que implica: suscetibilidade à exploração; restrição à liberdade; redução da autonomia e da autodeterminação; redução de capacidades; fragilização de laços de convivência; rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco.

A vulnerabilidade social, especialmente a que se aplica à realidade dos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, está associada também à ideia de *risco* frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social. A noção de risco social é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause dano, geralmente de rupturas, como: familiar, violação de direitos, e está associada ao aumento da pobreza, das desigualdades e vulnerabilidades sociais (YAZBEK, 2001).

O surgimento de termos, como exclusão, vulnerabilidade e risco social, implica considerar aspectos objetivos, como restrição de renda, condições de vida dos indivíduos; e aspectos subjetivos, como a desvalorização social, a perda da identidade, falência de laços comunitários, sociais e familiares, em que a tônica do problema é dada pelo empobrecimento das relações sociais, econômicas, culturais e das redes de solidariedade.

O termo exclusão social, *fenômeno multifatorial*, tem sentido temporal e espacial. No Brasil, está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, segurança alimentar). No entanto, segundo Garcia (2006), o termo vulnerabilidade seria o que descreveria melhor a realidade dos mercados de trabalho e da sociedade dos países latino-americanos, conseguindo apreender o dinamismo do processo de desigualdade de forma mais ampla.

Para Garcia (2006), o debate sobre vulnerabilidade social passou a enfocar a

problemática do mercado de trabalho, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, quando então se observou um amplo processo de reestruturação com consequências sociais que foram além do que se convencionou chamar de *setor informal urbano*, atingindo também os setores formais da economia. Esse processo alimentou novos debates que passaram a questionar a qualidade das ocupações, especialmente nos países desenvolvidos, que estavam sendo ofertadas no contexto das mudanças estruturais do capitalismo.

As discussões teóricas e metodológicas sobre vulnerabilidade social no mercado de trabalho estiveram num primeiro momento mais focadas na análise do fenômeno da informalidade, onde o conceito de setor informal urbano tornou-se um dos mais utilizados para se referir a este universo de precarização. Embora o setor informal urbano e os diferentes enfoques sobre as causas deste fenômeno, tenha se convertido no principal universo de análise dos estudos sobre as deformidades do mercado de trabalho, logo foram apontados os limites deste conceito (GARCIA, 2006, p.32).

O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas. Neste sentido, Castel (1998) sublinha que o problema atual não é apenas o da constituição de uma periferia precária, mas também o da desestabilização dos estáveis. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, liderado pelas novas exigências midiáticas, telemáticas e cibernéticas do capitalismo moderno.

Sendo assim, Castel (1998) aponta a razão para levantar uma nova questão social que, em seus termos, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão erguida pelo pauperismo na primeira metade do século XIX. Então cabe a inquietação: trata-se de uma nova questão social?

As determinações da questão social, como defende a autora Pastorini (2004), persistem, amalgamadas diretamente em três pilares centrais: a primeira submetida à relação capital/trabalho, a segunda à ordem estabelecida e, por fim, a terceira que é expressão das manifestações das desigualdades e incompatibilidades das contradições da sociedade capitalista. Pastorini (2004) reconhece que os traços essenciais da questão social perduram, o que não implica asseverar que a categoria é única e que se manifesta de forma similar em todas as sociedades capitalistas e momentos históricos. Ao contrário, a

questão social assume expressões particulares dependendo da inserção de cada país na ordem capitalista.

Conforme a análise de Pastorini (2004), a novidade reside nas formas que a questão social assume a partir das mutações do mundo capitalista, que produz aumento de pobreza, desestabilização dos trabalhadores, como dito antes, estáveis, que, por conseguinte, perdem garantias conquistadas de proteção social. A estas se somam as antigas expressões da questão social constantemente (re)atualizadas dos excluídos do mundo do trabalho e historicamente atendidos pelo sistema de proteção social de forma residual e estigmatizadora.

Em consonância com o elenco de informações apresentadas, ressalta-se a necessidade de ponderação sobre a questão social, compreendida, nos termos de Castel (1995, *apud* TELLES, 1996, p.85)

a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

A análise produzida neste trabalho inclui tal compreensão da questão social enquanto conflito entre o capital e o trabalho, e a problematização das necessidades sociais por sujeitos que buscam efetivamente respostas políticas para as demandas presentes no contexto social através da efetivação de políticas públicas.

No lastro das considerações supracitadas, destaca-se que as manifestações da questão social ressentem-se da intervenção estatal, no cumprimento de sua função social protetiva e de responsabilidade pública, principalmente perante as entidades familiares, como se verá no próximo item. Nesse sentido, é importante destacar que a Constituição Brasileira de 1988 trouxe grandes transformações principalmente no que tange à proteção à família. A família assumiu posição de sujeito de direito e obrigações, sendo considerada como base da sociedade e espaço de realização pessoal com dignidade humana de seus membros.

À luz dessas ponderações, ressalta-se que a proteção social da família pelo Estado é um dever fundamental deste, juridicamente fundamentado, conforme preceitua o art. 226 da Constituição Federal de 1988, tal qual outros instrumentos jurídicos contemporâneos, como se poderá ver

adiante. Tais assertivas possibilitam refletir sobre as formas de intervenção do Estado nas expressões da questão social como exercício de sua função protetiva principalmente junto às famílias vulnerabilizadas. Nessa direção, a efetividade da proteção do Estado necessita da implementação de políticas públicas que garantam os direitos.

Dessa forma, pode-se afirmar que, à medida que o Estado passa a responsabilizar-se pela promoção e proteção de um conjunto de direitos, resultado de intensas lutas e mediações complexas e contraditórias, a política pública passa a desenvolver-se enquanto principal mecanismo do Estado na materialização de direitos assegurados.

3 Famílias vulneráveis e a proteção social

A pobreza e as situações de grave miséria econômica trazem, em seu bojo, situações de extrema vulnerabilidade social caracterizada pela vida em condições adversas, esfacelando ou ainda impedindo laços de convivência social e familiar, levando ao abandono, ausência de cuidados e dos vínculos relacionais, devido ao cotidiano de luta pela sobrevivência.

Compreendemos que as desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família. Petrin (2003) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar, para ser efetiva e eficaz, depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos. A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para o esfacelamento da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo; os filhos (crianças sem creche, escola; adolescentes, jovens sem expectativas), os idosos, as pessoas com deficiência, os sem trabalho.

A questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social. Esse estado de privação de direitos atinge todos os membros da família de forma profunda: incita e precipita a ida das crianças para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar, comprometendo, de forma significativa, o desenvolvimento das crianças; provoca o abandono dos idosos, dentre outras mazelas, o que favorece o enfraquecimento das relações, sejam afetivas, sociais, econômicas ou culturais.

A ausência do cumprimento da legislação de proteção social, aliada à ausência de políticas públicas de apoio, remete muitas famílias à condição de vulnerabilidade, às quais nem sempre conseguem cumprir sua função provedora e protetora, acarretando muitas vezes na perda da convivência familiar. Conforme entendimento de Gomes e Pereira (2005, p.361) %Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica+

A convivência constitui condição relevante para a proteção, crescimento e desenvolvimento dos membros da família, assim como são importantes, também, as transformações impostas à família, em decorrência do sistema socioeconômico e político do capitalismo, do crescimento demográfico da sociedade contemporânea e de mudanças em sua própria composição, seja com crescimento de famílias monoparentais, casais sem filhos, casais do mesmo sexo com ou sem filhos, diminuição das famílias formadas por casais com filhos, embora este último tipo ainda seja hegemônico na contemporaneidade.

Sob esta ótica, Fávero (2001) posicionou-se da seguinte forma:

As difíceis condições de trabalho, a baixa remuneração percebida e a ausência de renda mostram a face mais violenta de suas condições de vida, notadamente se forem analisadas em relação aos parâmetros da renda necessária para uma família viver com o mínimo de dignidade (FÁVERO, 2001, p.90).

Kaloustian e Ferrari (1994, p.11) elegem a família como espaço imprescindível para a garantia da sobrevivência e da proteção integral de seus membros, independentemente da configuração familiar ou da forma como esta vem se estruturando. A família propicia aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel primordial na educação formal e informal; é no seu espaço que valores éticos e morais são introduzidos e incorporados, onde se fortalecem os laços de solidariedade.

Sob a análise da questão social, cabe observar que a sua passagem do domínio privado, caracterizado pela relação capital/trabalho, para a esfera pública, foi promovida pelas lutas sociais, as quais a transformaram em uma questão política, e isso exigiu a intervenção do Estado no reconhecimento de novos atores sociais, como

sujeitos de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais. Conforme Pastorini (2004, p.103),

a questão social na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a questão social torna-se uma questão eminentemente política.

Nos termos assim colocados, destaca-se que a análise da questão social não é compreendida, simplesmente, como sinônimo de problema social+ ou de pobreza que remete ao indivíduo isoladamente ou a certos grupos sociais a responsabilidade ou culpa pelo conjunto de carências e privações por eles vividas.

Assim, considerando que a pobreza é apenas uma das diversas expressões da questão social, pondera-se pertinente a reflexão sobre a gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, e sua influência no campo social e, principalmente, na área de atuação junto às famílias, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. Sobre esta questão Yazbek (2003, p.62) definiu que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social+.

O entendimento da autora corrobora a assertiva de que a pobreza não é uma expressão da incapacidade dos indivíduos (e suas famílias) em prover sua existência, mas está diretamente vinculada ao não acesso a bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento do ser humano, apontando para o aguçamento dos conflitos sociais, decorrentes da relação dialética entre capital e trabalho.

Com base nas considerações supracitadas, compreende-se que a situação de vulnerabilidade social a que as famílias pobres estão expostas encontra-se diretamente ligada à miséria estrutural. Neste sentido, é mister pontuar que:

A família é apenas uma das instâncias de resolução dos problemas individuais e sociais. Os serviços públicos devem ser flexíveis para responder de forma diferenciada às diversas formas de apresentação dos problemas locais. Apenas aqueles a quem interessa esconder os conflitos de classe social, de raça e sexo, negar a relação fundamental dos problemas pessoais com a forma de organização do Estado e da economia, bem como diminuir a importância das lutas dos movimentos sociais e dos partidos políticos, é que busca colocar a família como centro absoluto da abordagem dos problemas sociais. (VASCONCELOS, 1999, p. 13).

Como destacam Fontenele (2007) e Teixeira (2010), a família de alvo difuso e desfocado da política social assume centralidade nas políticas sociais no Brasil em destaque a Política de Assistência Social. A família está no centro das políticas de proteção social e é impulsionada, nesse cenário de crises, retrações do Estado e intervenções da sociedade civil na provisão social, a assumir responsabilidades da proteção social, antes garantidas pelo Estado. Esse processo leva ao desmonte dos padrões de proteção social público, que constituem um precioso patrimônio conquistado pelas classes em suas lutas cotidianas.

Deste modo, as políticas públicas, em especial as de caráter social, são constituídas como dispositivos centrais de enfrentamento da questão social, acionados pelo Estado. Essas políticas passam, então, a figurar como mecanismos de operacionalização da função protetiva do Estado, enquanto processo de materialização dos direitos sociais assegurados constitucionalmente, fruto da mediação capital e trabalho. Mas, agora, são consideradas empecilhos ao amplo desenvolvimento e reprodução ampliada do capital, devendo ser restringidas, focalizadas e, sobretudo, contar com a parceria da sociedade civil e com as redes informais de proteção social, responsabilizadas pelas soluções da questão social.

Todavia, é preciso desmascarar essa versão da realidade. Como destaca Iamamoto (2008, p.125-126), deve-se eliminar a conformidade da naturalização das desigualdades sociais e da submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais . do capital dinheiro e do seu fetiche+, do discurso da culpa em responsabilizar as famílias frente a suas limitações de gerir e prover vida digna aos seus membros.

Dentre as políticas sociais que tomam a família como centralidade e que combatem a pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais, destaca-se a Política de Assistência Social que vem sendo alvo de mudanças em direção às garantias de direitos sociais não-contributivos, dirigidas às famílias e indivíduos vulneráveis.

4 Política de assistência social brasileira: avanços e limites na proteção social às famílias vulneráveis

A história brasileira da Assistência Social é marcada pelo direcionamento no enfrentamento das diversas expressões da questão social, pela ação compensatória sobre carências e necessidades e, em certos momentos, apresenta-se de forma populista, paternalista e benevolente.

As medidas de iniciativa estatal de atendimento aos mais necessitados restringiam-se ao caráter da focalização (FLEURY, 1994). O Estado atuava junto aos menos favorecidos no sentido tutelar e, por conseguinte, para manter o controle social. A ação era, portanto, de cunho autoritário e assistencialista.

De outro lado, temos acompanhado, nos últimos anos, avanços na Assistência Social, expressos nos marcos legais: Política Nacional de Assistência Social de 2004. PNAS/2004 e Norma de Operacionalização Básica/Sistema Único de Assistência Social. NOB/SUAS. Essa política é definida como política pública de direito, abrangendo as três esferas de governo e amparada no princípio da descentralização política e administrativa, com a participação da sociedade civil, cujas ações visam romper com a segmentação, a fragmentação do seu público. Tomam a família como foco de intervenção, colocando em pauta as necessidades dela, de seus membros, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Corroborando as discussões da seção anterior, essa definição é significativa na Política de Assistência Social, enquanto política de Estado e se constitui como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação, às vulnerabilidades e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira+(YAZBEK, 2001, p. 20-21), ampliando seu campo de intervenção.

O que significa avanço na legislação em relação à noção de pobreza, adotando o referencial da exclusão, vulnerabilidade e risco social, tomando como importantes os critérios objetivos de renda, mas ultrapassando-os e associando-os aos subjetivos, como sentimento de desfiliação, perda de vínculos, discriminações etárias, étnicas, sexuais, dentre outras.

A PNAS/2004 orienta-se pela primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridades àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização entre seus membros+ (BRASIL, 2005, p.28). Contemporaneamente, processaram-se transformações no campo da Assistência Social que passaram de uma dimensão mais de apoio, compensatória, para as formas redistributiva e preventiva, provendo cuidados e serviços de longo prazo ao lado das situações emergenciais, de estados de sofrimento, exclusão, vulnerabilidade, discriminações, dentre outras (TEIXEIRA, 2010).

Essas dimensões da assistência social ampliam o escopo da atuação e apresentam novo reordenamento para esse campo da ação estatal. Como destaca Sposati (2006), a perspectiva da PNAS, reafirmada no SUAS, ao propor a proteção social básica, além da especial, ultrapassa o caráter compensatório do entendimento da proteção social promovida pela assistência social que ocorre, via de regra, após a gravidade do risco instalado, sempre nas situações limites. É, sem dúvida, a face preventiva das ações da assistência social.

Essas inovações implicam mudanças nos processos de trabalhos, no desenvolvimento de novas competências e saberes. A PNAS/2004 e NOB/SUAS 2005 provocam, de maneira geral, expectativas e demandas, por uma nova lógica de gestão, seja financeira, seja de recursos humanos e novas estruturas físicas, com a implantação de Centros de Referência de Assistência Social. CRAS na atenção básica e Centros de Referência Especializado de Assistência Social. CREAS na atenção especial. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitária; e a proteção social especializada, materializada nos CREAS, opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de maus tratos, abuso e

exploração sexual, trabalho infantil, entre outros.

A Proteção Social, nessa política, opera, de acordo com Sposati (2006, p.111), sob três situações. A primeira refere-se à proteção das fragilidades próprias do ciclo de vida do cidadão+o que remete ao diálogo com os direitos da criança, do adolescente, dos jovens e idosos entendendo suas especificidades. O segundo eixo opera sobre a proteção %as fragilidades da convivência familiar+, já que a família, enquanto base da sociedade, vem sendo afetada por mudanças diversificadas no contexto social, mas ainda é a unidade de referência afetiva dos seus membros, carecendo, pois, de atenção especializada. O terceiro eixo refere-se à %proteção à dignidade humana e às suas violações+e inclui a necessidade de trabalhar com o respeito à %heterogeneidade e à diferença sem discriminação ou apartação+.

Para tal, ampliam-se as expectativas e demandas co-relacionadas ao trabalho social com famílias, onde, segundo Teixeira (2010), as marcas da tradição histórica de organização das políticas sociais mostram que o trabalho foi realizado de forma segmentada, em problemáticas, e os serviços foram organizados a partir de %adivíduos-problemas+e %situações específicas+, como trabalho infantil, exploração sexual, delinquência, dentre outras, não contemplando a família como uma totalidade.

Em relação às famílias pobres, co-relacionada à lógica das políticas sociais, estava a ideia de que a família é constitutiva do problema social e de que seus responsáveis não tinham capacidade de educar e proteger seus membros. Nessa perspectiva, Miotto (2004) esclarece que o trabalho social com famílias dirigiu-se às chamadas famílias %desestruturadas+, %incapazes+, com práticas socioeducativas desenvolvidas numa dimensão normatizadora e disciplinadora.

Com as alterações na contemporaneidade, como foi visto, a política de Assistência Social supera, em sua proposta, as visões e atendimentos parcializados, segmentados e isolados, dirigindo-se à família e às suas necessidades numa perspectiva de totalidade e de intersectorialidade. Mesmo assim, há expectativas quanto à redefinição do trabalho social com famílias, com práticas socioeducativas alternativas dirigidas para sua autonomia e protagonismo e com políticas públicas que socializem serviços antecipadamente aos custos enfrentados por elas, sem esperar que sua capacidade se esgote. Logo, à luz da questão

social, torna-se imperativo entender que a responsabilidade da proteção social não está restrita às famílias.

Torna-se um desafio, no trabalho social com famílias, segundo Teixeira (2010), realizar, de fato, de forma dialética e articulada, assuntos internos e externos a elas, nas questões objetivas e subjetivas de sua vida social. O trabalho, segundo as reflexões a segundo a autora, deve ser direcionado numa perspectiva de ampliação do universo informacional, da oferta de serviços e recursos no âmbito das diversas políticas, de forma a buscar a inserção das pessoas e famílias na rede de segurança social garantida pelo poder público, em quantidade e qualidade para atender suas necessidades. Isto dentro do quadro de lutas por direitos de cidadania.

No geral, pode-se afirmar que a implantação do SUAS traz um significativo avanço para a concretização da Política Pública de Assistência Social, tanto pelo seu caráter organizativo, como também pela definição de atribuições nas três esferas de governo. Mas, por outro lado, como afirma Fontenele (2007), é inquietante refletir que a retomada da família, no campo das políticas públicas, sem subsídios para a efetivação dos direitos, através da garantia de uma rede de serviços públicos integral, acaba por responsabilizá-la pela garantia desse direito e a penaliza pelo insucesso.

Vale ressaltar que o retorno da valorização da família, como canal natural de proteção social, é fruto, também, da adesão do Brasil, na década de 1990, à agenda de reformas conservadoras. Tal fato instaura um novo momento no sistema de proteção social denominado ajustamento conservador que, conforme Soares (2001), abriu passagem às tentativas de desmonte das políticas sociais e à implementação de políticas de perfil neoliberal.

Isso não significa dizer que o modelo da PNAS seja conservador, pelo contrário, é a tentativa de efetivação da política de assistência social como política pública. Entretanto, esta absorve, em seu desenho, a nova cultura ou consenso no modo de fazer política social que envolve o mix público/ privado na composição das redes. O privado é também a própria família e comunidades, tomadas como parceiros, sendo função do poder público coordenar, financiar e potencializar essa rede. Tal potencialização inclui as funções clássicas da família: sustento, socialização, educação e cuidados, o que amplia o trabalho das mulheres,

historicamente responsabilizadas por esses serviços.

Destaca-se que a absorção dessas funções da família pelo Estado, como se percebe na tentativa de criação de um sistema público de proteção social, sob a égide da seguridade social, nunca significou desfuncionalização da família, pois esta sempre foi tomada como parceira do Estado, principalmente no Brasil, em que o Estado é subdesenvolvido em proteção ao conjunto da população, especialmente da parcela não inserida no mercado formal de trabalho. Para Santos (2007), essa acentuação da parceria, na contemporaneidade, faz com que o que antes já era uma tradição se renove e assuma feições de modernidade.

É mister esclarecer que a realidade atual indica que as formas de organização das famílias são diversas e se modificam continuamente para atender as exigências que lhes são impostas pela sociedade, assim como foi dito anteriormente, o terreno sobre o qual a família se movimenta não é somente o da estabilidade, mas do conflito, da contradição, apesar de reconhecer-se também que, no seu seio, se movimenta a cooperação e a solidariedade. Destaca-se ainda, que muitas dessas novas formas de organização familiar, como as famílias chefiadas por mulheres, as monoparentais, a de um único provedor em situação de trabalho precário e irregular, acumulam pobreza, vulnerabilidades, impossibilidades de cuidados aos membros dependentes no seu interior. Portanto é impossível atuar-se de forma preventiva, responsabilizando-as, potencializando funções clássicas da família, o que só aumentaria o sentimento de culpa por não poderem realizar as funções e expectativas sociais.

Entende-se, deste modo, que os problemas que se apresentam ao longo da história das famílias estão relacionados, prioritariamente, com a impossibilidade de elas articularem respostas compatíveis com os desafios que lhes são colocados. Assim, a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas, nas palavras de Mioto (2000, p. 219), *espaços de cuidados*, mas principalmente *espaços a serem cuidados*.

Como destaca Fontenele (2007), posição aqui aceita, o foco na família, na Política de Assistência Social, em sua grande maioria as vulneráveis, tema da discussão em tela, coloca dois pontos para reflexão: primeiro a questão da família como

usuária de serviços [...] e depois a família na perspectiva da responsabilização pela proteção social (FONTENELE, 2007, p. 201).

A maneira como se dá esse retorno da família como a menina dos olhos da política social é de certa forma, para Pereira (2006), o esvaziamento da política social como direito de cidadania, uma estratégia resultante do impacto do neoliberalismo, já que, ao invés de emancipar a família, sobrecarrega-a com tarefas e responsabilidades protetivas do Estado. Embora a PNAS/2004 reconheça a importância da família na vida social apontando-a como merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de penalização das famílias brasileiras.

Apesar disso, a PNAS/2004 representa clara possibilidade de avanço na sua organização e no seu legítimo reconhecimento, ainda que existam diversas questões para serem discutidas, decifradas e repensadas, como é o caso da matricialidade sociofamiliar que passa a ter papel de destaque na Política de Assistência Social.

Considerações finais

As disparidades sociais, proveniente da estrutura econômica continuam sendo a primeira razão da pobreza. Desigualdades de renda, de acesso, de oportunidades, de informação constituem suas várias expressões. O surgimento de termos, como exclusão, vulnerabilidade e risco social, implica considerar também aspectos subjetivos, relativos às condições de vida dos indivíduos, como a perda da identidade, falência de laços comunitários, sociais e familiares, em que a tônica do problema é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade.

As famílias, alijadas das mínimas condições socioeconômicas, são expostas a situações de vulnerabilidades sociais que fragilizam suas funções protetivas, e conseqüentemente, o convívio familiar. Portanto, a determinação básica é econômica e política, a falta de renda, trabalho, serviços públicos de apoio à família geram rupturas familiares, desvinculação e empobrecimento das relações humanas. Nessa perspectiva, a prevenção não é apenas o investimento no subjetivo, mas em ambos, pois, sem inclusão da família, ela continuará negligente, melhor dizendo, negligenciada para realizar suas funções.

Além do esfacelamento das relações conjugadas pelas expressões da questão social, é mister destacar que a NOB/SUAS e a PNAS não

esboçam as questões de âmbito estrutural e, mais uma vez, tem-se a tendência a reeditar a política de base assistencialista, remediando os efeitos da acumulação capitalista, ou seja, dando continuidade às práticas compensatórias sem, de fato, alterar a condição de classe dos usuários da política, pois as expressões da questão social que constituem demandas da assistência são abordadas como se fossem situações autonomizadas e estivessem descoladas da base desigual da sociedade.

Torna-se, pois, urgente e inegável a necessidade de se operarem mudanças qualitativas e quantitativas na ordem econômica, sem as quais a questão social, no Brasil, não tem chances de ser pelo menos minimizada, haja vista que a sua superação demanda a transformação da estrutura política e econômica do país.

Por estas questões, mesmo reconhecendo os avanços da Política de Assistência, nas palavras de Alves (2008, p. 141) o SUAS não pode ser encarado e executado como simples técnica de gestão, devendo ser assumido como espaço de tensionamento do econômico, de ampliação de direitos, de articulação de políticas sociais e de radicalização da democracia (BOSCHETTI, 2005, p. 15).

Nessa perspectiva, afirma-se: a família necessita de proteção estatal. Esta, por sua vez, constitui-se como dever do Estado consagrado no §8º do art. 226 da Carta Magna e contempla todas as configurações familiares. Diante do exposto, abordar o papel do Estado e das políticas públicas no processo de materialização de direitos sociais, enquanto dever fundamental de proteção, frente a uma realidade profundamente desigual e injusta, é imprescindível.

Entende-se que o Estado deve executar políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social e que reconheçam a família como sujeito de direitos para, dessa maneira, definir os papéis de cada entidade socioassistencial no enfrentamento da questão social.

É imperioso também que sejam fortalecidas as práticas organizativas da sociedade civil, o que viabiliza e protege esta, e também a família, dentro de uma ótica que extrapole a categoria usual de clientes, beneficiários ou usuários dos serviços públicos, mas de fato como sujeitos de direitos e atores políticos ●

Referências:

- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. *Assistência Social - história, análise crítica e avaliação*. Curitiba: Juruá, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 05 de outubro de 1988.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS/SNAS, 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)*. Brasília: MDS/SNAS, 2005.
- _____. Ministério do Trabalho. *Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade*. Conv. MTE/SPPE/CODEFAT. n.º. 075/2005 e 1 Termo Aditivo. Brasília: MT/DIEESE, 2007.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília: UNB, 2005.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- _____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. *Rev. Cadernos CRH*, n.º 26 e 27, pp. 19-40, 1997.
- _____. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FÁVERO, Eunice Teresinha. *Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares*. São Paulo: Veras, 2001.
- FLEURY, Sonia. *Estados sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- FONTENELE, I. C. *O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal*. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2007.
- GARCIA, Brígida. La situación laboral precária: marcos conceptuales e ejes analíticos pertinente. *Revista Trabajo*, ano 2, n.º 3, Julio-diciembre de 2006, OIT México.
- GOMES, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 2, n. 10, p 357-363, abr./jun.2005.
- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fêchico*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KALOUSTIAN, S. M.; FERRARI M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.
- MIOTO, R. C. T. Cuidados Sociais Dirigidos à Família e Segmentos Sociais Vulneráveis. In: *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*, mod. 04. Brasília: UnB, CEAD, 2000.
- _____. Que família é essa. In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (orgs.). *Trabalho com famílias: textos de apoio*, v.2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.
- PASTORINI, Alejandra. Delimitando a questão social: o novo e o que permanece. In: *A categoria questão social em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*. Bauru: Ed. Edusc, 2003.
- SANTOS, A. C. de A. et al. A centralidade das políticas de combate à pobreza e a ênfase na família: o Programa Bolsa Família. *CBAS*, 12º, Foz de Iguaçu, PR: CFESS, 2007. 1 CD-ROM.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva. Os Programas de Transferência de Renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação? *Rev. Políticas Públicas*, São Luís, v. 9, n. 1, 2005, p. 251-278.
- SOARES, L.T.R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 87, p. 96-122, 2006.
- TEIXEIRA, Solange Maria. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. *Rev. Emancipação*. Ponta Grossa, PR, v. 10, n. 2, p. 535-549, jul./dez. 2010.

TELLES, Vera da S. *Questão Social: afinal do que se trata?* Rev. *Perspectiva*, 4. São Paulo: SEAD, 1996.

VASCONCELOS, Eymard M. A. *Priorização da Família na Política de Saúde.* Rev. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil.* Rev. *Temporalis*, 3. Brasília: AABEPSS, 2001.

*Assistente Social/UFPI, mestranda em Políticas Públicas/UFPI, professora da Faculdade Santo Agostinho

**Pós-Doutora em Serviço Social/PUCSP, professora do Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Políticas Pública/UFPI

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: problematizando a construção da cidadania na Academia

Por Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa* e
Lúcia Cristina dos Santos Rosa**

Resumo: O presente artigo aborda a temática da educação para a diversidade, tendo em vista que a educação é um direito fundamental do cidadão. Baseado em uma educação libertária e numa concepção de irreducibilidade da diversidade humana, este estudo visa reafirmar a importância de uma formação crítica com um viés emancipatório, capaz de entender a diversidade e fortalecer a luta contra toda forma de preconceito e discriminação. Para compreender as conexões entre estes conceitos foi realizado um estudo de caso no curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, o qual evidenciou limites e possibilidades desta articulação.

Palavras-chave: educação, diversidade, cidadania, políticas públicas.

1 Introdução

Convido você leitor a uma experiência de criticidade. A ideia é sair da zona de conforto das concepções e conceitos padronizados como hegemônicos e realizar um desdobramento para se colocar no lugar do outro, para vivenciar-se como o diferente, e desta forma, para problematizar o quanto a temática da diversidade é de suma relevância na sociedade contemporânea em que vivemos.

Bobbio (1992) afirma que vivemos a era dos Direitos. Teoricamente o arcabouço legal reflete um entendimento aguçado dos princípios e ideários humanitários, expressando um entendimento totalizante e abrangente dos direitos.

Conforme a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tem-se o entendimento de que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desta forma, a finalidade deste processo complexo é o pleno desenvolvimento do educando,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no qual princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber são fundantes, bem como a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Agora, questiono, será se estas prerrogativas legais são efetivadas no cotidiano das escolas e centros de educação? Ou melhor, como garantir o acesso ao direito à educação mesmo diante das diversidades?

Problematizar a educação de forma ampla e irrestrita seria um desafio instigante. Entretanto, em função da abrangência e viabilidade do estudo, o presente artigo restringe seu objeto de análise a educação acadêmica ou ensino superior e ilustra a experiência de um curso das ciências humanas, o curso de Bacharelado em Serviço Social.

É importante frisar que a educação superior representa apenas uma das modalidades de educação, de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação, e tem por finalidades: o estímulo a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, a

divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, além do estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais.

Verifica-se que o entendimento difundido na lei supracitada evidencia uma formação ampla, generalista e que incentiva a necessidade de se pensar a educação permanente como uma saída. Esta perspectiva acrescida do fato que vivenciamos uma época da história em que a análise da realidade precisa de uma leitura crítica e complexa, inclusive como pressuposto da lutar por direitos e garantias, reflete o quão atual e oportuna é a discussão sobre a educação para a diversidade.

É conveniente destacar que este estudo visa uma conscientização acerca da diversidade em várias perspectivas. Uma delas é a questão de gênero, geralmente negligenciada no processo educativo. Mas também é preciso adotar uma postura de respeito à diversidade na educação de forma geral, por exemplo, questionando o lugar de quem ensina e de quem aprende, destacando que estruturas rígidas de saber-poder são contrárias a uma educação para a liberdade e, portanto, para a diversidade.

Ampliando a discussão para o cenário das políticas públicas que são oriundas da concepção da Era dos Direitos (BOBBIO, 1992) que vivenciamos, a discussão torna-se ainda mais atual e relevante. Afinal, é crescente o número de políticas específicas que são criadas a cada dia. Ao invés de formarmos cidadãos na perspectiva do respeito e educação desde a infância, elaboramos políticas públicas para cada segmento da nossa população ou para violações de direitos.

Defendemos uma postura de respeito e defesa da diversidade o que não é sinônimo de defesa da criação de vários segmentos e movimentos sociais rigidamente demarcados, bem como diversas políticas específicas desarticuladas.

O que nos preocupa é que vivenciamos um Estado de Direitos em que a fragmentação dos movimentos sociais e a criação de políticas setoriais cada vez mais demarcadas é uma realidade. Mas é oportuno o questionamento: será se fragmentados teremos força para a luta contra o preconceito e a discriminação, por exemplo? Ou mais criticamente, será se a construção de políticas específicas ou setoriais é um avanço?

Ou ainda, elas refletem expressões da questão social que a sociedade negligencia?

Este artigo apresenta uma ousadia de pensar criticamente os elementos necessários para uma formação em que a diversidade seja abordada e principalmente respeitada. Defendemos que ao educar para a diversidade formamos sujeitos na concepção da cidadania e de defesa dos direitos. Para concretizar esse audacioso objetivo é necessário esclarecer quais concepções de diversidade e de educação defendemos e como propomos uma educação para a cidadania.

2 Diversidade: conceitos, características e desafios

Pensar uma problematização sobre a educação para a diversidade requer uma mínima compreensão do sentido de trabalharmos com o diverso, com o outro. De fato, como afirma Macedo (2003), discutir a diversidade é uma necessidade do cenário contemporâneo, uma vez que a diversidade é a grande questão do nosso tempo, já que envolve entendimentos como o nacionalismo, sectarismo religioso, uma consciência maior de gênero, raça e etnia; uma maior assertividade em relação à orientação sexual, e uma reafirmação da voz religiosa na praça pública. E estas são apenas algumas das formas de particularidade que continuamente se recusam a ceder ao individualismo e ao cosmopolitismo. Assim, apesar das divisões econômicas continuarem a ser importantes, o foco das lutas sociais contemporâneas deslocou-se para a política de identidade.

Carl Grant *apud* Verma (2007) argumenta que o conceito de diversidade exige a consciência, aceitação e afirmação das diferenças culturais e étnicas. Além disso, Grant sugere que a diversidade promove tanto a valorização das diferenças humanas quanto a crença de que, para os alunos pensarem criticamente - especialmente sobre as circunstâncias da vida e as oportunidades que direta ou indiretamente impactam suas vidas e as vidas de seus familiares, da comunidade e do país - eles devem afirmar tanto a diversidade *social* (pluralismo cultural) quanto a diversidade *humana*. Ademais, Verma (2007) pontua que nesta época de globalização, com uma cada vez mais complexa diversidade étnica e competição em muitas sociedades, é importante reconhecer que a educação multicultural abrange não apenas uma perspectiva local, mas também tem implicações de caráter mundial.

É relevante destacar o sentido e significado da diversidade. Moehlecke (2009) afirma que a expressão "diversidade", ao mesmo tempo em que pode indicar a percepção quase que óbvia da própria variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade, traz em si um conjunto múltiplo e complexo de significados. Já no campo das ciências sociais, o termo é utilizado, em geral, para descrever a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea. Apreendida em sua dimensão cultural, a diversidade é associada aos novos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados em torno da defesa das chamadas "políticas de diferença". Como direito à diferença, a diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública e política de grupos definidos como "minoritários", "subalternos". Essa reivindicação, no Brasil, partiu de alguns setores do movimento feminista e do movimento negro nos anos 1980, intensificando-se nos anos seguintes, quando passa a envolver também os movimentos indígenas e das pessoas com deficiência.

Em oposição a um princípio homogeneizador que prega a universalidade como ideal, Moehlecke (2009) apresenta o princípio da diferença, que se propõe a questionar justamente a neutralidade e a efetividade dessa igual dignidade, ao afirmar que a identidade particular de um indivíduo ou grupo é ignorada, distorcida e forçada a se conformar a uma cultura dominante hegemônica que não a sua, atribuindo-lhe uma cidadania de segunda classe. Desse modo, apenas as minorias e povos não ocidentais são alienados de sua cultura e valores, o que torna as sociedades ocidentais cegas à diferença não apenas inumanas, por suprirem a identidade, como também altamente discriminatórias (TAYLOR, 1994).

Em sociedades cada vez mais plurais em termos da quantidade de povos e culturas distintas que fazem parte delas, o que se exige em termos de reconhecimento não é apenas que as diferentes culturas possam defender a si próprias e sobreviver, mas que, no limite, se atestem seu igual valor e seu direito de existir e de participar politicamente da sociedade como um grupo coletivo.

Acerca das políticas educacionais brasileiras, Moehlecke (2009) lembra que a incorporação nos Parâmetros Curriculares Nacionais da "pluralidade cultural" como tema transversal, em 1997, é uma conquista que precisa ser problematizada. Verifique

a delimitação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - n. 9.394/96, de um capítulo específico para tratar da educação especial, de artigos direcionados à educação indígena e do estabelecimento do dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra. Vale mencionar ainda o Plano Nacional de Educação de 2001, que destinou capítulos específicos para educação especial e a educação indígena. Entretanto, estas medidas configuram-se ainda como ações fragmentadas direcionadas a públicos específicos, sem que tenha havido uma reorientação do conjunto das ações estatais, especificamente as do Ministério da Educação.

No âmbito acadêmico, na área das políticas públicas, são ainda relativamente recentes e escassos os estudos produzidos no país que analisam teoricamente a formulação de políticas a partir da diversidade cultural. Já no campo da educação, essa questão está mais presente nos estudos, ainda que se utilizem com mais frequência os conceitos de multiculturalismo, pluralismo cultural e interculturalidade do que o de diversidade cultural para se referir aos diferentes modos de interpretar a interação entre os grupos sociais e suas culturas.

Os movimentos sociais, igualmente, pouco articulam seus discursos políticos em torno da ideia de diversidade, dando preferência a termos como direito à diferença, antirracismo, antissexismo, sociedade inclusiva, entre outros. A expressão "diversidade", quando utilizada no Brasil, aparece geralmente como sinônimo de "multicultural", termo qualificativo que descreve a pluralidade de culturas presente em determinada sociedade.

No entanto, a "diversidade" também vem sendo utilizada, especialmente no âmbito do poder público, como sinônimo de "multiculturalismo", termo substantivo que se refere às estratégias políticas adotadas para lidar com situações de diversidade geradas em sociedades plurais culturalmente (MOEHLECKE, 2009).

O debate em torno da ideia de multiculturalismo tem-se difundido consideravelmente na área educacional; contudo, os sentidos atribuídos ao termo são dos mais variados. Vários autores se esforçam para circunscrever os diferentes tipos possíveis de multiculturalismo. A partir do conjunto de debates desencadeados a esse respeito, podem-se distinguir pelo menos três grandes aspectos que marcam e diferenciam os

significados oscilantes associados ao multiculturalismo:

“o reconhecimento ou não das hierarquias de poder presentes nas relações entre os diferentes grupos culturais;

“uma visão mais essencializada ou mais dinâmica da identidade cultural de determinados grupos;

“a articulação ou não entre as desigualdades socioeconômicas e as diferenças culturais.

3 Educação para a diversidade: o desafio de fomentar uma cidadania plural

A categoria educação será aqui defendida com base no pensamento de Paulo Freire (2006) segundo o qual não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio+ (2006, p. 43). Assim, o autor defende que a educação, ainda que tenha validade em outro tempo, foi marcada por condições especiais da sociedade brasileira, na qual uma elite+comandava um processo de alienação, em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era mais coisa+do que homem, o que reflete a negação dos direitos.

Paulo Freire (2006) concebe que cabe a sociedade compreender o homem e seu povo como sujeitos da sua história. Para tal desafio, opta então por uma sociedade parcialmente independente ou por uma sociedade que se descolonizasse+cada vez mais, fugindo do processo de alienação na busca pela autonomia e emancipação dos sujeitos.

A saída é a educação ampla e irrestrita, uma educação para a cidadania. Mas de forma contraditória surge uma inquietação, como apreender a educação enquanto formadora de sujeitos críticos e não apenas como objeto de massificação, como tem sido a educação nos países de terceiro mundo?

Segundo Paulo Freire (2006) é necessário a educação das massas, no entanto uma educação não para a domesticação+, para a alienação, para um homem-objeto, mas uma educação para a liberdade, para a formação de homens-sujeito, o que implicaria em uma sociedade ativa, crítica, que se coloque numa postura de auto-reflexão, que levaria a uma tomada de consciência e de reflexão sobre o seu tempo e espaço.

Pensar a educação neste sentido seria fortalecer a consolidação de princípios éticos de um processo formativo comprometido com a justiça social como norteadora da proposta de educar. A

meta seria lutar para combater manifestações de juízos de valor negativos, discriminações e o estigma, pois enquanto vivermos um sistema em que sujeitos são objetos-vítimas+de predeterminações sociais não estaremos sendo livres, reflexivos. No campo das relações de gênero, exemplificativamente, uma das alternativas seria o combate às normas que privilegiam traços associados com a masculinidade (androcentrismo), bem como a desvalorização de coisas codificadas como femininas+(sexismo cultural). Essa inferiorização se expressaria nos diversos danos sofridos pelas mulheres, entre eles o assédio sexual, a exploração sexual, a violência doméstica, a marginalização na esfera pública e nos corpos deliberativos, além das estereotípicas representações midiáticas trivializantes, humilhantes e objetificantes da mulher.

Educar sem estabelecer padrões ou marcadores, educar para uma cultura de paz e respeito, educar para a formação de valores e com base em princípios éticos talvez fosse uma forma de enfrentamento a toda e qualquer forma de violação de direitos, de discriminações e objetivações do ser humano.

Paulo Freire (2006) esclarece esta necessária criticidade e reflexividade quando afirma que:

O que teríamos de fazer, numa sociedade em transição como a nossa, inserida no processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era **tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma dominante crítica.** Isto significa então colaborar com ele, o povo, para que assumisse posições de transição. Posições integradas com as exigências da democratização fundamental, por isso mesmo, combatendo a inexperiência democrática. Estávamos, assim, tentando uma educação que nos parecia a de que precisávamos. Identificada com as condições de nossa realidade. Realmente instrumental, porque integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito (FREIRE, 2006, p. 114, grifo nosso)

Discutir a educação e diversidade é de suma relevância, pois de acordo com Paulo Freire (2006) a liberdade é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa, que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos na elaboração de um diálogo e do exercício de um questionar constante. Ademais não se pode ocultar que o movimento de educação foi uma das várias formas de mobilização adotadas no Brasil; desde a crescente participação popular

através do voto, até o movimento da Cultura Popular, organizado pela União Nacional dos Estudantes, registram-se vários mecanismos políticos, sociais ou culturais de mobilização e conscientização das massas numa perspectiva democratizadora.

A ideia de uma educação para a diversidade é um amplo desafio e remete também à necessidade de compreensão de que diferentes sujeitos fazem parte deste processo, como trabalhadores, os movimentos sociais, a sociedade civil, os intelectuais, enfim, todos os seres envolvidos neste complexo quadro de transformações de formas arraigadas de pensamento, que são na contemporaneidade incapazes de refletir a real complexidade das marcas identitárias dos sujeitos.

Segundo este eixo de análise é necessário desconstruir as estruturas sólidas que determinam o saber-poder e combatê-lo difundindo o esclarecimento de que a educação enquanto movimento libertário é uma educação popular, permanente, dialogal.

Outro enfoque interessante que podemos destacar nesta análise é que a educação para a diversidade é respaldada na compreensão de que problematizar essas questões ou violações observadas no processo educativo não se limita a um ativismo na luta pela defesa de políticas ou disciplinas específicas, como a da saúde mental, saúde do homem ou de combate a violência contra a mulher, tão comumente difundidas pela mídia como políticas que abordam questões de gênero. A intenção é conscientizar a necessidade de tornar transversal a discussão sobre temáticas específicas, como a questão de gênero e da diversidade na formação, bem como outras políticas.

Como bem pontua Paulo Freire (2006), conscientizar não significa ideologizar ou de alguma forma propor palavras de ordem, ou quem sabe estabelecer uma reformulação curricular. Esta não é a proposta deste estudo, a sua intencionalidade é suscitar o debate, um inquietar constante acerca da formação em consonância com a realidade tão complexa, mutável.

Diante do ousado desafio a que nos propomos, este trabalho compartilha da preocupação de Paulo Freire acerca da construção de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, pois para ele o saber democrático jamais será incorporado autoritariamente, pois seu sentido está na efetivação de um trabalho comum entre

educando e educador.

4 Universidade: um espaço de transformações, criticidade e mudanças

Netto (2000) faz um convite a questionar a maneira como a universidade vem atuando na formação de pessoas, sem contudo desmerecer a fundamental contribuição do espaço universitário para a formação de pessoas e para isso ressalta:

(...) Por mais problemática que seja a universidade pública brasileira ninguém passa por ela impunemente, essa universidade com todos os problemas que ela tem é uma escola de cidadania, ela inquieta, ela agita, ela subverte, ela faz germinar (NETTO, 2000, p. 29).

Esta é a realidade que vivenciamos na cena contemporânea de uma universidade ainda não preparada para dar respostas complexas a problemas da sociedade como a questão da diversidade e de gênero, pois exigir desta um efeito tão amplo só seria possível se pelo menos a maior parte da população acessasse a vivência deste espaço de cidadania. Mas infelizmente apenas uma pequena parcela da população tem acesso a este nível de reflexão.

Nesta mesma perspectiva, Iamamoto (2000) ressalta que é necessário produzir uma reflexão e provocar o debate acerca do ensino superior e da conseqüente formação de profissionais na atualidade, pois é preciso caminhar para a construção de estratégias políticas, de natureza acadêmica e profissional, voltadas a defesa da universidade pública direcionada aos interesses da coletividade.

Segundo Rotelli (2008) formar significa exercitar continuamente um espírito crítico diante da ideologia dominante. A universidade em si, enquanto instituição, representa neste sentido a defesa de uma lógica ou ideologia dominante na sociedade em que estamos inseridos. Diante desta constatação, defendemos em consonância com Rotelli (2008) que a formação de que precisamos não se trata de uma reprodução de práticas que atendam a necessidades postas. Para além desta capacidade limitada, precisamos de uma formação crítica, propositiva, capaz não apenas de intervir na sociedade, mas de repensar a sociedade, de ressignificar seu sentido, seus valores e objetivos. Precisamos de uma formação em que os sujeitos formados sejam capazes de construir novas instituições, com condições, situações e organizações que se proponham a dar respostas às necessidades.

Um exercício interessante para suscitar o

espírito crítico é questionarmos a formação que temos nos perguntando se esta formação interroga as políticas públicas e solicita as políticas públicas que estas constituam um corpo social ou se não as interrogam. Será se esta formação trabalha para que as políticas públicas respondam às necessidades do nosso cotidiano, como as necessidades de casa, de sociabilidade, de afetividade, de trabalho dos nossos usuários, compreendendo suas singularidades ou será se nossa formação não nos interroga quanto a tais questões? Mas primordialmente é preciso questionar sobre qual formação estamos falando? Formar quem? Para quê? Baseado em quê? Quais as intencionalidades envolvidas?

Paulo Freire amplia a noção de formação, apresentando uma possibilidade de superar visões reducionistas da educação. Seu princípio orientador é a inconclusão do ser humano, assim seu raciocínio lhe permite pensar a experiência humana como um permanente movimento de procura, de construção. É através deste olhar amplificado que se apresenta uma possibilidade de apreender novas perspectivas, de realmente construir um novo rumo para o que denominamos de educação.

De acordo com Amarante (2008), é necessário distinguir o sentido da formação. Dito isto, o autor esclarece:

Quando falamos em formação, não estamos nos referindo, portanto, a simples treinamento, adestramento, capacitação, otimização de recursos humanos, ou mesmo em simples processo de transferência de conhecimentos. Mas sim, estamos falando em emancipação, criação de potências, de projetos, de perspectiva crítica (AMARANTE, 2008, p. 66)

Mas qual sentido atribuímos a universidade, como esta pode contribuir para a sociedade? Qual a sua função?

Em consonância com Netto (1986) acreditamos que a contribuição específica que a universidade pode oferecer é o fortalecimento/engajamento na constituição de uma nova cultura, o que significa que a universidade tem uma função de investir-se como construtora de novas visões de mundo, o que representa pensar a universidade muito além do aspecto de transmissão de conhecimentos e técnicas ou talvez de investimentos tecnológicos, mas sim como um espaço capaz de dialogar com a sociedade, debatendo e fazendo incidir sobre aquilo que passa fora dela.

Desta forma, deve-se firmar que a excelência acadêmica não pode se resumir a transmissão/reprodução de conhecimento visando uma

formação de mão de obra especializada para atender as demandas do mercado de trabalho, como é bastante comum. Para além é oportuno que a universidade seja uma propulsora de uma razão crítica e um universo axiológico que a ilumine e impulse a construção do processo histórico na direção da liberdade, da equidade e da democracia para os cidadãos.

5 Metodologia da pesquisa

Diante da elaboração teórica dos fundamentos e princípios de um processo formativo construído através do sistema de educação superior no Brasil a realização de um estudo de caso do processo de formação profissional do assistente social com ênfase para uma política específica que é a Política de Gênero da Universidade Federal do Piauí (UFPI) se apresenta como uma possibilidade de verificar quais os limites e as possibilidades que esta formação vem encontrando na cena contemporânea; ademais faz emergir a necessidade de um repensar constante sobre a construção de conhecimento e sua reprodução.

Desta forma, esta pesquisa foi um estudo predominantemente qualitativo, tratando-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que visava conhecer o que se produzia acerca da temática nas suas mais diversas expressões. Quanto ao tipo de pesquisa, esta inicialmente utilizou-se de uma revisão documental, posto que foi necessária uma busca nas emendas das disciplinas a fim de encontrar aquelas que se relacionavam a política de gênero. Também pode ser caracterizada como uma pesquisa de campo, cujo *locus* foi a coordenação e o departamento do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

6 Limites do processo de formação profissional do assistente social para atuar na defesa de políticas de gênero

Após a realização da pesquisa foi possível verificar alguns indicativos de fragilidades, ou limites que a formação em serviço social no caso da Universidade Federal do Piauí enfrenta atualmente. São questões que versam desde a composição curricular até a construção de práticas no campo específico da defesa dos direitos envolvendo questões de gênero. Contudo é oportuno destacar que a identificação destas limitações objetiva uma crítica no sentido de colaborar para a melhoria do processo de construção do conhecimento, pois como pontua Paulo Freire é necessário o exercício de um

repensar constante das práticas, o que torna o sujeito educando e educador ativos no processo da fecundação do conhecimento.

Inicialmente ganhou destaque a quantidade de disciplinas que não tratam das questões mais próprias da profissão nos primeiros períodos. É compreensível que no início do curso exista uma expectativa em compreender efetivamente o fazer da profissão, a curiosidade em desvelar este campo de trabalho, de entender as especificidades da profissão é muito forte. No entanto, o que se verifica na prática é que nos primeiros períodos a constituição do curso prima por uma fundamentação em disciplinas afins para a análise da sociedade de forma geral, são estas: antropologia, sociologia, psicologia, formação sócio-histórica do Brasil, dentre outras.

Outra limitação na formação corresponde à repetição de conteúdos em algumas disciplinas, o que gera sobreposição e termina por impossibilitar que outras temáticas sejam trabalhadas, como por exemplo discussões como a questão da política da saúde da mulher, contra a violência a mulher, a problemática das drogas, a questão habitacional, problemáticas da previdência, a atuação profissional do assistente social e o setor judiciário, etc.

Outra limitação relatada se refere à dificuldade de o(a) aluno(a) identificar, a partir do currículo vigente (IV currículo), a relação entre teoria/método e história na formação profissional. Assim, alguns argumentam que é difícil a compreensão desta implicação e acaba por não entender o peso excessivo dos fundamentos teóricos em contraponto com as disciplinas mais direcionadas a prática profissional.

Identificou-se com a pesquisa que a política de gênero, inserida no bojo das políticas sociais, no curso abordadas nas disciplinas de Política Social I, II e III não é discutida neste momento, nem tão pouco nas disciplinas afins como Ciência Política, Introdução à Filosofia, Direito e Cidadania.

Por fim talvez a limitação mais relevante que a pesquisa conseguiu apreender talvez tenha sido o fato de que muitos dos alunos que na vida acadêmica acumularam conhecimentos sobre políticas específicas como as políticas de gênero foram apenas aqueles que efetivaram o estágio curricular nesta área, desta forma alega-se que os demais discentes muitas vezes terminam a graduação sem ter conhecimentos da política de gênero, por exemplo.

Fica a reflexão sobre qual o sentido de um profissional como o assistente social, que trabalha com as mais diversas políticas públicas, desconhecer os fundamentos de políticas específicas como a política de gênero, principalmente por esta se tratar de uma política que atua na luta pela emancipação humana e contra toda forma de discriminação, da política de enfrentamento a violência, políticas de habitação, de educação, dentre outras.

7 Possibilidades e avanços na formação profissional do assistente social para atuar na defesa das políticas de gênero

Com a implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social em 1996, como esclarece o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2006), se avança bastante na formação profissional, pois se impõe a necessidade de uma capacitação teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa visando uma nova concepção de ensino-aprendizagem, no qual se tem uma priorização de uma leitura crítica do processo histórico, apreendido na sua totalidade. Prima-se pela investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo da produção capitalista. Objetiva-se deste então a apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas visando a compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2006), o pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos teóricos-éticos-políticos-culturais para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, adaptável e desta forma capaz e assegurar padrões de qualidade na formação do assistente social.

Outro avanço que o currículo atual de Serviço Social (4º currículo) apresenta é a possibilidade dos discentes vivenciarem a problematização e aprofundamento de temáticas diversas sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do alunado através dos Tópicos Especiais. Estes podem trabalhar temas como Políticas Públicas, dentre estas as políticas de gênero, Assistência Social, Saúde, Saúde Mental,

Previdência, Pessoas com necessidades especiais, Educação especial, questão agrária, questão urbana, infância e juventude, terceira idade, questão social, questão ambiental, terceiro setor, direitos e cidadania, dentre outros.

A formação do assistente social na UFPI apresenta também a experiência da extensão universitária e da iniciação científica como possibilidades de aproximação com determinadas temáticas como a política de gênero, o que pode despertar no discente interesse por áreas específicas de atuação. Um exemplo é o núcleo de estudos sobre a questão de gênero e a diversidade sexual da UFPI.

8 Considerações finais

Discutir o processo de construção de uma educação para a diversidade é uma saída apontada como inarredável, tendo em vista a sociedade contemporânea em que vivemos e principalmente em função do objetivo de respeitar a diversidade como forma de preservar a efetivação dos direitos humanos. Como bem pontua Bobbio, vivemos a era dos direitos e primar pela defesa da educação é uma alternativa para a vida em sociedade.

O estudo relatado no Curso de Serviço Social da UFPI para além de responder a demandas específicas como as políticas de gênero, objetiva tornar evidente a necessidade de que estas temáticas sejam abordadas na sua complexidade e de forma transversal durante a formação, enquanto problemas macro da nossa sociedade e não apenas como questões ocasionais, específicas de determinado grupo de sujeitos.

É preciso enfrentar a fragmentação do saber e assumir que a educação universitária é um processo, e por isso necessita de um exercício de crítica constante, bem como de uma avaliação capaz de revelar os limites e as possibilidades que a formação profissional enfrenta, ou melhor que a educação superior vivencia.

Este artigo contribuiu suscitando o debate sobre uma educação na perspectiva de enfrentamento das violações de direitos, discriminações e preconceitos. Ele surge como uma inquietação diante da complexidade da vida e da negação da cidadania na perspectiva de contribuir para a construção de reflexões sobre uma educação para a diversidade e para a cidadania. Está posto o desafio. Que novos estudos reforcem esta ideia ●

Referências:

- AMARANTE, Paulo. Saúde Mental, Formação e crítica. In: **Cultura da Formação: reflexões para a inovação no campo da saúde mental**. Rio de Janeiro: Laps, 2008.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. **Constituição Federal de 1988**.
- _____. **Projeto Pedagógico do curso de serviço social**. Teresina, Piauí, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2006.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. In: **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Revista da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social-ABEPSS-ano 1, Brasília: Vaalci, 2000.
- MACEDO, Stephen. **Diversity and distrust: civic education in a multicultural democracy**. Cambridge & London: Harvard University Press, 2003.
- MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200008 &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000200008>.
- NETTO, José Paulo. In: **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior**. Reforma do ensino Superior e Serviço Social. Revista da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social-ABEPSS-ano 1, Brasília: Vaalci, 2000.
- NETTO, José Paulo. **O processo da Formação profissional do Assistente Social**. cadernos abess- associação brasileira de ensino de serviço social nº1. In: Teoria, método e história na formação profissional. cortez editora. 1986.
- ROTELLI, Franco. **Saúde Mental, Formação e crítica**. In: Formação e Construção de novas instituições em saúde mental. Paulo Amarante e Leandra Brasil da Cruz- Rio de Janeiro: Laps, 2008.
- TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Edited and introduced by Amy Gutmann. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 25-73.
- VERMA, Gajendra K. Diversity and multicultural education: cross-cutting issues and concepts. In: BAGLEY, Christopher R.; JHA, Madan Mohan; VERMA, Gajendra K (Ed.). **International perspectives on educational diversity and inclusion: studies from America, Europe and India**. New York & London: Routledge, 2007, p. 21-30.

Bacharel em Serviço Social/UFPI, mestranda em Política Públicas/UFPI, bolsista CAPES pelo projeto Ensino na Saúde do Núcleo de Estudos em Saúde Pública/NESP-UFPI.

Doutora em Sociologia/UFPE, doutora em Serviço Social/UFRJ e pós-doutoranda/UNICAMP, professora da Universidade Federal do Piauí.

OS INSTITUTOS FEDERAIS de educação, ciência e tecnologia no desenvolvimento brasileiro: entre o mercado e os excluídos

Por José Tavares da Silva Neto* e
Guiomar de Oliveira Passos**

Resumo: Analisa-se a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, examinando os fundamentos e o perfil organizacional da ação do Estado, valendo-se da legislação que os instituiu e dos planos governamentais que os institucionalizaram além da literatura de análise destes. Constatou-se que esses institutos se inserem no projeto de desenvolvimento do governo, atendendo às necessidades do mercado e à geração de renda dos excluídos, tendo papel estratégico, respondendo pela preparação de mão de obra, produção de conhecimento e disseminação de tecnologia e, por conseguinte, conferem à educação caráter de instrumento do desenvolvimento.

Palavras-chave: Instituto federal de educação. Educação. Desenvolvimento.

1 Introdução

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu, ao lado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Consoante o art. 6º, suas finalidades são as seguintes:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à

investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O que se examina neste texto são os fundamentos desta ação do Estado, vale dizer, as motivações da institucionalização, bem como o perfil organizacional. Para tanto, recorre-se à legislação que os instituiu e aos programas e planos governamentais que ensejaram a transformação dos centros de educação tecnológica em institutos, além da literatura relativa à análise dos instrumentos de planejamento do governo brasileiro. Trata-se de um esboço analítico, resultado das primeiras aproximações com o objeto que se expressa, num primeiro momento, na identificação do papel atribuído aos institutos na legislação e nos planos governamentais e, em seguida, com o delineamento destas organizações. Por fim, são tecidas considerações sobre a articulação entre esses institutos e desenvolvimento.

2 Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia nos planos e programas governamentais

As diretrizes para a constituição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFETs) foram estabelecidas no Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007c), para fins de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica e, como tal, foram emanados do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também de abril de 2007. Na concepção deste, “[...] a reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, para uma atuação integrada e referenciada regionalmente [...]”, conforme previsto no Decreto, “[...] evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.” (BRASIL, 2007b, p. 32).

Este enlace, consoante o PDE (BRASIL, 2007b, p. 6/31), “[...] é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado”, sendo talvez, diz adiante, “[...] na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, trabalho e território se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação mais notáveis.”

Assim, a missão desses institutos configura-se na relação da educação com o trabalho e com a ciência. Cada uma delas, orienta-se por objetivos distintos, sendo, no que concerne à primeira, as seguintes (BRASIL, 2007b, p. 32):

[...] ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Já em relação à educação em interface com a ciência, os objetivos são (BRASIL, 2007b, p. 31-32):

[...] constituir-se [o IFET] em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica.

No ideário traçado no PDE (BRASIL, 2007b, p. 33), esta não apenas é uma “[...] experiência institucional inovadora”, que funde “[...] a visão sistêmica da educação, território e desenvolvimento [...] de maneira plena”, mas também que tem possibilidade, em sua expressão, “[...] de abrir excelentes perspectivas para o ensino médio, hoje em crise aguda”, assim como de “[...] e por, em novas bases, o debate sobre a politecnia, no horizonte da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante.”

Assim é que, nas finalidades citadas no início do texto, a educação profissional e tecnológica forma e qualifica os profissionais do desenvolvimento, dissemina e produz tecnologias para solucionar problemas locais e regionais, habilita para atuar em conformidade com as condições produtivas, sociais e culturais, mas capacita na identificação dos fatores propiciadores de mudança, prepara para a investigação e compreensão da realidade, além de integrar a educação profissional às demais etapas formativas, inclusive na utilização dos recursos físicos e humanos. Desse modo, cabe aos institutos oferecer mão de obra, tecnologia e conhecimento para o desenvolvimento. Estes elementos também estão presentes na definição da missão institucional configurada na relação da educação com o trabalho e a ciência, ambos encarregados do fornecimento de mão de obra e tecnologia, mas cabendo apenas ao primeiro a tarefa de, em meio às demais competências, gerar emprego e renda. Com isso, tem-se que os institutos têm também sob sua responsabilidade criar novos agentes econômicos (empreendedores), vale dizer, inserir os excluídos no desenvolvimento.

A concepção de desenvolvimento não é explicitada. Depreende-se, por um lado, que esta se ancora na ideia de **incrementos positivos no produto e na renda**, fazendo uso das expressões de Oliveira (2002), associados à satisfação das necessidades humanas; por outro, que compete à educação fornecer mão de obra, tecnologia e conhecimento necessários aos incrementos da produção e da renda. Esta é uma compreensão de desenvolvimento que traz, ao mesmo tempo, elementos das duas convenções de desenvolvimento de que fala Erber (2009): **institucionalista** restrita e **neodesenvolvimentista**. Da primeira, os compromissos com o funcionamento do mercado, no caso, com o capital humano e os meios necessários à produção e

consumo; e da segunda, o aumento ou criação de oportunidade de renda familiar nos segmentos mais pobres da população. Evidentemente, esta é não apenas dependente daquela, mas subalterna e menos significativa, dada à sua reduzida presença na compleição do modelo institucional.

A dualidade de concepções ou convenções de desenvolvimento não se manifesta apenas nos institutos, encontra-se, conforme Erber (2009), no próprio governo; uma, presente no que propugna o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e outra, no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) 2003-2007, na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

No PPA, principal instrumento de planejamento governamental, percebe-se a tentativa de conciliar as duas concepções. A mensagem presidencial de envio ao Congresso Nacional afirma que este plano promoverá desenvolvimento com inclusão social+(BRASIL, 2007a, p. 11), tendo a educação, neste contexto, o condão de causar impactos na competitividade econômica, na equidade social e no desempenho cidadão. Este impacto, por um lado, condicionado à qualidade+, sem o que não se dá a adequada [p.a.] apropriação de padrões tecnológicos inovadores para o desenvolvimento do setor produtivo+e, conseqüentemente, [p.a.] o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza+(BRASIL, 2007a, p. 16); e, por outro, pelo fornecimento da inovação tecnológica, advinda da implementação de políticas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento e a setores e atividades intensivos em tecnologia, geradores e difusores de inovação+e da adequada+(BRASIL, 2007a, p. 11-12). À educação, portanto, cabe a tarefa de garantir as condições de apropriação da tecnologia, bem como de sua produção. Daí a importância estratégica dos institutos conferida pelo PDE e a inclusão deste nas agendas prioritárias do PPA ao lado da agenda social e do PAC (BRASIL, 2007a, p. 13), tendo ele o *status* de elemento essencial.

O destaque conferido à educação em geral e, conforme o PDE, aos institutos em particular, decorre de que estes [p.a.] são a garantia de expansão da capacidade de produção que se traduzirá em aumento da produtividade e da competitividade da economia+(BRASIL, 2007a, p. 32) sem o que não serão vencidos os grandes desafios de o PPA [p.a.] assegurar o atual círculo

virtuoso de crescimento, e direcionar políticas públicas necessárias para elevar a produtividade e a competitividade da economia, assegurando que seus ganhos sejam distribuídos de forma equânime.+

A estrutura organizacional dos institutos para cumprir missão e tarefas que lhes foram confiadas é o tema seguinte.

3 Perfil organizacional dos institutos federais de educação

A Lei n. 11.892/2008, ao criar os institutos federais de educação, constitui-os na forma de autarquia, dispondo, conseqüentemente, autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial com o objetivo de desenvolver atividades de ensino - técnico de nível médio e superior (graduação e pós-graduação) -, pesquisa e extensão. Desse modo, as instituições de educação profissional técnica passaram a integrar o rol das ações do Estado para o ensino médio, profissional e superior.

A educação profissional técnica, em duas modalidades: de nível médio e de formação inicial e continuada. A primeira, prioritariamente na forma de cursos integrados ao ensino médio¹, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. A segunda, para os trabalhadores, [p.a.] objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.+(BRASIL, 2008, art. 7º, II). A educação de nível superior, graduação e pós-graduação destinada ao público em geral que reunir as condições necessárias ao seu ingresso. Nesta última, singularizam-se os cursos superiores de tecnologia, cursos tecnológicos, e os [p.a.] de licenciaturas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para educação profissional.+(BRASIL, 2008, art. 7º, VI, b).

Lembrando-se que toda a oferta, como dito anteriormente, seja orientada pelo estudo das potencialidades locais e regionais do entorno do instituto, como também da necessidade de mão de obra. Os cursos, por conseqüente, são diversos, envolvendo todos os setores produtivos (agroindústria, agropecuária, mineração, mecânica, agrimensura, eletrotécnica, gastronomia, radiologia, informática, eletrônica, engenharia de pesca, edificações, dentre outros) (BRASIL, 2011b).

Neste mister, diz a Lei n. 11.892/2008, no seu art. 2º, § 3º, que

Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Os cursos tecnológicos, formação em nível superior, têm duração mínima de dois anos, mas predominam cursos de três anos (BRASIL, 2011); modelo diferente do adotado para os cursos superiores, que, em geral, se dão em maior tempo, e os cursos técnicos de nível médio com carga horária em média de 1.200 horas (1,5 ano) (BRASIL, 2011b).

Para realizar suas atribuições, cada instituto estrutura-se em multicampi, isto é, em várias unidades, dispondo, cada uma delas, da prerrogativa de submeter sua proposta orçamentária anual (BRASIL, 2008).

A organização administrativa do instituto é composta por órgãos consultivos - Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior - e órgão executivo - a Reitoria, composta por 1 reitor e 5 pró-reitores, tendo cada *campus* um diretor-geral responsável pela direção do mesmo. Reitor e diretor-geral são submetidos a processo de consulta à comunidade escolar, corpo docente, servidores técnico-administrativos e corpo discente, para sua condução ao cargo, cujo mandato se dá em um período de quatro anos, permitida uma recondução, submetida igualmente ao processo de consulta. O primeiro, após prévia consulta, é nomeado pelo presidente da República e o segundo pelo reitor. Sua estrutura física é resultado da herança patrimonial dos antigos centros federais de educação, ciência e tecnologia e do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2009); esta responsável pela interiorização da Rede, pois a implantação de novos *campi* requer a identificação de cidades-polo (BRASIL, 2007b), aquelas distantes dos centros urbanos, mas com influência econômico-social em seu entorno. É esta estrutura institucional, organizacional e física que tem o encargo de articular a educação ao trabalho e à ciência tendo em vista o desenvolvimento do país tanto no sentido de suprir o mercado de mão de obra qualificada e tecnologia como de favorecer a inclusão social.

4 Conclusão

O poder público, ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atribuiu-lhe papel dentro da interface que estabelece entre educação e desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento governamental está, a um só tempo, comprometida com a estabilidade econômica (institucional restritivo), e com a questão social (neodesenvolvimentismo). A ideia do Governo na criação dos institutos, apreendida em leitura realizada de seus instrumentos de planejamento governamental, PPA 2008-2011, PDE, e a lei de sua constituição, confere-lhes papel estratégico, sendo responsável pela preparação de mão de obra, produção de conhecimento e disseminação de tecnologia. Desse modo, o governo chama a educação para ser instrumento de desenvolvimento ●

Nota:

(1) Modalidade de ensino em que o aluno faz o curso técnico integrado ao ensino médio, obedecendo à opção feita no processo seletivo.

Referências:

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2008-2011*: mensagem presidencial. Brasília: MP, 2007a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação*. 24 abr. 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei11892.htm>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- BRASIL. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Tecnológicos*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12488&Itemid=788>. Acesso em: 18 abr. 2011.
- BRASIL. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2011.
- ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um desafio de economia política. *Insight Inteligência*. São Paulo, a. XI, n.44, março de 2009, p. 109-130. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/44/PDFs/09%20-%20CONVEN%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 47-62, maio/ago. 2002.

*Graduado em História/UFPI, mestrando em Políticas Públicas/UFPI, analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura do IBGE.

**Professora do Deptº de Serviço Social e dos Mestrados em Políticas Públicas/UFPI e Ciência Política/UFPI. Doutora em Sociologia/UNB.

RECICLAGEM DE PNEUS

Por Danielle Maria dos Reis Galdino* e Maria do Socorro Lira Monteiro**

Resumo: Na sociedade moderna, o descarte final dos resíduos sólidos tornou-se preocupante, pois o depósito inadequado provocou danos à saúde pública e ao meio ambiente, os quais exigiram a intervenção do poder público e da sociedade para a implementação de alternativas de solução. Nesse sentido, o artigo trata sobre o destino dos pneus inservíveis no Brasil e o procedimento adotado pelas autoridades teresinenses diante do seu acúmulo.

Palavras-chaves: Resíduos sólidos. Reciclagem de pneus. Teresina.

1 Introdução

O crescimento populacional historicamente provocou problemas ambientais. Para resolvê-los, fez-se mister adotar políticas e medidas de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (CNUMAD, 1972), reconheceu as necessidades de a natureza não ser utilizada como fonte inesgotável de recursos e de reduzir o ritmo da produção de bens e produtos, mas sem a devida preocupação com a degradação do meio ambiente. Ademais, Lerípio (2004) acrescenta que as pessoas vivem cercadas de lixo, uma vez que nos últimos 20 anos a população mundial cresceu menos que proporcionalmente (18%) que o lixo por ela produzido, que foi de 25%.

Assim, salienta-se que a sociedade moderna, consubstanciada na praticidade proveniente de tecnologias que possibilitam economia de tempo, comodidade etc., gerou, conseqüentemente, problemas sobre o destino dos produtos utilizados. Logo, o descarte final dos resíduos sólidos tornou-se preocupante, pois o depósito inadequado provocou danos à saúde pública e ao meio ambiente, os quais exigiram a intervenção do poder público e da sociedade para a implementação de alternativas de solução.

Nessa perspectiva, ressalta-se que, dentre os resíduos sólidos nocivos ao meio ambiente, destacou-se o pneu inservível, cujo tempo de decomposição, consoante o Ambiente Brasil (2009), é indeterminado. Com base nesse contexto, o artigo discorre sobre o destino dos pneus inservíveis no Brasil e o procedimento das autoridades teresinenses diante do seu acúmulo. Para tanto, analisa o pneu e sua relação com o meio ambiente, a legislação ambiental e a reciclagem do pneu inservível como foco na cidade de Teresina.

2 Pneu e meio ambiente

Na concepção de Michelin (2008), o pneu tem as funções de guiar veículos com precisão, sustentá-lo parado e em movimento, resistir à transferência de cargas, amortecer (ao absorver os obstáculos e irregularidades da estrada), mobilizar com regularidade e segurança, transmitir potência útil do motor e qualidade nos poucos centímetros quadrados em que entra em contato com o solo, e ser duradouro, ao conservar o melhor nível de performance durante as rotações da roda. Destarte, em virtude de ser durável, resistente e absorvedor dos impactos no solo, facilitou e tornou prático o transporte de pessoas e cargas, o que possibilitou o incremento significativo da produção.

Conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a borracha é a principal matéria-prima do pneu, a qual representa cerca de 41% do peso, em pneu de aproximadamente 10 kg. Existem a borracha natural, oriunda da seringueira (*havea brasiliensis*), e a sintética, que é um tipo de elastômero e que consiste em polímeros com propriedades físicas parecidas com a da borracha natural, derivada do petróleo e do gás natural. Além da borracha, o pneu é composto pelo negro de carbono ou negro de fumo, fibras orgânicas, como o nylon e o poliéster, arames de aço, derivados do petróleo e produtos químicos (BNDES, 1998).

O crescimento da demanda de pneu nos mercados de reposição e de montagem decorreu de sua capacidade de possibilitar agilidade, comodidade e segurança nos transportes de cargas e de pessoas. O faturamento bruto das indústrias do setor praticamente triplicou, pois, em 1985, foi de cerca de US\$ 35 bilhões e passou para US\$ 92 bilhões, em 2004. Tal performance foi condicionada pelo fato de que, em 2005, dos 1.047 milhões de pneus destinados aos veículos de passeio e comercial leve e dos 156 milhões dos pneus

direcionados a caminhões, 71% e 84% foram deslocados para o segmento reposição, respectivamente. Esse cenário foi resultante do fato de as indústrias de pneu considerarem que é por meio de reposição que as empresas conseguem maior margem de lucro sobre os preços de venda, proporcionando, assim, uma tendência mais estável no longo prazo (GOLDENSTEIN; ALVES; BARRIOS, 2007).

Segundo a Associação Nacional da Indústria de Pneumático (Anip), a produção brasileira de pneus estava prevista para iniciar em 1934, quando da instituição do Plano Geral de Viação Nacional; no entanto, somente foi implantada em 1936, com a instalação da Companhia de Artefatos de Borracha, conhecida como Pneu Brasil, no Rio de Janeiro, fabricando, naquele ano, em torno de 29 mil pneus. Entre 1938 e 1941, demais fabricantes do mundo passaram a comercializar e produzir pneus no Brasil, elevando a produção nacional para 441 mil unidades e, em 1980, produziram 29 milhões de pneus. Desde então, o País tem aumentado a produção de pneus (ANIP, 2012).

De acordo com Silva (2008), o grande montante da imigração de pneus chineses resultou em ameaça à continuidade da progressiva produção brasileira. Contudo, não obstante tal dificuldade, a indústria pneumática apresentou recorde de 57,3 milhões de unidades em 2007, o que conferiu ao País a quinta posição de maior produtor mundial de

pneus para caminhões e o sexto maior para automóveis.

Salienta-se, consoante Goldenstein, Alves e Barrios (2007), que os pneus nacionais eram produzidos em 12 indústrias, distinguidas em cinco grandes empresas - Goodyear (2), Pirelli (5), Bridgestone Firestone (2), Michelin (2) e Continental (1) - as quais transacionavam nos mercados de montadora, reposição e exportação, distribuídos em 26%, 42% e 32%, respectivamente. O mercado de reposição era composto pelas lojas revendedoras de pneus, enquanto o de exportação comercializava, principalmente, com os Estados Unidos, França, Argentina e México.

Logo o progressivo crescimento da produção e da venda de pneus aumentou o problema da destinação final, na medida em que, ao serem abandonados ou dispostos inadequadamente, causavam riscos ao meio ambiente e à saúde pública, conforme o Ambiente Brasil (2001), quando o descarte de pneus velhos atingiu, anualmente, aproximadamente 800 milhões de unidades.

Nesse sentido, apresenta-se a Figura 1 para demonstrar o ciclo de vida do pneu novo nas revendedoras, montadoras e exportação, como também dos pneus usados que voltam a circular e dos que atingem o fim da vida útil.

Em função desse cenário, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), no uso de suas atribuições legais - estabelecidas pela Lei n. 6.938,

Figura 1 - Ciclo de vida do pneu no Brasil



de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto-Lei n. 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações+, pela Resolução n. 258, de 26 de agosto de 1999, determinou que as empresas fabricantes e importadoras de pneus deveriam coletar e dar destinação final aos pneumáticos inservíveis na proporção das quantidades produzidas ou importadas (BRASIL, 1999). Esta normalização objetivava diminuir o montante de pneus inservíveis depositados de forma inadequada em aterros clandestinos e, conseqüentemente, mitigar as externalidades negativas decorrentes desta prática. Ademais, com a finalidade de esclarecer os responsáveis pela destinação final, a referida Resolução (Art. 2º) classificou o pneu conforme seu estado de uso:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;
 II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum - TEC;
 III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum - TEC;
 IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

A Resolução n. 258/99 do Conama estabeleceu prazos e a proporcionalidade de recolhimento, como apresentado nas Tabelas 1 e 2.

A Tabela 1 ilustra que em 2002, 2003, 2004 e 2005, para cada 4, 2, 1 e 4 pneus novos nacionais e importados, as empresas fabricantes e importadoras deveriam dar correta destinação final a 1, 1, 1 e 5 pneus inservíveis, respectivamente.

Relativamente aos pneus reformados, a proporcionalidade era diferenciada, já que somente passou a ser válida a partir de 2004, sendo que para cada 4, e em 2005 para cada 3 unidades de pneus nacionais e importados, as referidas empresas deveriam dar destinação final, respectivamente, a 5 e 4 pneus inservíveis (Tabela 2)

Dessa forma, com o estabelecimento de prazos e quantidade de pneus inservíveis a serem recolhidos, criou-se o mecanismo de

Tabela 1 - Prazos e proporções para o recolhimento do pneu inservível

Prazo a partir de	Pneu novo (nacional ou importado)	Pneu inservível
Janeiro/2002	4 unidades	1 unidade
Janeiro/2003	2 unidades	1 unidade
Janeiro/2004	1 unidade	1 unidade
Janeiro/2005	4 unidades	5 unidades

Fonte: Resolução n. 258/1999 (BRASIL, 1999).

Tabela 2 - Prazos e proporções para o recolhimento do pneu inservível.

Prazo a partir de	Pneus reformados	Pneu inservíveis
Janeiro/2004	4 unidades	5 unidades
Janeiro/2005	3 unidades	4 unidades

Fonte: Resolução n. 258/1999 (BRASIL, 1999).

operacionalização da Resolução 258/99 do Conama, para a preservação ambiental, posto que o não cumprimento acarretará em sanções. A Resolução repassou para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a responsabilidade pela exigência do cumprimento das normas e procedimentos da Resolução, por meio da fiscalização e controle, a equivalência em peso dos pneus inservíveis cobradas pelas empresas importadoras a partir de janeiro de 2002; já a destinação final dos pneumáticos inservíveis ficou sob a responsabilidade dos fabricantes, e o não cumprimento dessa normatização implicará em sanções estabelecidas na lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n. 3.179, de 21 de setembro de 1999.+(BRASIL, 1999, art. 12).

No entanto, devido à referida Resolução não ter descrito claramente o estado do pneu importado, abriu-se precedentes para os importadores fazerem uso de liminares e mandatos de segurança sob a alegação de que quem fabricava e quem importava pneus (novos, usados ou reformados) estaria agindo dentro da lei (ANDRADE, 2007, p. 46).

Dessa forma, em virtude da brecha na Resolução 258/99 que facilitava a venda de pneus dos países que integravam o Mercado Comum do Sul (Mercosul), presenciou-se o grande volume de pneus comercializados, haja vista que, consoante o Ambiente Brasil (2005), cerca de 7,6 milhões de

pneus por ano entraram no País na forma de importação.

Nesse sentido, Bressan (2008, n.p.), em concordância com o presidente da Anip, Geraldo Tommasini, enfatizou que o Brasil tornou-se o maior importador mundial, com três milhões de pneus usados e reformados em 2007. Esse contexto revelou a negociação de aproximadamente 10 mil pneus por dia e a geração de 500 novos postos de trabalho. Contudo, tal situação expressou que o emprego foi gerado no exterior, os impostos foram pagos lá e as divisas também ficaram do outro lado, aqui restou um pneu com pouco tempo de vida útil e o custo da reciclagem.

Outrossim, identificou-se que o pneu usado no Brasil era comprado pelo sucateiro, que o encaminhava para a triagem, que consiste no processo de avaliação para definir se o mesmo será reformado, se possui meia vida útil ou se encontra-se em estágio inservível. Caso ocorra a decisão pela última alternativa, o pneu terá como destinação final a trituração ou a produção de artefatos.

Ressalta-se que o pneumático inservível comportou-se como uma problemática social, econômica e ambiental, por provocar danos ao produtor e poder tornar-se foco de doenças (como a dengue) e, quando queimado a céu aberto, polui o solo e o ar. Por conseguinte, esta configuração exige a participação dos produtores, revendedores e consumidores para o recolhimento e destinação final adequada, como a reciclagem, no sentido de evitar a degradação do meio ambiente e problemas de saúde à população.

3 Destinação final do pneu em Teresina

De acordo com o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí, entre 2004 e 2008, registrou-se um total de 1.893.241 carros no estado, expressando um incremento médio a cada ano de 41.679, o qual redundou no acréscimo de 166.711 veículos (DETRAN-PI, 2008). Destarte, dado que cada carro possui em média quatro pneus, o montante de carros ao longo desse período exigiu a produção de um total de 1.893.241 pneus, o que possibilitou contabilizar que a quantidade de pneus que se tornou ou irá tornar-se inservível será de 7.572.964.

Em função desse cenário, em Teresina, foi aprovada a Lei n. 3.666, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o uso do asfalto ecológico que utiliza em sua composição a borracha reciclada de pneus descartados. (Art. 1º § único). Para tanto,

necessita de aquisição de tecnologia junto a outras prefeituras e estados do País (Art. 2º, I), que já adotaram o asfalto derivado da reciclagem do pneu e os mecanismos técnicos e legais de limpeza urbana para a coleta específica de pneus descartados na cidade de Teresina. (Art. 2º II). Para a operacionalização da referida lei, o financiamento depende de dotação orçamentária específica e suplementar, caso necessário (Art. 2º, III). Também foram estabelecidos convênios com a associação Reciclanip e a Associação de Revendedores de Pneus e Prestadores de Serviços afins do Estado do Piauí com a finalidade de implementar ações conjuntas e integradas visando à proteção do meio ambiente por meio da coleta e da destinação adequada dos pneumáticos inservíveis.

Ademais, a prefeitura de Teresina disponibilizou um galpão para o armazenamento dos pneus inservíveis próximo ao aterro sanitário, localizado na BR 316, km 7. Quando o acúmulo de pneus corresponde à carga de uma carreta, ou seja, a um volume mínimo de 2.000 pneus de carros de passeio ou 250 pneus de carga, a prefeitura comunica à Reciclanip (2007), que, num prazo máximo de 72 horas, terá que dar destinação final adequada aos pneus, conforme a Resolução Conama 258/99.

Consoante a gerente de uma revendedora de pneus em Teresina, cabe aos revendedores de pneus receber os pneus descartados pelos consumidores, quando da troca por novos, enviá-los ao ponto de coleta e orientar os consumidores sobre a validade e a premência da adequada destinação dos mesmos. Na concepção da gerente, a relevância da lei n. 3.666 assentou-se no benefício proporcionado ao meio ambiente, devido à real possibilidade de reduzir a produção de lixo e de consumo de matéria-prima natural, o que provoca, como consequência, a liberação de menos poluente.

Dessa forma, essa alternativa de solução para a problemática do pneu inservível, centrada na reciclagem para a produção de asfalto ecológico, por um lado, configurou-se seguro e resistente, em virtude de se adaptar melhor às variações climáticas e absorver o impacto dos veículos no solo, o que reduz a probabilidade de acidentes, devido conter borracha em sua composição; e, por outro lado, proporciona a mitigação dos danos ambientais. Todavia, essa proposição não foi efetivada devido Teresina não dispor de tecnologias que transforme a

borracha em asfalto ecológico. Assim, a cidade continuou a pavimentar as ruas com um asfalto menos resistente e mais caro que o proveniente da borracha.

4 Métodos de reaproveitamento de pneus

De acordo com a Anip (2008), em função do progressivo incremento de pneus inservíveis, não obstante a relevante atuação da associação, fez-se necessária a implantação de áreas de intervenção. Nessa perspectiva, em 2007, foi criada a Reciclanip, derivada da parceria da Anip com as indústrias produtoras de pneus novos (Rinaldi, Tortuga, Pirelli, Michelin, Maggio, Goodyear, Levorin e Bridgestone). Destarte, segundo os fabricantes, desde o início do programa de coleta e destinação de pneus, em 2007, cerca de 140 milhões de pneus de automóveis obtiveram destino ambientalmente correto e, para tanto, foi investido o montante de US\$ 37 milhões.

Com base na Anip (2009), no Brasil, em 2005, cerca de 100 milhões de pneus obtiveram destinação adequada, o que correspondeu a, aproximadamente, 500 mil toneladas de pneus velhos ou inservíveis coletados e destruídos, e em torno de 700 mil toneladas de pneus coletados e destinados de forma ambientalmente adequada, em 2007. Tal panorama resultou da preocupação da Anip em investir no programa de coleta e destinação de pneus para conquistar novas parcerias que possibilitem o crescimento dos pontos de coleta. A associação ressalta, ainda, que esta estratégia foi exitosa, haja vista que, em maio de 2009, já existiam 340 pontos de coleta em 21 estados brasileiros, representando 979 mil toneladas de pneus inservíveis com destino adequado.

Em consonância com o plano de coleta e destinação dos pneus inservíveis, a Reciclanip (2007) diferenciou o pneu em dois tipos:

- a) pneus usados (ainda não inservíveis) - os quais podem ser adquiridos por consumidores, serem vendidos no comércio de pneus usados e serem reformados;
- b) pneus inservíveis - aquele que atinge o fim da vida útil, ou seja, que não tem condição de continuar sendo utilizado, o qual deve ser deslocado para destinação final adequada.

Nessa perspectiva, em 2008, no Brasil, existiam distintas formas de reaproveitamento do pneu após o processo de trituração, das quais se destacam o combustível alternativo, a laminação, os artefatos, a

exportação de granulados para asfalto e a compactação do solo (ANIP, 2008).

5 Conclusão

A descoberta do pneumático foi de extrema importância para a sociedade, em função de facilitar a locomoção, ou seja, o transporte de pessoas e cargas; porém, provocou o aumento paulatino da produção de pneus no mundo. Logo, em virtude de o pneu ser um resíduo sólido, cujo período de decomposição é indeterminado, despertou a preocupação da sociedade sobre os potenciais danos ao meio ambiente quando despejado em aterros clandestinos ou queimados a céu aberto. Assim, o armazenamento do pneu inservível de forma adequada configurou-se o primeiro passo para a reciclagem. Dessa forma, empresas sem fins lucrativos, como a Anip, desenvolveram projeto de coleta e destinação de pneus inservíveis, com a responsabilidade de pós-consumo da indústria brasileira, com a finalidade de demonstrar que a reutilização do pneu usado e sem vida útil é uma forma ambientalmente adequada e econômica de usá-lo.

Destarte, constatou-se que a cidade de Teresina precisa de investimentos que viabilizem a reutilização do pneumático inservível para a produção de asfalto ecológico, por ser mais seguro e resistente, possuir melhor adaptação às variações climáticas e ter maior absorção do impacto dos veículos no solo. Por conseguinte, esse contexto explicitou que a reciclagem do pneu inservível, ao deslocar o destino de lixo do resíduo, pelas diversas formas alternativas, como coprocessamento, artefatos, exportação de granulados, pavimentação asfáltica, recauchutagem e recuperação, é economicamente viável, na medida em que se incorpora à produção de uma mercadoria, como matéria-prima, devido a redução do custo de produção. Ademais, apresenta-se como ecologicamente necessário, uma vez que mitiga e preserva o meio ambiente, ao evidenciar que é através da reciclagem que se obtém o tratamento adequado para o pneu inservível ●

Referências

- AMBIENTE BRASIL. *Boletim informativo da bolsa de reciclagem*. 2001. Disponível em: < http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/reciclagem/reciclagem_de_pneus.html >. Acesso em: 16 jun. 2008.
- AMBIENTE BRASIL. *Proibição para importação do pneu usado*. 2005. Disponível em: < <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/06/14/19586-guerra-comercial-pode-trazer-mais-lixo-europeu-para-o-brasil.html> >. Acesso em: 25 ago. 2008.
- AMBIENTE BRASIL. *Tempo de decomposição dos materiais*. 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente.ambientel.com.br/residuos/reciclagem/tempo-de-decomposicao>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- ANDRADE, H. de S. *Pneus inservíveis: alternativas possíveis de reutilização*. 2007. 100 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <tcc.bu.ufsc.br/Economia293475>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICO - ANIP. *Quem somos?* 2008. Disponível em: <<http://www.anip.com.br/?cont=institucional>>. Acesso em: 29 maio, 2012
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICO - ANIP. *Pneus*. 2009. Disponível em: <<http://www.anip.com.br>>. Acesso em: 29 de maio 2012
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICO - ANIP. *Pneu*. 2012. Disponível em: < <http://www.anip.com.br/?cont=anip> >. Acesso em 29 maio 2012
- BANCO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. *Pneus*. 1998. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/site/BNDES_export/sites_conhecimento/relato>. Acesso em: 29 maio 2012
- BRESSAN, S. *Brasil pode virar lixo mundial de pneus*. Disponível em: <http://www.anbio.org.br/bio/biodiver_inf216.htm>. Acesso em: 05 out. 2008.
- CONAMA 258/99. Resolução. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res99/res25899.html>. Acesso em: 15 maio, 2008
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CNUMAD. *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>>. Acesso em: 25 maio 2008.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução n. 258, de 26 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res99/res25899.html>> Acesso em: 15 maio 2008.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DETRAN-PI. *Anuário Estatístico de Acidentes de Trânsito 2008*. Disponível em: <http://www.detrان.pi.gov.br/index.php?pagina=anuario_2008>. Acesso em: 18 set. 2008.
- GOLDENSTEIN, M.; ALVES, M. de F.; BARRIOS, M. T. Panorama da indústria de pneus no Brasil: ciclo de investimento, novos competidores e questão do descarte dos pneus inservíveis. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 107-130, mar. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Industria/200703_6.html>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Ciclo de vida do pneu*. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 09 set. 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT. 2004. *A identificação da destinação de pneus inservíveis*. Disponível em: <<http://www.ipt.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.
- LEI. 3.666/2007. Asfalto Ecológico. Disponível em: http://www.teresina.pi.gov.br/dom/doc_diario/DOM1176-1-31082007.pdf>. Acesso em: 29 maio, 2012
- LERÍPIO, A. A. *Gerenciamento de resíduos industriais*. 2004. Disponível em: <<http://www.br.monografias.com/trabalho/residuo-industrial.shtml>>. Acesso em: 29 maio. 2012
- MICHELIN. *Tudo sobre o pneu*. 18 maio 2008. Disponível em: <<http://www.michelin.pt/pneu-turismo/conselhos/tudo-sobre-o-pneu/o-que-compoe-um-pneu>>. Acesso em: 02 set. 2008.
- RECICLANIP. *Para onde vão os pneus inservíveis*. 2007. Disponível em: <http://www.reciclanip.com.br/?cont=formas_de_destinacao_paraondevaos_pneusinserviveis>. Acesso em: 13 de outubro de 2008.
- SILVA, E. *Produção de pneus cresce 1,2%, informa ANIP*. 19 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/269401/?noticia=PRODUCAO+DE+PNEUS+CRESCE+12+INFORMA+ANIP>>. Acesso em: 23 set. 2008.
- TERESINA. Lei n. 3.666, de 23 de agosto de 2007. Dispõe sobre o uso do asfalto ecológico pelo Executivo Municipal de Teresina e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, 31 ago. 2007. Disponível em: <www.teresina.pi.gov.br/dom/doc_diario/DOM1176-1-31082007.pdf>. Acesso em: 13 set. 2008.

***Graduada em Ciências Econômicas/UFPI.
E-mail: danyelle.the@hotmail.**

****Professora do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPI.
E-mail: socorrolira@uol.com.**

A LÓGICA É CULTURALMENTE RELATIVA? Algumas considerações sobre os argumentos de David Bloor e Tim Triplett sobre os Azande

Por Diana Patricia Ferreira de Santana*

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar os argumentos de dois autores quanto a seguinte questão: a lógica é culturalmente relativa? Os autores em questão são David Bloor e Tim Triplett e o objeto de suas considerações recai sobre uma exaustiva pesquisa realizada pelo antropólogo inglês E. E. Evans-Pritchard, em 1937, sobre os azande. Segundo Bloor (1991), as crenças dos azande os levaram a institucionalizar um erro lógico. Entendendo que os passos lógicos são proposições que tomamos como corretas, uma vez que os azande assumem como certa as afirmações a respeito de suas crenças, Bloor conclui que deve haver duas lógicas: a lógica ocidental e a lógica azande. Tim Triplett contrapõe-se fortemente a esta conclusão escrevendo em 1994 um artigo para mostrar que não há qualquer diferença entre a lógica dos azande e a lógica ocidental. Para esse autor, Bloor fez uma leitura equivocada das observações de Evans-Pritchard e se propõe a esclarecê-las. Um dos passos para compreender o debate é esclarecer o significado do termo relativismo lógico e em seguida elucidá-lo à luz dos argumentos de Bloor e Triplett.

2 As Observações de Evans-Pritchard sobre os Azande e as Considerações de Bloor

O trabalho de Evans-Pritchard sobre os azande é a principal fonte da qual Bloor extrai seus exemplos para fundamentar a afirmação de que a lógica é culturalmente relativa. Portanto, esclarecer o termo lógica+nesse contexto significa analisar as proposições referentes às crenças azande coletadas por Evans-Pritchard. Os azande habitam uma região de densas florestas entre o Sudão e o Congo. Entre suas principais características ressaltamos a crença em bruxaria e na decisão dos oráculos. Eles consultam um oráculo sempre que desejam realizar alguma tarefa importante; e o oráculo verifica se a pessoa é ou não bruxa, pois, para os azande, os poderes e desejos dos bruxos

são a causa dos problemas. O bruxo herda fisicamente a substância-de-bruxaria, localizada na barriga e transmitida pelo bruxo a todos os filhos homens do clã e pelas bruxas a todas as filhas mulheres. Tal substância não é detectável externamente, é uma característica interna que só pode ser revelada após a morte, através de autópsia. Teoricamente, todo o clã de um bruxo deveria ser composto por bruxos, mas, na prática, isto não acontece. Os azande admitem que o clã de um bruxo pode não ser todo composto por bruxos. Uma das justificativas para explicar este fato é a ideia de que a substância-de-bruxaria encontra-se arrefecida (*cool*, originalmente entre os azande). Logo, o membro de um clã bruxo tem o potencial para ser bruxo, mas, para todos os efeitos, ele pode não ser de fato; e quem faz essa detecção é o oráculo. Evans-Pritchard (2005, p. 35) identificou que:

Elaborações adicionais da crença libertam os Azande da necessidade de admitirem aquilo que para nós seriam as conseqüências lógicas da idéia de uma transmissão biológica da bruxaria. Se ficar indubitavelmente provado que um homem é bruxo, seus parentes podem, para reivindicar inocência para si mesmos, lançar mão do próprio princípio biológico que os colocou sob suspeita. Eles admitem que o homem é um bruxo, mas negam que seja membro do clã deles. Dizem que era um bastardo, pois entre os Azande um homem é sempre do clã de seu *genitor*, e não do seu *pater*.

Em suas interpretações, Bloor afirma que, para nós, um caso de bruxaria seria suficiente para estabelecer a linhagem dos que seriam bruxos e, ainda, que um homem não bruxo deveria livrar desse destino todos os seus descendentes masculinos. Tomaríamos isso como uma inferência lógica e clara, porém, questiona: Teoricamente, todo o clã de um bruxo deveria ser constituído por bruxos; na prática, só os descendentes por via masculina mais próximos de um bruxo são considerados também bruxos. Por que isto?+ (BLOOR, 1991, p. 82).

Recorrendo a Evans-Pritchard, Bloor responde à

sua própria pergunta, afirmando que a explicação do antropólogo para tal fato se deve à consideração dada pelos azande aos casos específicos e concretos em vez de princípios gerais e abstratos. Dois fatores devem ainda ser considerados socialmente: o uso do oráculo e a inocência geral do clã como um todo. Estes são os elementos sancionados por tradição e centrais na forma de vida dos azande (BLOOR, 1991, p. 141, tradução nossa). De acordo com Bloor, os azande institucionalizaram um erro lógico, pois, se um homem é filho de um bruxo, por que razão deveria consultar o oráculo para saber se este homem é bruxo ou não? Mas se eles (os azande) admitissem tal erro, uma de suas principais instituições sociais seria ameaçada e sua sobrevivência correria riscos. Portanto, é vital que os Azande mantenham o seu erro lógico sob pena de agitação social e necessidade de uma mudança radical nas suas formas de vida (BLOOR, 1991, p. 139, tradução nossa).

Entendendo que os passos lógicos são aqueles que nós tomamos como corretos e mostrando que os azande assumem como certo as afirmações supracitadas a respeito da bruxaria, Bloor conclui que deve haver duas lógicas: a lógica azande e a lógica ocidental. Traçando um paralelo com o artigo de Peter Winch, *Understanding a primitive society*, de 1964, Bloor acaba concordando com a interpretação deste autor quando ele declara que foi um erro Evans-Pritchard ter assumido a unicidade lógica no caso dos azande; caso existisse uma contradição lógica nas crenças Azande, então a sua instituição estaria certamente ameaçada (BLOOR, 1991: 83, tradução nossa), mas o fato de não estar sugere a existência de uma lógica diferente.

Tim Triplett é totalmente contrário às considerações de Bloor e, em 1994, escreve um artigo para mostrar os equívocos cometidos por Bloor na leitura de Evans-Pritchard. Para esse autor, não há qualquer diferença entre a lógica dos Azande e a lógica ocidental que justifique postular uma lógica alternativa e se propõe a avaliar as razões que Bloor fornece para nos convencer de que tal lógica é mesmo relativa, passando em revista as observações de Evans-Pritchard e as críticas de Jennings em *Alternative Mathematics and the Strong programme: Reply to Triplett*.

3 O Relativismo Lógico e as Considerações de Triplett

O relativismo lógico é uma forma de relativismo epistemológico e implica na aceitação da tese de que uma proposição rejeitada como uma contradição lógica em uma cultura pode ser adotada por outra e, ao ser adotada, constitui um conhecimento legítimo daquela cultura, desde que haja, entre os membros dessa cultura, concordância coletiva. O que nos faz rejeitar ou não uma proposição é o fato de ela ser verdadeira ou falsa. Não devemos, também, confundir proposições lógicas com argumentos. Um argumento é um conjunto de proposições lógicas. Podemos inclusive ter um argumento válido construído a partir de várias proposições lógicas falsas. Para estabelecer uma conexão entre suas afirmações e o exemplo dos Azande, Bloor estabelece uma distinção entre a psicologia do raciocínio e o sistema institucional de pensamento. De acordo com Triplett (1994, p. 752, tradução nossa), o que Bloor entende por psicologia do raciocínio envolve

[...] todas as linhas de pensamento da nossa mente que estão naturalmente em constante movimento (isto é o que Bloor chamou de psicologia do raciocínio) e (2) e o sistema institucional de pensamento pode ser compreendido como o sistema no qual nascemos e estamos imersos, submetidos a aprender através dos processos de culturalização em que as linhas de pensamento são aceitáveis e as que não são.

Triplett, ironicamente, identifica nesse modelo um aspecto quase freudiano onde o *id* representa nossas tendências naturais de pensamento e o *superego*, a culturalização. Porém, não há evidências de que essa descrição confere exatamente com o raciocínio humano, de forma a fazer valer a distinção de Bloor. Nada garante que esta distinção mostra uma diferença real no pensamento racional. Ainda segundo Triplett, mesmo que houvesse evidências sólidas de que há diferenças entre o raciocínio de tendência natural individual e o raciocínio como sistema institucional, levando-nos a identificar modos distintos de raciocínio institucional em diferentes culturas, ainda assim, não basta para dar consistência à tese do relativismo lógico. Poderíamos refutar essas ideias alegando que qualquer que seja a diferença cultural encontrada nesses processos, elas não revelam ainda incompatibilidades lógicas. Ainda que fossem encontradas incompatibilidades, poderíamos ainda supor que uma ou outra cultura construiu mal o raciocínio.

A ambiguidade entre a sociologia da crença e a forma relativista da sociologia do conhecimento perpassa todo o trabalho de Bloor. A tarefa de procurar explicações sociológicas de por que uma cultura aceita certas crenças e rejeita outras é, de acordo com Triplett, certamente importante dentro da sociologia, mas esta postura metodológica não envolve, necessariamente, o relativismo. Uma coisa é analisar as razões culturais que levaram uma sociedade a aceitar algo como um elemento do conhecimento; outra é sustentar que esta sociedade realmente conheceu este elemento pelo simples fato de ter sido um consenso coletivo dentro da sociedade.

Triplett se dispõe a analisar o texto de Evans-Pritchard e suas conclusões, acreditando que Bloor fez uma leitura equivocada dos comentários de Evans-Pritchard, que não leva em conta o contexto completo da discussão do antropólogo britânico. O comentário de Bloor ao qual ele se refere é o seguinte:

Para nossas mentes, parece evidente que, se ficou provado que um homem é bruxo, então todo seu clã é, *ipso facto*, bruxo, uma vez que um clã Azande é um grupo de pessoas relacionadas biologicamente umas às outras através da linhagem masculina. Os Azande vêem o sentido deste argumento mas não aceitam as suas conclusões, e isto envolveria toda a noção de bruxaria em contradição se eles assim acreditassem. Na prática eles consideram apenas os parentes de sangue próximos de um Azande reconhecidamente bruxo como bruxos. Apenas na teoria eles estendem a atribuição a todos os homens do clã bruxo (apud TRIPLETT, 1994 p. 755, tradução nossa).

Ora, o próprio Evans-Pritchard invoca a noção de contradição lógica; isto significa que os azande reconhecem sim a ameaça da contradição, caso contrário, não rejeitariam as conclusões. Para Bloor, os azande não reconhecem tal contradição; nas palavras de Bloor (1991, p. 13, tradução nossa); "Os azande institucionalizaram um erro lógico, ou pelo menos um certo grau de cegueira lógica". Ao negarem que os Azande reconhecem tal contradição acaba, como consequência, recusando a própria interpretação de Evans-Pritchard.

Os azande não entram em choque com a teoria, mas subvertem-na para esquivar-se das suas consequências. Um dos exemplos apontados por Evans-Pritchard é do bastardo, que consiste em inocentar um determinado homem que tivesse sido comprovadamente apontado como um bruxo, negando que ele pertencesse ao clã¹. Eles improvisam e, ao fazerem isto, embora aparentem raciocinar sob outra ótica, empreendem

um tipo de lógica que nos é bem compreensível - escapando da consequência lógica negando uma das premissas, que é o fato de o bruxo não ser alguém do seu sangue.

Quanto à questão de considerar a explicação a respeito da substância de bruxaria arrefecida+ uma questão de elaboração temporária, individual e não uma crença institucionalizada, Triplett (1994, p. 756, tradução nossa) responde que:

Primeiro, Evans-Pritchard refere-se a ela como uma doutrina. Segundo, assim como é fácil ver que o raciocínio sobre o exemplo do bastardo é uma elaboração individual desenvolvida para defender indivíduos específicos sem recusar ou alterar a doutrina de bruxaria Azande, assim também é fácil ver que a afirmação de que a substância de bruxaria arrefecida+ é real, não é específica. Ela soma algo à consideração Azande a respeito da natureza e causas da bruxaria.

A doutrina referida acima permite aos Azande manter o princípio biológico de que a bruxaria é transmitida por fatores hereditários e, ao mesmo tempo, explica o fato de nem todos no clã serem bruxos. Quanto à contradição do texto zande de que todos os membros de mesmo sexo de uma família reconhecidamente bruxa devem ser bruxos e a negação zande de que a bruxaria tem, de fato, essa abrangência, Evans-Pritchard (apud TRIPLETT, 1994, p. 757, tradução nossa) tece o seguinte comentário:

Os Azande não percebem a contradição como nós a percebemos pois eles não têm qualquer interesse teórico no assunto, e aquelas situações nas quais eles expressam seu interesse em bruxaria não os forçam a pensar (ou perceber) o problema. Um homem nunca pergunta a um oráculo... se um certo homem é bruxo. Ele pergunta se naquele momento este homem o está enfeitando. Um azande está interessado em bruxaria somente como um agente em ocasiões definidas e em relação a seu interesse próprio, e não como uma condição permanente dos indivíduos.

Mais uma vez, Triplett realça que Evans-Pritchard foi mal lido, como se tivesse afirmado que os Azande não percebem uma contradição e esta posição acaba conduzindo Bloor a declarar que os Azande têm uma lógica alternativa. Contradição é entendida por Bloor como algo que surge a partir de um problema na prática social+(apud TRIPLETT, 1994: 757, tradução nossa). O sociólogo alega que os Azande não vêem a contradição porque acreditam que uma contradição existe porque uma cultura identifica algo como inaceitável no seu conjunto de crenças+(apud Triplett, 1994: 757, tradução nossa); e os azande, por sua vez, afirmam que não há nada de inaceitável com suas crenças sobre bruxaria. Logo, se para os próprios azande a contradição inexistente,

significa que eles têm uma lógica própria, diferente da lógica ocidental e legítima porque serve à estrutura social Azande.

No entanto, Triplett nota que Evans-Pritchard não diz que os Azande não percebem uma contradição **simpliciter**. Ele diz que eles não percebem a contradição como *nós a percebemos* (TRIPLETT, 1994, p. 757, grifos do autor, tradução nossa); e argumenta que os Azande talvez não percebam a contradição como nós porque ela carece, para eles, do significado que teria para nós. Finalmente, Triplett conclui, a partir das evidências de Evans-Pritchard, que as respostas dadas pelos azande às questões colocadas acima nos são bastante compreensíveis e semelhantes à forma como nós raciocinamos. Não há, dessa forma, razões para afirmar que os azande têm uma lógica alternativa ●

Nota:

¹ Segundo Evans-Pritchard, para os azande, um homem pertence ao clã de seu genitor e não de seu *pater* (apud TRIPLETT, 1994).

Referências:

- BLOOR, D. *Knowledge and social Imagery*. 2. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Edição resumida e introdução: Eva Gilies. Tradução: Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- TRIPLETT, T. Is There Anthropological Evidence That Logic Is Culturally Relative? *British Journal for the Philosophy of Science*, Oxford, v. 45, n. 2, p. 749-760, Jun. 1994.
- WINCH, Peter. Understanding a primitive society. *American Philosophical Quarterly*, v. 1, n. 4, p. 307-324, 1964

* Mestre em Educação Matemática/USP, professora licenciada de Cálculo da FATEC Arthur Azevedo/Mogi Mirim-SP, professora de Filosofia da Universidade Estadual do Piauí, doutoranda em Educação Unicamp e doutoranda em Filosofia/USP.

STAKEHOLDERS E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA sob a perspectiva da teoria da ecologia organizacional

Por Roberta da Rocha Rosa Martins*, Fernando Gimenez**,
Luci Michelon Lohmann*** e Jorge Gaio****

Resumo: A teoria da ecologia organizacional no presente trabalho considerou os aspectos da organização e do ambiente, trazendo a ideia de monitoramento ambiental, destacando o papel do ambiente externo, havendo a obrigação de gerir e não apenas conceber as organizações como sistemas abertos, a fim de que se obtenha um ambiente próspero. Sendo inserida a responsabilidade social corporativa no planejamento estratégico, as ações passam a ser de responsabilidade de toda a organização, trazendo legitimidade para a mesma e satisfação para os todos os envolvidos (*stakeholders*).

Palavras-chave: Ecologia organizacional. Responsabilidade social corporativa. *Stakeholders*.

1 Introdução

O conceito de ecologia populacional se origina da biologia, quando do estudo de diferentes populações de organismos (espécies) que se adaptam ao ambiente. O modelo biológico considera a coabitação de espécies diferentes no mesmo ambiente como um processo dinâmico, de competição por recursos escassos. Em suma, as espécies que melhor se adaptarem às contingências do meio sobreviverão e prosperarão,

enquanto que as rivais, menos adaptadas, fracassarão e desaparecerão, ou seja, é um processo de seleção natural. Tal teoria surgiu da publicação do artigo de Hannan e Freeman (1977), intitulado de *The population ecology of organizations*.

Brittain e Wholey (1986) defendem que este paradigma ecológico influenciou diversas áreas das ciências sociais, como: sociologia, economia e

administração. Na teoria organizacional, a ecologia populacional contribuiu para a classificação da competitividade, do crescimento, da inércia e da estratégia das organizações.

Deve-se salientar que a presente teoria pode ser estudada sob vários aspectos, quais sejam: da organização, do ambiente ou do mercado competitivo. No entanto, o presente trabalho considerou as perspectivas da organização e do ambiente.

Cunha (1999, p. 25) entende que a teoria da ecologia organizacional traz consigo a ideia de monitoria ambiental, onde a ecologia organizacional destaca o papel do ambiente externo e torna explícita a necessidade de despende cada vez mais tempo com tarefas de monitoria ambiental. Essa ideia que vai ganhando cada vez mais adeptos obriga a gerir (e não apenas a conceber) as organizações como sistemas abertos.

Sendo assim, não há como se conceber que as organizações fiquem desatentas aos *stakeholders* que as cercam, ou melhor, a todos os interessados que gravitam em torno delas, com interesses, influenciando em suas decisões e sendo influenciados pelas mesmas, direta ou indiretamente.

As organizações devem considerar os interesses de todos os *stakeholders*, estando em equilíbrio com os mesmos, para que haja um ambiente próspero. Neste sentido, Ullmann (1985) enfatiza que as informações sobre responsabilidade social corporativa podem ser utilizadas estrategicamente para uma boa relação com os *stakeholders*. Apesar de não haver uma definição universal de *stakeholders*, os mesmos são de extrema importância para as organizações, haja vista que são detentores de *stake*, ou seja, de interesses em relação às mesmas.

Assim, o objetivo deste artigo é a melhor compreensão da teoria dos *stakeholders*, juntamente com a responsabilidade social corporativa, dentro da teoria da ecologia organizacional. Para tanto, utilizou-se da pesquisa de ensaio teórico. A seção seguinte apresenta a ecologia organizacional; na sequência, aborda a teoria dos *stakeholders* e a responsabilidade social corporativa, na perspectiva da teoria da ecologia organizacional, e finaliza com a conclusão.

2 Ecologia organizacional

De acordo com Arie de Geus (2000), as empresas sobreviventes são boas na gestão da mudança, ou seja, adaptam-se a um mundo cada

vez mais mutável, desenvolvendo uma sensibilidade ao mundo circundante que lhes permite adaptação e reação oportuna às transformações. Para permanecer em sincronia com o mundo exterior, a organização deve ser capaz de alterar sua estratégia e adaptar-se a um novo ambiente. O mesmo autor, em seu artigo *A empresa viva+chega* a comparar o aprendizado organizacional com os pássaros, no trabalho do professor Allan Wilson (Universidade de Berkeley).

Hoje em dia, as empresas operam em ambientes sobre os quais devem exercer controle ou influência. Isto porque a competição global faz com que as empresas saiam de seus nichos regionais e se aventurem em territórios menos conhecidos.

É importante salientar que a escola ambiental provém da teoria da contingência, que se contrapõe à ideia da escola clássica, a qual preconiza sempre haver uma maneira melhor de se fazer as coisas. No entanto, as escolhas dependem de alguns fatores, como o tamanho da organização, sua tecnologia, estabilidade e hostilidade do ambiente, de modo que empresas diferentes terão comportamentos diferentes. Por outro lado, a descrição sistemática do ambiente, de acordo com Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), divide-se em níveis de estabilidade, que são: complexidade, diversidade e hostilidade, o que remete à ideia de que o ambiente é o mesmo para todos e a sobrevivência depende de como as organizações lidam com a escassez de recursos.

Em continuidade, Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) descrevem uma maneira de encarar a estratégia determinista, qual seja, a escola ambiental, onde o ambiente é o conjunto de forças fora da organização, determinando então a estratégia da mesma. Por outro lado, a liderança e a organização, outras duas forças centrais do processo de formação estratégica, acabam por se tornar subordinadas ao ambiente externo.

Confirmando o mesmo entendimento, Cunha (1999) defende que o papel do gestor acaba sendo diminuído, em decorrência de influências do ambiente externo, diluindo-se, então, a racionalidade organizacional. O papel do gestor acaba sendo limitado por um conjunto de quatro fatores, de acordo com Cunha (1999, p. 24), que se baseia na obra de Hannan e Freeman (1989, p. 41), que são: a forma organizacional, que constrange e conduz o comportamento individual; a escassez dos recursos, que dificulta a gestão da mudança; o

padrão de competição inter e intraorganizacional, que reduz as possibilidades de escolha e faz com que as pressões competitivas amplifiquem o efeito de outros fatores e o efeito das limitações à racionalidade, da forma como são apresentadas pelos psicólogos cognitivos.

Sendo assim, há como se afirmar que a teoria da ecologia organizacional é totalmente diferente das teorias organizacionais dominantes, que analisam a organização com autonomia em relação às influências e interações do ambiente externo. Ainda, a teoria da ecologia organizacional, segundo os mesmos autores, trata de fenômenos totalmente esquecidos pelas outras teorias, como o nascimento e a morte das organizações, padrões evolutivos das populações organizacionais, limitação de decisão dos gestores e capacidades adaptativas das empresas, assim como força, inércia, dentre outros. Isto porque, se a evolução das espécies pode ser compreendida no âmbito populacional, também o deve ser na evolução organizacional.

Continuando, os autores argumentam que a teoria da ecologia organizacional tem maior capacidade de percepção sobre as ações da organização de forma mais abrangente, ou seja, tanto de cima para baixo como de baixo para cima e tanto de dentro para fora como de fora para dentro, simultaneamente, em um sistema considerado aberto. O resultado disto é o de se conseguir articular harmoniosamente pressões externas com capacidades e necessidades internas.

Ademais, Cunha (1999) entende que a teoria em questão compreende melhor o dinamismo inerente à formulação, implementação e validação de estratégias. Boeker (apud CUNHA, 1999) afirma que a competição e o ambiente externo detêm papel importante na viabilização de tipos estratégicos.

3 Teoria dos *stakeholders* e responsabilidade social corporativa (RSC) na perspectiva da teoria da ecologia organizacional

Cunha (1999) entende que a teoria da ecologia organizacional traz consigo a monitoria ambiental, onde a ecologia organizacional destaca o papel do ambiente externo, havendo a necessidade de se gastar mais tempo com monitoramento ambiental, ideia esta que cada vez ganha mais adeptos, com a obrigação de gerir, e não apenas conceber, as organizações como sistemas abertos.

Sendo assim, não há como se conceber que as organizações fiquem desatentas quanto aos *stakeholders* que as cercam, ou melhor, a todos os interessados que gravitam em torno delas, com interesses próprios e que são influenciados pelas mesmas, enquanto também influenciam em suas decisões, direta ou indiretamente.

Philips, Freeman e Wicks (2003, p. 480) salientam que a teoria dos *stakeholders* é uma teoria de gestão organizacional e ética. Este entendimento, na verdade, pode ser considerado como uma das bases da RSC, ressaltando esta aproximação existente entre economia e ética, vindo a concordar com o mesmo ponto de vista de Gerde (2000).

As organizações devem considerar os interesses de todos os *stakeholders*, estando em equilíbrio com os mesmos, para que haja um ambiente próspero. Neste sentido, Ullmann (1985) enfatiza que as informações sobre RSC podem ser utilizadas estrategicamente para uma boa relação com os *stakeholders*. Apesar de não haver uma definição universal de *stakeholders*, os mesmos são de extrema importância para as organizações, haja vista que são detentores de *stakes*, ou seja, de interesses em relação à mesma.

Para Kaler (2003), a teoria dos *stakeholders* depende totalmente da identificação de quem são os *stakeholders*. No entanto, existem várias vertentes. Podem ser compreendidas duas perspectivas importantes em relação aos *stakeholders*. A primeira é a de Friedman (1998), baseada na escola econômica neoclássica, que pressupõe a maximização dos lucros, segundo a qual os gestores agem apenas em prol dos acionistas. A segunda, defendida por Clarkson (1995), entre outros autores, versa que a organização é responsável por todos os agentes que venham a afetar e que também são interessados nas atividades desenvolvidas pela organização e em suas decisões, que não apenas os acionistas, ou seja, é exatamente o caminho defendido pela teoria da ecologia organizacional.

Para Freeman (1998), criador da definição *stakeholders*, os mesmos são grupos ou indivíduos que se beneficiam ou prejudicam, devido a ações empresariais, assim como acabam tendo seus direitos respeitados ou violados devido a isto. Mitchell, Agle e Wood (1997, p. 856) afirmam que os *stakeholders* são grupos dos quais as corporações dependiam para a sua sobrevivência. Enquanto isso, Clarkson (1995) espreia o

entendimento de que *stakeholders* são pessoas que têm ou demandam propriedade, assim como direitos ou interesses em uma corporação e suas atividades, no passado, presente ou futuro.

Ainda, Carroll (1979, 1991), Meznar, Chrisman e Carroll (1990) e Clarkson (1995) acreditam na ligação entre RSC e estratégia da organização, pelas oportunidades e ameaças que podem ser evidenciadas em relação aos *stakeholders*, momento em que se denota claramente a ligação da teoria da ecologia organizacional e seu monitoramento ao ambiente, juntamente com a parte prática, colocada no presente trabalho pela estratégia de RSC.

Frooman (1999) elegeu mecanismos para que os *stakeholders* possam vir a interferir na tomada de decisão da organização, quais sejam: as estratégias de retenção e uso, entendidas como diretas, quando o próprio *stakeholder* direciona o fluxo de recursos para a organização, e indiretas, quando estes manipulam o fluxo de recursos por meio de outros. De acordo com o autor, as estratégias de retenção podem ocorrer quando os fornecedores suspendem recursos necessários à organização. No que tange a estratégia de uso, esta ocorre em decorrência de ressalvas estabelecidas pelos consumidores na compra, o que deve sempre ser cuidadosa e cautelosamente levado em conta pelas organizações, para que consigam preservar-se exitosamente.

Ademais, Ullmann (1985) entende haver *stakeholders* que detêm mais ou menos poder, devendo a organização esforçar-se mais quanto mais importante for o *stakeholder*, ou seja, quanto mais poder o mesmo tiver. Owen, Adams e Gray (1996) corroboram o mesmo entendimento. Sendo assim, o monitoramento do ambiente, visto pela ecologia organizacional, deve também tentar para os maiores ou menores detentores de poder no ambiente a ser monitorado.

Existe ainda a classificação dos *stakeholders* em primários e secundários, defendida por Clarkson (1995). Os primários são subdivididos em privados e públicos. *Stakeholders* primários privados são os acionistas, investidores, empregados, clientes e fornecedores, enquanto os *stakeholders* primários públicos são o governo e as comunidades. Deve-se lembrar aqui que a RSC deve existir como estratégia dentro da organização, tanto com o público externo como com o público interno da mesma, ou seja, deve atingir desde funcionários e fornecedores até comunidade e meio

ambiente, dentre outros. Os *stakeholders* secundários são, para Clarkson (1995, p. 107), os que influenciam ou afetam, ou são influenciados ou afetados pela corporação, mas que não se encontram engajados em transações com a corporação e que não são essenciais para a sua sobrevivência. Outra classificação é apresentada por Donaldson e Preston (1995) que tratam dos *stakeholders* e dos influenciadores, sendo estes últimos a mídia e os concorrentes.

Morgan e Hunt (1994) defendem a classificação dos *stakeholders* em quatro grupos: internos (empregados e unidades de negócio), compradores (finais e distribuidores), fornecedores e laterais (governo, competidores e também organizações sem fins lucrativos). Por outro lado, Sirgy (2002) acaba dividindo os *stakeholders* em interno (empregados e diretores), externo (clientes, distribuidores, fornecedores, mídia, meio ambiente, acionistas e comunidade) e, por fim, periféricos (agências governamentais, defensores dos consumidores, auditores, líderes industriais, associações de comércio, educação superior, entre vários outros).

Para Mitchell, Agle e Wood (1997, p. 866), a maior abrangência existente no conceito de *stakeholders* tem como intento a sobrevivência da empresa, o bem-estar econômico, o controle de danos, tirar vantagens das oportunidades, suplantar a competição, conquistar amigos e influenciar políticas públicas, construindo coalizões, entre outros. Concordando com tal entendimento, encontra-se Wilson (2003), quando afirma que quanto mais fortes forem os laços entre a organização e seus parceiros internos e externos, mais facilmente esta organização chegará a seus objetivos.

Além disso, Jones (1995) alerta para a questão dos custos de transação, dispendo que a desconfiança entre compradores e fornecedores faz com que os mesmos fiquem mais altos. Outro problema que o autor menciona são as atitudes oportunistas dos funcionários, que podem ser evitadas caso sejam utilizadas práticas éticas no longo prazo - mesmo entendimento de Post et al. (2002). Vislumbra-se novamente o **casamento** que preconiza a teoria da ecologia organizacional da organização com o meio, que se dá intimamente pelas relações da mesma com seus *stakeholders* e estrategicamente nos dias atuais, por meio da RSC, a fim de se obter melhor confiança dos fornecedores e funcionários, o que é preconizado

pela teoria dos custos de transação de Williamson (1979), ou seja, quanto maior confiança a empresa tiver com seus *stakeholders* menos será o seu custo de transação.

A tentativa de se colocar a RSC como estratégia não é algo novo. Desde 1980, autores como Tuzzolino e Armandi (1981), Carroll e Hoy (1984) e Porter e Kramer (2006) refletem sobre a forma como as organizações deveriam responder às pressões sociais, ajustando essas demandas às suas estratégias, a fim de obter legitimidade. Como papel mais abrangente das empresas na sociedade, dois princípios surgiram: o princípio da caridade (fornecimento de ajuda voluntária pelas empresas aos necessitados) e o da tutela - *stewardship* (empresas agindo como representantes públicos e considerando os interesses de todos os afetados pelas suas decisões e políticas).

Tais princípios tornaram-se os pilares da RSC. O princípio da caridade fez com que as empresas auxiliassem voluntariamente aos necessitados da sociedade e o princípio da tutela (*stewardship*) os incentivou a serem representantes (*trustees*) do interesse público, ou seja, representando o interesse dos membros da sociedade afetados pelas operações da corporação (FREDERICK; DAVIS; POST, 1988).

Especificamente em relação à estratégia, Carroll e Hoy (1984) discorrem sobre quatro fatores que baseiam a política corporativa global, quais sejam: competências e recursos da empresa; oportunidades de mercado; valores e aspirações pessoais do grupo de administradores; e reconhecimento das obrigações de segmentos da sociedade.

Porter e Linde (1995) analisam a RSC em relação à vantagem competitiva; e afirmam que padrões ambientais, adequadamente desenhados, podem estimular inovações que, por sua vez, podem baixar o custo total de um produto ou agregar-lhe valor. Tais inovações permitem às companhias fazer uso mais adequado de seus meios de produção, desde a matéria-prima até a energia, compensando, desta forma, o custo da melhoria ambiental. No final das contas, esta melhoria no uso dos meios de produção faz a companhia mais competitiva, e não menos.

Segundo Ferrel et al. (2000), ao ser inserida a RSC no planejamento estratégico, as ações passam a ser de responsabilidade de toda a organização, o que para Zadek (2003) faz com que

haja maior vantagem competitiva sobre os concorrentes, restando assim o monitoramento do ambiente bem evidenciado, segundo diretrizes da teoria da ecologia organizacional.

4 Conclusão

A ecologia organizacional é uma ideia muito atraente por ter um caráter interdisciplinar com outras ciências; seu conceito básico, desenvolvido pela ecologia populacional, de que os recursos são limitados e a sobrevivência da organização depende de como ela se relaciona com o meio, dá margem à interpretação do papel da estratégia neste contexto. Com esta teoria, abstrai-se a ideia preconcebida de que a organização não tem influência nenhuma sobre o meio e vice-versa, salientando o sentido da capacidade de adaptação da organização ao nicho pela escolha da estratégia mais apropriada, aqui calcada na RSC, que acaba por trazer legitimidade para a organização, satisfação para fornecedores e funcionários e confiança para a sociedade como um todo, englobando-se aqui desde clientes, acionistas, até comunidade em geral (*stakeholders*).

Sendo a teoria da ecologia organizacional voltada para o meio, com o fim de obtenção de melhores estratégias, deve, conseqüentemente, ser relacionada à teoria dos *stakeholders*, que fazem parte deste meio, sendo afetados pelas decisões organizacionais e influenciando as mesmas o tempo todo; seja de maneira direta ou indireta. Com isto, reafirma-se que uma das estratégias que devem ser abordadas pelas organizações, atingindo todos os seus *stakeholders*, independentemente de quais sejam, encontra-se, nos dias atuais, na RSC.

Dentro deste conjunto teórico, a ecologia populacional proporciona uma boa estrutura para desenvolver um trabalho de pesquisa quantitativo. Há grande curiosidade sobre que motivos fazem com que algumas organizações, muito similares e com mesmo nicho, venham a sobreviver ou não. Tal empecilho pode ser averiguado dentro da presente teoria sob os aspectos da organização, do ambiente ou do mercado competitivo. No entanto, o presente trabalho considerou as perspectivas da organização e do ambiente.

Percebe-se, dentro da presente pesquisa, algumas limitações, explanadas a seguir. Primeiramente, a dificuldade de aquisição de dados longitudinais, que se fazem necessários, mas que sugerem que o pesquisador vá atrás de eventos

demográficos que são difíceis de capturar ou construir.

Outro obstáculo é teórico, de modo que ciclos de vida de organizações sociais não têm a mesma previsibilidade e uniformidade de organizações biológicas. Ademais, ainda existe o impedimento, de certa forma, do apoio teórico calcado na seleção natural como mecanismo determinante do sucesso ou fracasso das organizações, além dos conceitos centrais como recursos, nichos e desempenho, que acabam por ser muito abstratos.

Mesmo assim, a teoria da ecologia organizacional pode ser tida como inovadora, sendo que aborda assuntos anteriormente deixados de lado, como nascimento e morte das organizações, padrões evolutivos das populações organizacionais, limitação de decisão dos gestores e das capacidades adaptativas das empresas, assim como força e inércia, dentre outros ●

Referências

- BRITAIN, J. W.; WHOLEY, D. B. Organizational ecology. *Academic Management Review*, v. 11, n. 3, p. 513-533, 1996.
- CARROLL, A. B. A. Three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility. *Business Horizons*, v. 34, p. 39-48, 1991.
- CARROLL, A.; HOY, F. Integrating corporate social policy into strategic management. *Journal of Business Strategic*, v. 4, n. 3, p. 48-57, 1984.
- CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.
- CUNHA, M. P. e. Ecologia organizacional. *REA*, São Paulo, v. 39; n. 4; p. 21-28, out./dez., 1999.
- GEUS, A. A empresa viva. *Business Harvard Review*, Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 65-91, Jan. 1995.
- FERREL, O. C. et al. *Estratégias de marketing*. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREDERICK, W. C.; DAVIS, K.; POST, J. *Corporate strategy, public policy, ethics*. Sixth Edition. New York: McGraw-Hill, 1988.
- FREEMAN, C. The East Asian crisis, technical change and the world economy. *Review of International Political Economy*, v. 5, n. 3, p. 393-409, Autumn, 1998.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.
- FROOMAN, J. Stakeholder influences strategies. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 2, p. 191-205, Apr. 1999.
- GERDE, V. Stakeholders and organization design. In: LOGSDON, J. M. et al. (Ed.). *Research in stakeholder theory*. Toronto: The Clarkson Center for Business Ethics, 2000.
- HANNAN, T. M.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, i. 5, p. 929-964, mar. 1977.
- HANNAN, T. M.; FREEMAN, J. *Organizational ecology*. Cambridge: Harvard, U. Press 1989.
- JONES, T. M. Instrumental theory of stakeholders. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 2, p. 404-437, 1995.
- KALER, J. Differentiating stakeholder theories. *Journal of Business Ethics*, v. 46, n. 1, p. 71-83, 2003.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. *Safári de estratégia*, Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience. *Academy of Management Journal*, v. 22, n. 4, p. 856-866, 1997.
- MORGAN, R.; HUNT, S. The commitment-trust theory of relationship marketing. *Journal of Marketing*, v. 58, i. 7, p. 20-38, 1994.
- OWEN, D.; ADAMS, C.; GRAY, R. *Accounting & accountability*. London; New York: Prentice Hall. 1996.
- PHILLIPS, R.; FREEMAN, R. E.; WICKS, A. What theory of stakeholders is not? *Business Ethics Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 479-502, 2003.
- PORTER, M. E.; LINDE, C. Green and competitive. *Harvard Business Review*, v. 73, n. 5, p. 120-134, 1995.
- PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy and society. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.
- POST, J. et al. *Redefining the corporation*. California: Stanford University Press, 2002.
- SIRGY, J. Measuring corporate performance by building on the stakeholders model of business ethics. *Journal of Business Ethics*, v. 35, i. 3, p. 143-162, 2002.
- TUZZOLINO, E.; ARMANDI, B. A need-hierarchy framework for assessing corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, v. 6, n. 1, p. 21-18, 1981.
- ULLMANN, A. Data in search of a theory. *The Academy of Management Review*, v. 10, n. 3, p. 540-557, Jul. 1985.
- WILSON, M. Corporate sustainability. *Ivey Business Journal*, Mar./Apr. 2003.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics. *Journal of Law and Economics*, v. 22, p. 233-261, 1979.
- ZADEK, S. The path to corporate responsibility. *Harvard Business Review*, Canadá, p. 159-172, 2003.

* Professora da PUC-PR, Mestre em Administração de Empresas pela mesma Instituição

**Professor do Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná, doutor pela Manchester Business School - University of Manchester

*** Professora da PUC-PR, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela mesma Instituição

**** Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Escola de Negócios/PUCPR

JUVENTUDE, CULTURA E LINGUAGENS NA DÉCADA DE 1960

Por Teresinha Queiroz*

Resumo: O artigo analisa a juventude brasileira na década de sessenta a partir das tensões no âmbito da linguagem, dos espaços conquistados nos campos da cultura e dos costumes, do lugar da música na sinalização da abertura para o mundo em mudança e da imposição autoritária de alguns poucos sentidos para a história, como os sentidos da política e do gênero.

Palavras-chave: Brasil anos 60; juventude; política; gênero.

É usual pensar-se que a reflexão, o conhecimento e a produção do novo nascem sempre do desejo. Entretanto, as produções mais fecundas também nascem da insatisfação com o que está posto, da insuficiência das soluções já propostas e da incapacidade de encontrar respostas satisfatórias no espectro do real conhecido. Parto, aqui, de uma ideia bastante geral, a de que a década de 1960 está marcada por leituras e aprisionamentos redutores e já pouco capazes de dar conta de novas necessidades de compreender de forma mais complexa aquele rico período da história brasileira, história que então se universaliza a passos rápidos.

No sentido de contribuir para a expansão do debate em torno do período, gostaria de propor alguns questionamentos e sugerir, talvez, alguns campos possíveis de pesquisa. Quero recuperar algumas possibilidades de investigação em torno de quatro eixos principais: as tensões no âmbito da linguagem; os espaços conquistados pela juventude em colisão com as velhas estruturas e, em especial, no campo da cultura e dos costumes; a música sinalizando a abertura para o mundo e a imposição autoritária de alguns poucos sentidos para a história, como os sentidos da política e do gênero.

No que concerne às linguagens, sugiro o plural, desde que o jogo do poder e a força impositiva do novo na década de 1960 se expressam e se constituem no âmbito das mais diversas linguagens. Trata-se de uma época de quase incomunicabilidade entre gerações e entre frações do social e de composição de repertórios próprios de grupos. É significativa a invenção da língua dos jovens e a comunicação dirigida pelo uso de gírias, tão específicas e tão remarcadoras de um social em ebulição e em intensa criação de novos arranjos sociais, prefiguradores de formas novas de

experimentação grupal e de vivência urbana. O fecundo laboratório que é a vida urbana recobre-se de coloração especial com essa intensificação de contatos entre jovens; contatos agora mediados por um conjunto de aparatos técnicos e informativos advindos da abertura do País a uma cultura mundial em rápida expansão. Essa expansão corporifica-se não somente nos novos artefatos que alteram e revolucionam o consumo, mas que igualmente estabelecem novas formas de sociabilidades, que colidem com as sociabilidades do passado. Tudo nesse conjunto de mudanças na década de 1960, no Brasil, contribui para a tribalização dos jovens. É possível destacar nesse conjunto que as identidades se constroem segundo as aproximações físicas propiciadas pela música, pelas danças, e também pelo partilhar de informações de revistas dirigidas a esse novo segmento consumidor. É necessário lembrar que o consumo dos artefatos técnicos e dos objetos, não necessariamente novos, expande-se especialmente entre as populações urbanas e os rearranjos sociais ocorrem em torno de TVs, rádios, vitrolas, no consumo partilhado de livros e revistas, no deglutir de informações de todos os recantos do mundo.

Essa urbanidade tecnologicamente mediatizada vai recortando o social de maneira barulhenta. Não é sem significado que os ruídos praticados pela juventude urbana do período e que se preservam na memória e na história rebatem no *rock and roll*, no arranhar estridente das guitarras, na sonoridade extravagante das lambretas, no arrancar dos automóveis que são o sonho da juventude dourada e da não tão dourada, com seus delírios de velocidade e de distinção social. Essa distinção social guarda íntima e estreita relação com a construção das novas subjetividades e com a busca da diferença, em momento em que o

emergente desejo do único está radicalmente ferido pelo movimento mais geral de ampliação das classes médias, de homogeneização via escolarização e consumo, enfim, pela ameaça real da avassaladora sociedade de massa.

Parcela da música do período, vista pelo crivo do hoje como um misto de pretensão e ingenuidade, é reveladora desse processo de subjetivação dos jovens, em tensão e na contramão dos ventos mais fortes da massificação. Ouçamos Eduardo Araújo (1967) a bradar, em alto e bom som, aos quatro ventos:

%Ah! Meu carro é vermelho / Não uso espelho pra me pentear / Botinha sem meia / E só na areia eu sei trabalhar / Cabelo na testa sou o dono da festa / Pertença aos dez mais / Se você quiser experimentar / Sei que vai gostar. [...]+

Eduardo Araújo é seguido por sugestivo coro: %Ele é o bom, é o bom, é o bom+(IMPERIAL, 1967). Ou Roberto Carlos, após abandonar seu Calhambeque e exibir-se em um Cadillac, desafiar as curvas da estrada de Santos, imprimindo um significado rebelde, mas igualmente desalentado, à velocidade de seu potente automóvel. Automóvel que possibilita a embriaguez dos sentidos e afasta momentaneamente a solidão, neutralizando a dor do distanciamento espacial e temporal da amada:

%Eu prefiro as curvas / Da estrada de Santos / Onde tento esquecer / Um amor que eu tive / E vi pelo espelho / Na distância se perder [...]+ (CARLOS; CARLOS, 1971).

É curioso observar que quase se confundem, nesses novos processos de subjetivação dos jovens, o carro, o espelho, o eu, e um elemento novo - o tempo vago, disponível, fruído com prazer ou não, mas permitido por sociedades e culturas com acumulação suficiente para o deleite consumista de alguns, especialmente da classe média urbana.

Essas novas situações sociais, intensificadas a partir dessas sociabilidades em construção, repercutem e reverberam no campo das linguagens, instituindo novas formas de expressão que constituem um vocabulário particular. Talvez nesse aspecto o movimento da Jovem Guarda seja o exemplo mais completo da expressão de uma jovem classe média urbana, consumidora e igualmente produtora de artefatos, objetos e significações. Com o intuito de ilustrar essa inserção na produção e no consumo, deve ser

lembrado que os componentes principais da Jovem Guarda faziam o *marketing* de um *mix* variado de produtos, especialmente no ramo do vestuário (PAIANO, 1996).¹

A invenção de novas linguagens pelos jovens remetia não apenas à emergência de novas configurações sociais que se operavam pelo deslocamento dos lugares de jovens e não jovens, mas igualmente a fraturas no corpo da juventude. Essas fraturas apareciam em formulações do tipo bom moço, bom rapaz, boa moça, moça de família, transviado, maconheiro e outras expressões do vocabulário da época. A depender do lugar em que se buscava situar o jovem, era até necessário pedir desculpas, como o fez Wanderley Cardoso, ao justificar o fim de um namoro (NUNES, 1967, grifos nosso):

%Barece que eu sabia / Que hoje era o dia / De tudo terminar / Eu logo notei / Quando telefonei / Pelo seu jeito de falar / Eu nunca pensei / Quem eu tanto amei / Fosse assim me desprezar / [...] / Se amar demais / Ser um *bom rapaz* / Foi o *meu mal*.+

Neste recorte, aparecem claramente as novas exigências para o ser homem e a referência a modelos de masculinidade não mais aceitos por todos os jovens. Por contraste, vislumbra-se a valorização de um perfil de namorado distanciado do bom rapaz, agora detentor de virtudes vistas como do passado.

As palavras cortam, como armas do consumo cultural inovador desse tempo, as rígidas estruturas advindas das décadas anteriores, lugar da experiência dos pais desses jovens então nominados como puritanos ou avançados, de família ou transviados, subversivos ou o futuro da nação. Vistas de agora, as palavras da década de 1960 já sofreram a seletividade do tempo, já foram consumidas no voraz processo da transformação dos significados - apreendidos, porém, igualmente esvaziados e reduzidos pela mutação da história. Desenraizadas e deslocadas, muitas das expressões da década de 1960 são hoje apenas simulacros, pois as palavras têm vida e força e são produzidas e consumidas como todos os artefatos sociais.

Se, de um certo ângulo, é possível pensar a década de 1960 como de construção de um novo mundo e de novas significações, não necessariamente totalizadoras, para os jovens, e que novas palavras e novos significados são matéria-prima e veículo do tempo, é igualmente

possível pensar a linguagem como sendo e instituindo poder para além do mundo da juventude. A linguagem é o lugar da identidade, do encontro dos iguais, mas, ao mesmo tempo, o lugar da tensão, da colisão, do conflito. Em relação às palavras, novas e velhas, elas suscitam medo e recusa, operam distanciamentos.

Torquato Neto, operador por excelência da palavra, em cuja coluna do jornal *Última Hora*, *Geléia Geral* (CASTELO BRANCO, 2004), assume-a em diversos formatos - cartas enviadas, cartas recebidas, transcrições de autores, traduções, letras de músicas, poemas, textos memorialísticos, crônicas ligeiras - é o exemplo mais acabado desse sentimento, partilhado no período, de medo e de recusa às palavras e de pavor aos estilhaços de seus múltiplos significados. O medo da palavra só encontra paralelo no medo do silêncio - horror igual em fração dessa juventude.

Entretanto, com esta referência a Torquato Neto, migra-se para outro recorte da juventude dos anos 1960. A coluna *Geléia Geral* era dirigida para um público jovem, sintonizado com as novidades da cultura nacional e internacional, politizado, de classe média, que não apoia o *sistema*, decodifica as mensagens do articulista e domina seus códigos de expressão. Aqui a linguagem é essencialmente lugar de recusa ao político, de construção de um novo modo de inserção no mundo e também um registro do uso intensivo e, às vezes até abusivo, de gírias. Do repertório em comum com a *Jovem Guarda* aparecem, dentre outras: amizade, bicho, transa, barra limpa, legal, pirado, por fora, maneiro, fogo, chato, barra pesada, quadrado, lance etc. e todo um conjunto de variações.

A invenção de uma nova linguagem, a língua da juventude, especialmente da juventude urbana de classe média, dourada, transviada, e mesmo a da fração militante, é sobretudo a invenção de uma arma poderosa que esgarça e fatia o social, operando principalmente os afastamentos e as delimitações de campos no conjunto do social e no interior de sua frações. Trata-se, em termos mais gerais, de uma verdadeira dialetização da língua, os dialetos assumidos como expressões de lugares, configurando deslocamentos e afirmando os novos enraizamentos juvenis.

Os novos modos de expressão não se circunscrevem aos campos da fala, desde que a construção de novas subjetividades, no período,

impossibilita dissociar esses modos novos de expressão dos objetos e das representações que os significam. Assim, Erasmo Carlos, o Tremendão, só se expõe e é apropriado enquanto tal, a partir de todo um aparato que reifica o consumo das novas indústrias de massa. O Tremendão, assim o faz, na mediação de seu carro de luxo, de suas calças *jeans*, de suas reluzentes botas, dos colares, dos cintos, das pulseiras, todos artefatos com suas respectivas e exaustivamente divulgadas marcas. Deve ser lembrado que os ídolos do momento vendiam tão somente tudo: discos, *shows*, revistas, livros, roupas, acessórios, calçados, instrumentos musicais, automóveis, e que esse movimento, como outros em escala mundial, inaugurou a febre de consumo que conhecemos em décadas mais recentes, e de que os fenômenos Xuxa, Angélica e Luciano Huck são catalisadores possíveis.

Mantidas as devidas diferenças quanto ao modo de colocar-se no mundo, e em face da situação política vigente, sobretudo após o AI-5, de dezembro de 1968 (VENTURA, 1988), essa indissociabilidade entre o ancorar-se, o refletir, o expressar-se e o consumir é absolutamente perceptível na juventude dita militante, objeto de maior interesse e do maior cuidado dos defensores, militares ou não, do regime forte então instituído. Outra vez, o exemplo mais acabado e sobretudo por ter a forma do fragmento diário de um jornal, é o verdadeiro mercado que é a coluna *Geléia Geral*. Torquato Neto (2004) expôs e vendeu, e com embalagens da maior qualidade e refinamento: artistas nacionais e internacionais de diferentes tendências musicais, de Ângela Maria aos *Beatles*, passando por quase todos os baianos, pelos compositores da bossa nova, tendo como produtos principais Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Maria Betânia; vendeu cinema e todos os artefatos que permitiam realizar esta forma, para ele, de guardar, proteger, preservar e mostrar, para além da censura institucional, o Brasil que era escondido pelos militares; vendeu instrumentos musicais, exposições, discos a mãos-cheias, revistas, instalações e, claro, *shows*, *shows* e mais *shows*. Eventualmente, sugeriu o consumo do teatro; vendeu Londres, Paris e Nova Iorque, cosmopolita que o é. A coluna era uma verdadeira ode ao consumo. E Torquato anunciou, sem pudor: *comprem, comprem, comprem*.

No caso de Torquato Neto, essa embriaguez de consumo foi sobretudo fundada nas possibilidades

. que a economia do período permitia realizar . da juventude carioca classe média e zona sul. Um mercado extraordinário que só encontrava paralelo em outras grandes cidades brasileiras. O Rio de Janeiro e São Paulo, de onde partiu o fenômeno Jovem Guarda, foram os lugares da produção e as vitrines dos modos e modas dos jovens brasileiros de todos os rincões e que assimilavam, com as características e limitações locais particulares, esses modelos avassaladores. Os aparelhos de rádio que habitavam em milhões de lares brasileiros, a rápida expansão dos sinais de TV pelo Brasil e as centenas de impressos de circulação nacional foram alguns dos mediadores desses novos modos e modas. A intensa penetração do novo no mercado foi acompanhada de não menores e extraordinárias reações. O Brasil na década de 1960 foi, sem dúvida, um laboratório de experimentações, mas igualmente um campo de guerra.

Dito desta forma, pode parecer que se está fazendo referência a uma ilha . a ilha Brasil, vigiada e protegida pela sombra verde do militarismo. Nada mais equivocado do que pensar o Brasil descolado ou dissociado dos vendavais da economia e da cultura que se mundializa a passos rápidos. Não é necessário abandonar a juventude e seus modos de expressão para realçar essa simbiose. Tomemos como recurso uma banda de penetração mundial, *The Beatles*, o modelo mais perfeito do novo formato da revolução social, ícone da juventude e horror dos seus pais . em face de toda a simbologia que ligava o conjunto às formas de desobediência, mostradas no vestuário, no consumo de drogas lícitas e não lícitas, na criação dos próprios estilos, na liberação da sexualidade, na recusa ao casamento e na irreverência na escolha dos parceiros, na sedução advinda da erotização dos ritmos, nas ênfases conferidas ao barulho e ao que era visto como seu corolário, a violência. A esses estilhaços de significados podem ser aduzidos outros e sugeridas novas leituras. Tomemos a clássica *Imagine*, de John Lennon, verdadeira oração à paz e à concórdia, em um tempo de guerras, de intolerância, de tensão cultivada entre metades que dividiam o mundo e em que o Oriente, ainda debaixo de nossos pés, e onde Lennon foi buscar Ioko Ono, era alvo dos maiores preconceitos e do maior desconhecimento.

Imagine there's no heaven / It's easy if you try /
No hell below us / Above us only sky / Imagine
all the people / Living for today / Imagine there's

no countries / It isn't hard to do / Nothing to kill
or die for / And no religion too / Imagine all the
people / Living life in peace / You may say I'm a
dreamer / But I'm not only one / I hope some
day you'll join us / And the world will be as one /
Imagine no possessions / I wonder if you can /
No need for greed or hunger / A brotherhood of
man / Imagine all the people / Sharing all the
world / You may say I'm a dreamer / But I'm not
only one / I hope some day you'll join us / And
the world will be as one / (LENNON, 1971).

Com a maior delicadeza, John Lennon pôs sob suspeição alguns dos valores mais caros à experiência social do Ocidente: a crença no paraíso e no inferno, o valor da guerra, o nacionalismo, a propriedade privada, realçando a utopia da paz e do sonho compartilhado. Esse sonho coletivo era o da juventude de todo o mundo, que se opôs ao estabelecido dos adultos e da tradição.

Ao tempo em que John Lennon descobria o Japão e era seduzido pelas alternativas de uma outra cultura . aderindo a uma outra filosofia, experimentando outra religião, adotando novos costumes no cotidiano e escolhendo uma mulher asiática, ~~uma~~ alternativa para desespero das ocidentais que lhe devotavam inominável ódio -, a Inglaterra, país-síntese da guerra entre as gerações e sede indiscutível do principal movimento jovem da década, ditou as novas tendências do vestuário masculino e feminino e impôs os longuíssimos cabelos que aproximam homens e mulheres e confundem sua identificação, em um contexto em que a moda masculina também se feminizava, ganhando ajustamento ao corpo, detalhes e uma infinidade de acessórios. A paquera, palavra nova, revelou o novo costume inglês cosmopolita, invenção dos aglomerados urbanos que passou a vigorar em todo o mundo, mote da possível aproximação entre rapazes e brotos, os últimos vestidos no rigor da moda ditada de Londres. O reinado era da minissaia e dos vestidos tubo, geométricos, de Mary Quant, e as garotas, que mostravam pernas e barrigas em profusão, já se encaminhavam para o formato, hoje dominante nas passarelas, da anorexia, cujo padrão da época era a modelo Twiggy.

Em espaços mais abertos, tropicais e iluminados, o nosso ~~mei~~+da juventude, Roberto Carlos, sugeria o modelo de broto digno de uma paquera e que, com certo esnobismo diferenciador, chamava a atenção para os seus dotes, a moeda

do momento. Anova garota ideal assim era cantada (CORRÊA; GONÇALVES, 1971):

Essa garota é papo-firme / É papo-firme, é papo-firme / Ela é mesmo avançada / E só dirige, em disparada / Ela adora uma praia / E só anda, de minissaia / Está por dentro de tudo / E só namora / Se o cara é cabeludo / [...] / Manda tudo pro inferno / E diz que hoje / Isso é moderno [...].

Essa garota papo-firme constituiu o perfeito contraste da garota triste, romântica, derrotada e suicida no percurso da história amorosa pessoal, cantada por Martinha, e significada nela mesma no papel de apaixonada pelo "eu". Nada mais cafona que a letra da canção, também interpretada por Roberto Carlos (MARTINHA, 1968):

Eu daria minha vida para você voltar / Eu daria minha vida para você ficar / Já não tenho nada, a não ser você comigo / Sei que é preciso, esquecer mais não consigo. / Eu daria a minha vida para lhe esquecer / Eu daria minha vida para não mais lhe ver [...].

Na época em que a canção foi composta, a palavra ficar ainda significava permanecer.

A figura da jovem anêmica, desesperançada e sem a presunção up-to-date e sofisticada dos brotos automobilizados, já agradava somente à parcela dos jovens, às suas mães das gerações precedentes e, talvez, ao bom rapaz, versão masculina da moça-de-família. Não é à toa que, no imaginário da época, Roberto Carlos preferia Wanderlea, mineira, conservadora, porém, disfarçada de moderna e, para escândalo nacional, casou-se com uma mulher mais velha, desquitada, versão tupiniquim a catalisar o ódio de que Ioko Ono era alvo em escala mundial.

Na contramão também do modelo de subjetividade cantado por Wanderley Cardoso, em "O bom rapaz", já vimos que a garota papo-firme só gostava de cabeludos. As dores e as fraturas do mundo, em macro e em microdimensões estavam postas nas experiências que os jovens estavam inventando para si.

Nada mais interessante do que observar, apontando para essas fraturas, a letra de "Panis et Circencis", de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que remarcou o distanciamento entre gerações e a ruptura de interesses no interior da família (PAIANO, 1996, p. 64):

Eu quis cantar / minha canção iluminada de sol / soltei os panos sobre os mastros no ar / soltei os tigres e os leões nos quintais / mas as pessoas na sala de jantar / são ocupadas em nascer e morrer / mandei fazer / de puro aço luminoso punhal / para matar o meu amor e matei / às cinco horas na avenida central / mas as pessoas na sala de jantar / são ocupadas em nascer e morrer / mandei plantar / folhas de sonho no jardim do solar / as folhas sabem procurar, procurar / pelo sol e as raízes procurar, procurar / mas as pessoas na sala de jantar / são ocupadas em nascer e morrer / essas pessoas na sala de jantar / essas pessoas na sala de jantar / essas pessoas na sala de jantar.

Ao tempo em que o personagem narrador ocupava-se em cantar sua canção iluminada de sol, soltar tigres e leões nos quintais, fazer de aço um luminoso punhal, matar o amor às cinco horas na Avenida Central, plantar folhas de sonhos no jardim do solar, ou seja, em subverter a ordem do mundo, as pessoas na sala de jantar permaneciam indiferentemente ocupadas em nascer e morrer.

De forma alegórica e figurativa, o jovem, aqui um militante de esquerda, fazia arte, fazia política, consumia e ia a apologia da maconha e constatava que, qualquer que fosse o seu ato, ele não reverberava na sala de jantar, figuração do estabelecido - poder e família, ou os poderes em todas as suas teias sedentárias.

Com esta sucinta abordagem acerca de possíveis aproximações ao tema juventude, cultura e linguagens na década de 1960 no Brasil, espero ter contribuído para iluminar alguns flagrantes dessas relações, evidenciando que esse universo jovem em mutação comportou significados que iam para além dos recortes da política, nas suas vinculações com o estado autoritário e para além da centralidade que era posta na revolução sexual.

Nota

(1) A propaganda da Coleção Jovem Guarda ilustra as tensões da década de 1960 entre as gerações: "[...] o guarda-roupa é uma das áreas críticas na guerra travada entre os jovens e os mais velhos. Os barralimpas se recusavam sistematicamente a envergar uma beca igual à dos mais velhos. Porém, Confecções Camelo acaba de eliminar pelo menos essa área de atrito. E aí está o Roberto Carlos que não nos deixa mentir, moral!" (PAIANO, 1996, p. 38).

Referências

- ARAÚJO, E. *O bom*. Rio de Janeiro: Odeon, 1967. 1 disco sonoro.
- CARLOS, R.; CARLOS, E. As curvas da estrada de Santos. Intérprete: Roberto Carlos. In: CARLOS, R. *Roberto Carlos*. Rio de Janeiro: CBS, 1971. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 2.
- CASTELO BRANCO, E. A. *Todos os dias de Paupéria: uma contra-história da Tropicália*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Univerdade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CORRÊA, R.; GONÇALVES, D. É papo-firme. Intérprete: Roberto Carlos. In: CARLOS, R. *Roberto Carlos*. Rio de Janeiro: CBS, 1971. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.
- IMPERIAL, C. O bom. Intérprete: Eduardo Araújo. In: ARAÚJO, E. *O bom*. Rio de Janeiro: Odeon, 1967. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.
- LENNON, J. Imagine. Intérprete: John Lennon. In: LENNON, J. *Imagine*. Ascot (UK), 1971. 1 disco sonoro.

MARTINHA. Eu daria minha vida. Intérprete: Martinha. In: MARTINHA. *Martinha*. Recife: Rozenblit, 1968. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.

NUNES, G. O bom rapaz. Intérprete: Wanderley Cardoso. In: CARDOSO, W. *O bom rapaz*. Rio de Janeiro: Copacabana, 1967. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 2.

PAIANO, E. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

TORQUATO NETO. Última hora: geléia geral. In: PIRES, P. R. (Org.). *Torquatália: geléia geral*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. v. 2. p. 197-381.

VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

* Professora do Departamento de História e Geografia e do Mestrado em História do Brasil/UFPI

ESCRAVIDÃO E VIOLÊNCIA: debates e tendências na historiografia piauiense

Por Débora Laianny Cardoso Soares* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: o ensaio objetiva apresentar a relação escravidão e violência na historiografia piauiense. Para tanto, diferentes abordagens apresentam as relações escravistas no Piauí. A partir da segunda metade do século XX, inicia-se a estruturação das visões do cativo assentadas em fontes documentais que resultaram em interpretações que defendem o paternalismo, a violência e o consenso social.

Palavras-chave: Escravidão. Relações escravistas. Violência.

O trabalho escravizado na economia pastoril constitui-se tema central na historiografia sobre a escravidão no Piauí. Embora assegurando a presença e a importância dos trabalhadores escravizados na estrutura produtiva, os estudos indicam certa dualidade de padrão de relações escravistas que pouco contribui para a compreensão das raízes da formação social. O debate concentra-se na relação violência-escravidão e possibilita a estruturação de correntes teóricas que podem ser identificadas nos seguintes posicionamentos: defesa das relações paternalistas, defesa das relações marcadas por violência apresentando duas tendências, sendo uma marcada por diferenciação de tratamento para escravizados privados e públicos e outra pela resistência para superação do domínio escravista; e defesa de relações consensuais com resistência e acomodação dos escravizados. A gênese da interpretação pode ser encontrada em memorialistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, que legaram leituras sobre a sociedade piauiense e as relações escravistas a partir de um mundo rural marcado por trabalho compulsório aleatório e acessório na lide campeira e relações brandas de controle (cf. GARDNER, 1942; ALENCASTRE,

1981; SPIX; MARTIUS, 1981).

Salvo engano, somente na segunda metade do século XX iniciaram-se as pesquisas históricas sobre a formação social piauiense, resultando nas primeiras páginas sobre o cativo piauiense, elaboradas com base em documentação oficial. Trata-se de pesquisas para a história do Piauí, de 1966, do historiador Odilon Nunes (1996). A obra é uma sistematização da história do estado e apresenta em um capítulo destinado a análise do processo abolicionista a visão do autor sobre a escravidão. As páginas buscam negar a violência, minimizar a presença dos escravizados e apresentar uma sociedade paternalista. Em rigor, trata-se de uma leitura requentada dos viajantes, especialmente Spix e Martius (1938), que pouca importância deram ao trabalho feitorizado no criatório. Odilon Nunes (1996, p. 63), porém, superou seus antecessores ao apresentar os cativos como parte do contexto familiar senhorial:

«...] ordinariamente, tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pajem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados.»

A citação parece exemplar. Para sustentar sua

ideia de sociedade piauiense escravista, o historiador afirmava que a base econômica, a pecuária, propiciava a construção de uma sociedade de [a.] tendências democráticas, ao exercício da liberdade, donde, o respeito à dignidade humana+(NUNES, 1996, p. 63). Sendo então, em seu entender, poucos os casos de violência e crime envolvendo senhores e cativos, pois estes conviviam harmoniosamente. A peculiaridade da utilização da mão de obra servil no Piauí, segundo Odilon Nunes, estava atrelada à principal fonte de riqueza senhorial, a criação de gado de forma extensiva, servindo, assim, de forte argumento para reafirmar essa escravidão afável vivenciada pelos cativos, na qual os senhores não sentiam a necessidade de brutalizar seus trabalhadores por conta do trabalho, em razão da lida diária não necessitar de grandes esforços nem de muitos braços. Para o historiador, nas relações escravistas, a ocorrência de fatos socialmente considerados hediondos e o uso da truculência por parte senhorial eram casos raros, sendo estas ações incitadas pelos escravizados, motivados por [vingança ou baixos instintos+(NUNES, 1996, p. 252).

A obra de Nunes, considerada fundante da historiografia piauiense, reabilita a escravidão na tentativa de imprimir uma imagem de uma sociedade afável, civilizada e respeitosa para com as leis que se colocavam acima dos poderes e desejos individuais dos senhores. Além disso, sua interpretação legava ao elemento cativo, e tão somente a este, a herança de uma má índole que outrora vicejava na sociedade piauiense quando dos anos iniciais da ocupação do território; processo marcado por lutas e tensões. O escravizado foi resgatado de uma condição de negação de existência ou de existência minimizada a uma quase invisibilidade social para a condição de uma existência negativa responsável pelo atraso moral e econômico da capitania e posterior província.

Odilon Nunes reproduzia as aspirações vigentes nas décadas que antecederam aos últimos suspiros do sistema escravista, marcadas pela presença de agentes políticos e de um aparato policial que tiveram importância crucial para a formação de um cenário favorecedor a um processo de civilização moral e religiosa da sociedade, no qual havia um esforço para construir uma ambiência urbana com aparência de local civilizado e com população dócil; comportamento social pautado no projeto elitista¹ de desconstrução das

características herdadas pelos seus primeiros habitantes.

Seguindo os passos do principal expoente da visão paternalista da escravidão no Piauí, Monsenhor Chaves (1998), em *Obras Completas*, reafirma a memória dos escravizados de [baixos instintos+de Odilon Nunes. Para Monsenhor Chaves os negros cativos [abusavam+dos [bons senhores, que eram a maioria no Piauí+(CHAVES, 1998, p. 91). Maioria não significa totalidade, e o historiador, cuidadosamente, deixa os maus senhores no passado da sociedade. Assim, a escravidão no Piauí foi dividida em duas fases. Na primeira,

[a.] imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono de doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alongando-se pelos começos do Império.+(CHAVES, 1998, p. 190).

Percebe-se que a demarcação do período revela o império da crueldade nas relações, haja vista a [primeira fase da escravidão+(CHAVES, 1998, p. 190) vigorar por quase a totalidade da experiência escravista. A violência é revelada através de anúncios de fugas em jornais da época, nos quais as marcas nos corpos dos escravizados denunciavam os severos castigos infligidos:

[...] em 1848 fugiu uma mulata de nome Maria Isabel, idade de 40 anos pouco mais ou menos, dos sinais abaixo declarados, e conduzindo consigo uma cabrinha, com 6 meses pouco mais ou menos, ainda pagã [...] os sinais da mulata são os seguintes: [...] nas costas abaixo do talho da camisa tem um pequeno sinal de relho. sobre um dos peitos tem dois sinais: um redondo, de fogo, outro comprido sendo este de relho (CHAVES, 1998, p. 194, grifos do autor).

Ao que parece, o grifo do autor tinha o intuito de demonstrar ao leitor a veracidade e a extensão da violência. Na sua percepção, os sinais da violência seriam menos perceptíveis na segunda fase, caracterizada como sendo [menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravos+(CHAVES, 1998, p. 191). A argumentação do autor baseia-se no fim do tráfico negreiro e na construção de medidas para o comprimento dessa lei. Nesta perspectiva, o trato violento dispensado aos cativos foi modificado a partir de 1850. Na constatação de uma escravidão branda, o autor reforça a bondade senhorial e apresenta este comportamento como motivo para práticas abusivas de escravizados, tal qual era o caso do

[...] Comandante do corpo de Guarnição, Cel. Manoel Rolemberg Almeida, que se viu forçado a publicar na imprensa o seguinte aviso: [abaixo assinado, querendo prevenir abusos, faz ciente os

Snrs. Negociantes desta cidade, que não se responsabiliza pelas compras feitas a créditos em seu nome por seus escravos, visto sempre fazê-las à moeda+(CHAVES, 1998, p. 191).

O olhar do historiador fortalece a construção de um negro cativo malicioso que não só abusava dos bons senhores como também da sociedade piauiense que colocou-se sempre ao lado do escravo+(CHAVES, 1998, p. 191). Para Monsenhor Chaves, a imprensa era o principal meio de controle da violência senhorial, divulgando os poucos casos de sevícia e ressaltando a boa índole dos cidadãos e seu senso de punição para com aqueles senhores que ultrapassavam os limites socialmente aceitos, sendo eles pobres ou da elite. As relações escravistas nesta segunda fase seriam então limitadas pela postura **civilizada** da sociedade que se contrapunha aos excessos da violência. Havia, portanto, para o autor, um nível de violência senhorial permitido e cuidadosamente zelado.

Somente no início dos anos 1980, as relações escravistas no Piauí foram revisitadas. Embora o foco da obra de Luiz Mott, *Piauí Colonial*, de 1985, não seja a análise das relações escravistas, sua obra muito contribui para o tema. Luiz Mott (2012) apresenta um contraponto à ideia que chama de fantasiosa; de que no sertão pecuarista o trabalho escravizado foi escasso. Para ele, apesar de existir espaços para a mão-de-obra livre e indígena, foi mais constante e importante a presença do trabalho do negro nas fazendas de gado. Lançando mão de dados estatísticos do final do século XVII ao XIX, o autor contesta a tese da incompatibilidade do escravizado e pastoreio e demonstra que o cativo negro foi figura presente e marcante nos sertões. A obra também desfaz o mito do absenteísmo. Considera inegável que no princípio era real a ausência de senhores vivendo nessas fazendas existentes no interior do país por diversos fatores, dentre eles, o difícil acesso e comunicação. Com o aumento de moradores nessas localidades pode-se observar que o patrão ausente foi se tornando exceção e não mais a regra, como no início do século XVII. (SOARES, D. L. C.; LIMA, 2011)

Sobre as relações escravistas, Luiz Mott (2012, p. 116) ressalta um tratamento menos opressivo do que em outras áreas produtivas, onde parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona pecuarista do que nos engenhos de açúcar+. Entretanto, o autor apresenta uma carta, escrita por uma escrava de nome Esperança Garcia,

denunciando os maus tratos dispensados a ela, a suas companheiras e filhos e aos demais escravizados da fazenda.

[...] há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extraio sangue pela boca ,em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada. Por misericórdia de Deus escapei [...]
(MOTT, 2012, p. 141).

A denúncia de Esperança parece ter repercutido também na historiografia. A violência era fato. Parecia faltar apenas uma análise sobre a sua intensidade; para tanto, o ponto de partida seria uma revisão da dualidade temporal criada por Monsenhor Chaves. Contudo, o pensamento social fundou uma nova dualidade, desta feita espacial, não só para o teor das relações, mas também para o uso do trabalho compulsório. Neste particular, a servidão negra no Piauí continuaria a figurar nas análises da historiadora Tanya Brandão (1999), em *O escravo na formação social do Piauí*+, como secundária nas fazendas de gado.

Esta característica, segundo a pesquisadora, deveu-se a vida rústica do sertão, onde os trabalhos desenvolvidos pelos negros não estavam diretamente ligados ao processo produtivo principal - a pecuária, mas a tarefas secundárias, como fabricação de telhas, tijolos, artesanatos, trabalhos domésticos e alugueis de seus serviços pelos seus senhores, na agricultura e na construção civil. No criatório, o cuidado do gado nos campos e currais seria realizado, predominantemente, por vaqueiros livres. Portanto, ficaria para os trabalhadores escravizados as duras e pesadas tarefas da lida nas fazendas.

Tanya Brandão defende ainda que a presença do escravizado nesta região se deu com características distintas no resto do País, sendo absorvida muito mais como uma demonstração de *status* social do que como força de trabalho atuante, apesar de, do ponto de vista da relação social, não fugir à regra do sistema escravista impregnado no Brasil (BRANDÃO, 1999, p. 154).

Apesar da referência sobre mecanismos repressores para o controle e domínio dos escravizados, a existência de dois cativeiros no Piauí, o privado e o público, levaram a autora a inferir que os trabalhadores das fazendas públicas gozavam de maiores privilégios e regalias que nas fazendas privadas. Nas propriedades privadas a violência, principal mecanismo de atuação do sistema escravocrata, se apresentava mais freqüente, pois o senhor se mantinha presente e

atento aos movimentos de seus trabalhadores. O comportamento violento dos proprietários contrasta com o vivenciado pelos escravizados públicos, tanto sob administração jesuítica quanto sob domínio da Coroa Lusitana e Império. Nas fazendas públicas era proporcionada aos trabalhadores relativa autonomia, fazendo com que o escravo gozasse de certa liberdade.

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto por cativos pertencentes à Coroa e outro que abrangia os de propriedade de particulares. Este fato implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. [...] Quanto ao tratamento dispensando ao escravo do fisco, ocorria fator interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta (BRANDÃO, 1999, p. 158-160).

A idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida dos escravizados é reproduzida e fortalecida em *“Escravos do sertão”*, de Miridam Falci (1995). Entretanto, a autora parte da coexistência do trabalho livre e escravizado como uma característica peculiar do Piauí para apresentar uma visão das relações escravistas a partir do batizado e do compadrio entre senhores e escravizados, reforçando assim o consenso e a contratualidade para além do espaço de produção. A proximidade entre classes, segundo a historiadora, se reproduz também no espaço privado. Apesar de suas pesquisas apontarem que no Piauí esse apadrinhamento por parte do proprietário do escravizado era quase inexistente, ela afirma:

“Mas se os senhores não foram os padrinhos dos escravos no Piauí, outros membros da família do senhor o foram. Várias vezes os batismos de escravos, foram realizados por irmãos, cunhados ou primos dos senhores.” (FALCI, 1995, p. 100).

Acreditamos, entretanto, que o apadrinhamento por pessoas livres não foi um ato de vontade única do escravo ou escrava que batizava o filho. É crível que havia interesse da parte do senhor e do escravo na escolha do padrinho e em caso de divergência predominaria a escolha do senhor. Ser padrinho significava dar roupa para a mãe e a criança, comprometer-se com a orientação daquele ser, protegê-lo, comparecer ao ato do batismo demonstrando uma inegável capacidade de estar junto aos negros, sentindo a sua proximidade, coisas socialmente indesejáveis para um homem livre de posses numa sociedade escravista.

Os apadrinhamentos de escravos pelos seus senhores ou por parentes dos senhores, e o ritual

de batizado foram considerados pela autora como cerimônia de confraternização do grupo escravizado e da família senhorial (FALCI, 1995, p. 104). Senhores e escravizados convivendo nos mesmos espaços, de produção e privado, reforça a ideia do sistema ameno vivido no sertão. Esta face do escravismo piauiense encontra, ainda segundo Miridam Falci (1995), um espaço de representação típico: as Fazendas Nacionais. Os grilhões nestas propriedades eram frouxos e os escravizados gozavam de uma jornada de trabalho menos árdua. A partir destas propriedades, continuava-se a reproduzir o paternalismo e a memória da escravidão ganhava ares de oásis do sertão, onde o negro escravizado viveria em eterna bonança.

Sobre as fazendas públicas e as relações escravistas vivenciadas neste espaço, Solimar Lima (2005), em *“Braço Forte”*, apresenta uma análise que questiona as visões paternalistas e aponta a freqüente e violenta repressão nas fazendas. Segundo o historiador, nas fazendas públicas estruturou-se e organizou-se uma produção escravista que desenvolvia sistematicamente atividades produtivas variadas com a finalidade principal de comercialização. A estrutura produtiva mercantil estava assentada exclusivamente no trabalho escravizado, naquela o trabalhador cativo era tão imprescindível à produção pastoril quanto a todas as outras desenvolvidas nas fazendas. A produção de forma dominante de mercadorias e a utilização dominante e sistêmica do trabalho escravizado levaram a que uma minoria de propriedades rurais no Piauí fosse uma especificidade que, antes de indicar exceção, confirmava a regra do escravismo vigente no país (LIMA, 2005, p. 152).

Solimar Lima (2005), contrapondo-se aos olhares dominantes de que a fraca fiscalização e a baixa produção resultariam em trabalhadores acomodados, desnaturaliza a idéia de que nas fazendas públicas o trabalho escravizado e as relações escravistas eram amenos. Assim, o autor compõe um cenário para a escravidão pública piauiense considerando a contribuição e a presença dos escravizados nas mais diversas atividades desenvolvidas nas propriedades. O teor dessas relações é descrita através das práticas de castigos violentos e através da ameaça da violência como forma de controle eficaz para manter a estabilidade das relações escravistas. A gestão do Império é marcada por denúncias realizadas pelos trabalhadores queixando-se das condutas adotadas

pelos administradores tornando o controle um processo de ambos, criadores e trabalhadores, pois aos escravizados nacionais era permitido a denúncia da exploração excessiva da violência e aos criadores, o dever de disciplinar e dominar.

Assim, para o historiador, o confronto era inevitável tomando esse processo uma estratégia de manutenção da violência e da ordem. Um fato importante de controle psicológico descrito pelo autor é o sistema de quarta [do total de bezerros que nascessem, os vaqueiros, que nas fazendas públicas em sua maioria eram escravizados, recebiam um quarto das cabeças amansadas], que era usado para criar no trabalhador escravizado a ilusão de ser um trabalhador menos explorado, servindo como outra forma de controle e disciplina. O benefício, para os trabalhadores escravizados, colocava limites à exploração e assegurava a sobrevivência, pois a acumulação desses bens servia para manter a alimentação dos mesmos nas fazendas.

Nessa complexa teia de relações escravistas, percebe-se uma tendência historiográfica a assinalar a predominância masculina, ficando a memória da mulher fadada ao esquecimento e sua história sobrepujada pelas conquistas corajosas e ousadas dos homens, pois a suposta fragilidade feminina não permitia que sua presença se unisse harmonicamente às paisagens rudes dos sertões e à lida nos campos. Por mais que a historiografia recente tenha fechado algumas lacunas dentro da história da escravidão no Piauí, abriu, em contraponto, margens para visões reducionistas do cotidiano e da condição feminina dentro do cativeiro; recortando desse mosaico apenas sua representação enquanto mão de obra secundária e pouco significativa para a produção, pois o trabalho humano necessário nas fazendas se limitaria ao criatório e esse por excelência seria de domínio puramente masculino.

A matriz de exclusão da participação feminina parece nascer da dualidade criada pela diferenciação de condições de trabalho e de vida entre cativeiro público e privado. Nesta dualidade, aparece, nitidamente, a diferenciação do trabalho quanto ao gênero. Esta concepção pode ser percebida, com destaque, em Miridan Falci (1995) e Tânia Brandão (1999). Tratando-se das fazendas nacionais, cabe destaque as informações apresentadas por Solimar Lima e Juliana Malherme (2008) sobre a participação feminina no criatório.

No contexto da produção pastoril, a resistência

escrava não se constitui como objeto específico em nenhuma produção historiográfica sobre o Piauí. Ainda que as formas de controle e a resistência dos escravizados sejam enfatizadas e discutidas nos autores citados, apenas Lima (2005) dedica um capítulo às formas de resistência, mas toma somente como referência as fazendas da nação onde os castigos corporais e as denúncias aparecem restritos ao âmbito da administração das propriedades. O autor afirma que as tensões e conflitos estavam presentes no cotidiano escravista. Havia a dominação, a exploração, as ameaças e os castigos, por um lado; rebeldia e negação da ordem, por outro. Nessa dinâmica, formava-se um quadro de rudez das relações sociais na economia pastoril do Piauí.

Muitas são as lacunas e os debates em torno das discussões sobre o cotidiano dos escravizados no Piauí e as relações que mantinham no decorrer deste período. As pesquisas de outrora se ocuparam com os espaços produtivos na zona rural do Piauí, dando um foco para as relações ali estabelecidas com ênfase no mundo do trabalho. Estudos recentes que ainda permanecem somente nos espaços da academia produzem um novo avanço na temática e redimensionam as discussões para espaços urbanos, para o cotidiano e para os meios de ordenamento e repressão dos escravizados. Mairton Celestino da Silva, em sua dissertação, *Batuque nas ruas dos negros*, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal da Bahia, traz para o panorama das pesquisas a cidade de Teresina como ponto de partida para entender as relações sociais estabelecidas com a mudança da capital e com as novas sociabilidades experienciadas pelos negros, cativos ou libertos, no final do século XIX, a partir dos conflitos estabelecidos pelo declínio do sistema escravista e das políticas de cerceamento das manifestações negras. Para isso, a pesquisa tem como base documental os relatórios dos chefes de polícia e da Secretaria de Polícia, pois as manifestações eram percebidas como tentativas de burlarem o sistema, desembocando assim em processos judiciais.

A população escravizada no Recenseamento Geral do Império de 1872 (cf. FREITAS, 1988; CHAVES, 1998; NUNES, 2007) é uma pequena fração em comparação ao todo da população, mas está destacada como a mão de obra principal para as atividades diárias e a vida árdua do século XIX, e

principal obstáculo para as mudanças dos hábitos da Província do Piauí, tomando o tão sonhado progresso um processo repleto de conflitos. Nesse panorama, a formação de um aparato policial que reordenasse as manifestações negras se fazia necessária. É através das sociabilidades negras que o autor identifica as relações escravistas e percebe a resistência escrava como uma forma de adaptação ao sistema, de negociação de melhorias, de acordo e barganhas.

Se no entorno de Teresina as experiências negras se fizeram marcantes, nas ruas da cidade, a questão não era diferente. Mesmo correndo o risco da repressão policial e da punição por parte de seus senhores, os batuques dos negros resistiram durante o período da Escravidão. A presença negra na cidade era tão perceptível que ruas eram definidas como de circulação e presença exclusiva dos negros. Era nesses locais que os tambores, as sociabilidades, os conflitos e as negociações se davam com mais intensidade (SILVA, 2008, p. 125).

O historiador ressalta também a possibilidade de uma reprodução de valores e de uma cultura negra em Teresina, pois o que pelas autoridades era visto como desordem e bagunça, para os negros era uma tentativa de reproduzir os costumes africanos e de fortalecer os laços entre os seus pares. Com Mairton Celestino da Silva (2008), iniciou-se uma tendência para a análise das relações escravistas a partir da resistência negra, das ações dos órgãos de repressão e de manutenção da ordem, bem como das sociabilidades negras, não mais exclusivamente escravizados, no meio urbano. As relações escravistas, a partir da constituição da Secretaria de Polícia, são analisadas por Francisca Raquel Costa, em *Escravidão e conflitos* - dissertação defendida em 2009 no Programa de Pós-graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) -, onde a autora estudou as principais formas de resistência escrava e de controle nos espaços privados e públicos dentro do contexto da segunda metade do século XIX. O cotidiano dos escravizados é traçado a partir da identificação e das descrições dos fenótipos existentes nos documentos da Secretaria e nos anúncios de fugas nos jornais. Violência e resistência são destacadas como partes de um mesmo processo de dominação escravista.

Podemos fazer duas leituras a partir das descrições encontradas nas fontes consultadas: se, por um lado, as cicatrizes e marcas de *filhos* nos escravos significavam a violência do sistema escravista no Piauí; por outro, eram sinônimo de resistência desses trabalhadores escravizados, isto é, quanto mais resistiam, mais apresentavam cicatrizes que simbolizavam os atos de resistência (COSTA, 2009, p. 19).

Destacando a violência física e a violência psicológica promovida por senhores e feitores em espaços privados, a historiadora traçou um quadro que revela os delicados limites da violência senhorial e da violência pública. Os conflitos e tensões, na segunda metade do XIX, passaram a ser mediados pelo Estado diante da incapacidade social da autoridade senhorial lidar com determinadas situações que poderiam desestabilizar a ordem social. Para tanto, o poder privado acionava a polícia para aplicar os devidos castigos e procedimentos, ainda que os espaços privados continuassem utilizados, especialmente pelos grandes proprietários, como espaços de punição e forma de reafirmar um poder que ruía juntamente com o sistema escravista.

As relações escravistas, as experiências e vivências dos escravizados vão sendo delineadas nas pesquisas recentes ampliando-se a análise para o espaço urbano e para as relações dos escravizados com os demais componentes empobrecidos da sociedade, os libertos e livres. Focando a cidade de Teresina como ponto de partida para a análise das sociabilidades festivas e lúdicas da população negra e nas estratégias de *inclusão social e cultural* na cidade que acabava de se tornar a capital da Província, Talyta Sousa defendeu a dissertação *Filhos do sol do equador*, em 2012, no Programa de Pós-graduação em História do Brasil, na UFPI. Na obra, a historiadora apresenta o cotidiano da população negra e suas estratégias partindo da análise do trabalho, do lazer e principalmente da formação da irmandade de São Benedito, que era uma das principais na organização das festas sacro-profanas, nas quais a sociedade se relacionava com os negros escravizados e os mesmos conseguiam delinear a sua história e a sua cultura na cidade. Para Talyta Sousa (2012, p. 56),

A aparente liberdade existente nos centros urbanos proporcionava aos escravizados as mesmas violências que sofria o escravizado rural. Essa violência corresponde à violência simbólica, um tipo de violência que é exercida em parte com consentimento de quem a sofre. [...] Assim, a escravidão urbana constitui-se como uma contradição, como sugeriu Leila Mezan Algrani, pois os momentos longe do senhor, ao mesmo tempo em que proporcionavam a criação de um ambiente próprio para usufruir da liberdade, era também a reafirmação de sua condição de escravizado, [...].

A pesquisadora trata as festas e a inserção dos negros como membros da irmandade de São Benedito, em Teresina, como uma reelaboração da condição de excluídos sociais, onde se construíam

identidades sociais expressivas, dando a oportunidade de ter um auxílio a invalidez, doenças, e de inserção na sociedade, diminuindo o sentimento de opressão do sistema escravista. Como visto, pouca é a produção sobre a escravidão no Piauí. A evolução do pensamento social sobre o tema apresentado na historiografia revela, nitidamente, duas percepções teórico-metodológicas (a resistência escrava e a resistência-acomodação escrava), a exemplo do debate nacional, que buscam compreender a formação social tomando como referência as relações escravistas. Em que pesem avanços, aparecem ainda imperfeitas as interpretações sobre a sociedade piauiense escravista ●

Notas:

¹ Assim como nas principais capitais brasileiras, com a independência e o advento de uma possível proclamação da República, surgiu um movimento elitista de transformar as cidades em locais de gente civilizada e afável, no qual os padrões europeus influenciavam fortemente as mudanças físicas e posturais dos habitantes, não diferente na Província do Piauí. Ver mais em Carvalho (2007).

Referências

ALENCASTRE, J. M. P. de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 2. ed. Teresina: Comepi, 1981.

BRANDÃO, T. M. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: Edufpi, 1999.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, F. R. *Escravidão e conflitos*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

CHAVES, M. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FALCI, M. B. K. *Escravos do sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GARDNER, G. *Viagens no Brasil*. [S.l.]: Nacional, 1942.

LIMA, S. O. *Braço forte*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, S. O.; MALHERME, J. M. B. Cotidiano e trabalho de mulheres negras nas fazendas escravistas do Piauí. In: LIMA, S. O. *Sertão Negro*. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2008. p.168-178.

MOTT, L. R. B. *Piauí colonial*. Teresina: APL; Fundac; Detran, 2012.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1996. v. 4.

NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Fundapi; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

SILVA, M. C. *Batuque na rua dos negros*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOARES, D. L. C.; LIMA, S. O. *Escravidão e liberdade*. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.

SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador*. 2012. 246 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

* **Mestranda em História do Brasil/UFPI**
(debora.lcs@bol.com.br);

** **Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em História do Brasil/UFPI, Doutor em História/PUCRS**
(s.olima@bol.com.br)

Resenha: Sociedade civil internacional, organizações internacionais e Gramsci

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

MURPHY, N. Craig: *INTERNATIONAL ORGANIZATION AND INDUSTRIAL CHANGE*. Global Governance since 1850, Cambridge: Polity Press, 1994.

A aplicação de conceitos de Antonio Gramsci ao cenário internacional, os estudos relacionados ao desenvolvimento, às desigualdades globais e às organizações internacionais são alguns dos temas de pesquisa do Professor Craig N. Murphy, vinculado à Universidade Massachusetts Boston. O único texto do autor traduzido no Brasil foi escrito a quatro mãos com o falecido diplomata italiano de carreira Enrico Augelli (AUGELLI & MURPHY, 2007) e versa sobre uma interpretação de conceitos gramscianos voltados aos Estados Unidos e sua política exterior recente com o Terceiro Mundo. Faz parte de uma coletânea reunida por Stephen Gill (GILL, 2007) dedicada a análises que têm como tema articulador o pensamento de Gramsci e as relações internacionais. Apresentar e avaliar criticamente o livro de Murphy informado acima é o objetivo deste texto.

Debruçando-se sobre o livro em pauta nesta resenha (MURPHY, 1994) dedicado à temática das organizações internacionais, é possível identificar um traço diferenciador em relação a algumas obras voltadas ao assunto (BARKIN, 2006; HERZ & HOFFMANN, 2004; SEITENFUS, 2012). Enquanto as últimas enfatizam uma abordagem tradicional, fortemente ancorada nos aspectos formais, jurídicos e de retrospecto meramente institucional de tais organizações, o esforço de Murphy é a elaboração de sua contextualização histórica a partir das distintas visões de mundo e das forças sociais de cada período. Esta é a tônica identificadora das três periodizações das organizações internacionais desde 1850: as Uniões Internacionais (1850-1914), a Liga das Nações (1914-1945) e a ONU (de 1945 em diante). Um conceito central que perpassa tais diferentes períodos é o de uma governança global, um conjunto de arranjos, regras formais e informais, agendas, organizações, instituições, idéias que orientam o plano internacional sem a existência de um governo ou poder centralizado.

O primeiro período delimitado por Murphy,

aquele das Uniões Internacionais (1850-1914), foi marcado por uma visão liberal e kantiana de mundo. A crença de que o desenvolvimento do comércio internacional aprofundaria a paz e a cooperação, sem perder de vista a busca dos interesses das burguesias nacionais, os interesses dos distintos Estados, o fortalecimento de suas respectivas sociedades civis, o aprofundamento da cooperação e desenvolvimento científico e tecnológico, além de reproduzir a ordem imperial e colonial num contexto da emergência da Segunda Revolução Industrial. Seriam exemplares das organizações identificadas com tal perspectiva a União Telegráfica Internacional (1865), a União Postal Universal (1874) e o Escritório Internacional do Trabalho (1901), dentre muitas outras. No período em questão, não se pode ignorar também a conjugação dos interesses de algumas burguesias nacionais com remanescentes da velha nobreza do antigo regime. Tais nobres foram patrocinadores de várias conferências sobre distintos temas de cooperação técnico-científica e também de caráter diplomático (MURPHY, 1994). Um forte nacionalismo e um desenvolvimento desigual das principais potências também seriam a marca desse período, um dos pontos determinantes para o epílogo desta etapa com a emergência da Primeira Guerra Mundial e o conseqüente fim de várias organizações e componentes da governança internacional em questão (MURPHY, 1994).

No que toca ao período da Liga das Nações (1919-1945), chama a atenção a abordagem de Murphy para o liberalismo extremado que identificou boa parte das forças sociais relevantes no período. Como desdobramento disto, é notável o distanciamento da realidade por parte do modo como a Liga das Nações conduziu toda a sua atuação. Alheia inclusive em relação aos Estados-membros que não contribuíam para a organização. Seus custos foram cobertos por doações de mecenas milionários. Ainda assim, a organização não teve recursos suficientes para seu funcionamento. Murphy também destaca a

necessidade de construir uma nova governança global mais inclusiva, na qual as organizações associadas com a Liga buscassem de certa forma equalizar os diferentes Estados como parte de uma orientação para prevenir um novo conflito de proporções mundiais. Contudo, tal imperativo não foi concretizado pela Liga.

Foi justamente essa perspectiva mais inclinada a uma orientação de cunho mais keynesiano que marcou todo o sistema de organizações (UNCTAD, UNICEF, etc.) associado à ONU desde 1945 até os anos 1970. Com um vínculo mais efetivo com os Estados, a ONU teve atuação relevante na busca de resolução de conflitos e no financiamento, em alguns casos, de programas de desenvolvimento em países tercermundistas, ainda que isto tenha corroborado políticas de governos de orientação populista. Marcou o período em questão, assim como o das uniões internacionais, um caráter mais coercitivo¹. Tal ponto foi ausente no interregno da Liga das Nações. Evidentemente que as organizações associadas à ONU atuaram na perspectiva de fortalecer a hegemonia norte-americana. Como parte disto, organizações como o FMI (Fundo Monetário Internacional) direcionaram principalmente no fim da Guerra Fria políticas liberais no Terceiro Mundo e no Leste Europeu que resultaram em crises que reforçaram tal quadro hegemônico (MURPHY, 1994).

Ainda que se aponte as virtudes e méritos do livro de Murphy, não se pode omitir suas vicissitudes. Cite-se apenas algumas, dentre várias omitidas aqui em função dos limites de espaço.

O livro é marcado por um preocupante ecletismo que vê várias compatibilidades entre o ideário liberal de Adam Smith e as formulações de Marx sem maior argumentação ou referência a autores que sustentem tal relação. O marxista Antonio Gramsci é apontado como autor que combina idéias realistas, marxistas e liberais, proporcionando uma visão mais completa do plano internacional do que a perspectiva liberal. Novamente neste caso, Murphy carece de argumentação e fontes. Valendo-se de edições mutiladas do pensamento de Gramsci e não da completa edição crítica de seu opus carcerário (GRAMSCI, 1975), Murphy vai além e identifica o conceito de uma sociedade civil internacional na obra do comunista italiano. Murphy associa o conceito mencionado às organizações internacionais e todo o seu aparato. Tal conceito não existe na obra gramsciana. Até porque a sociedade civil conforme Gramsci conforma uma

unidade orgânica entre Estado e sociedade civil. No plano internacional, isto teria como desdobramento um Estado mundial. A perspectiva metodológica gramsciana de tradução (ressignificação não mecânica) da categoria de sociedade civil para outras especificidades históricas e culturais sequer é cogitada neste caso. Em conjunto com a perspectiva gramsciana, Murphy vê o quadro internacional como anárquico. Ou seja, desenha um quadro competitivo e anti-social do além-fronteiras em perspectiva hobbesiana, ignorando a interpretação histórico-social de Gramsci derivada de Marx que é incompatível com o pressuposto ahistórico de uma inerente natureza humana e dos Estados de cunho egoísta e ambicioso.

Ecletismo à parte, deve ser registrado que alguns conceitos aparecem e não são sequer explicados em notas de rodapé. A título de exemplificação, mencione-se o raciocínio econômico do feito Owen+, mostrando certa despreocupação com o leitor leigo.

A questão das fontes é outro ponto preocupante do ecletismo de Murphy. Usar fontes conceitualmente divergentes não é um problema a priori. O cerne está na justificativa e no modo como se trabalha tais conceitos e fontes de modo que não se tornem incompatíveis. Por outras palavras, que tais fontes não entrem em choque dentro de uma mesma linha de argumento. O ecletismo consiste no uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados+ (OLIVEIRA, 1995, p. 263). Ou ainda, que abordem conceitos e categorias divergentes entre si como se fossem parte do mesmo problema ou da mesma formulação.

A filiação de Murphy à teoria crítica das relações internacionais (COX, 1981) é anunciada no livro. Assim sendo, deveria ser adotado o princípio da historicidade do tratamento dos vários assuntos que compõem o temário internacional. Todavia, o que se vê no apêndice metodológico do livro de Murphy é tributário de um procedimento que contraria a anunciada historicidade no tratamento das fontes. Murphy simplesmente efetua uma contabilidade de fontes disponíveis sobre determinadas organizações internacionais para identificar as instituições e respectivas variáveis relevantes a serem abordadas. Como compatibilizar fontes disponíveis como uma totalidade histórica e de variáveis defendida pelo pioneiro da teoria crítica nas relações internacionais, Robert W. Cox? Tal

questão passa ao largo do livro de Murphy. Isto denota haver muito ainda a avançar na compatibilização teórico-prática-metodológica no âmbito dos estudos críticos e gramscianos em Relações Internacionais. O livro de Murphy é exemplar de tais desafios a serem enfrentados pelos teóricos críticos e estudiosos de Antonio Gramsci ●

¹ Murphy usa metaforicamente a figura do panóptico de modo ampliado para explicar tal caráter coercitivo do sistema internacional e da governança internacional. O panóptico foi um mecanismo projetado pelo filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) para controle das prisões. Ele consistia na localização privilegiada do vigilante, que possuía visão centralizada sobre todas as celas. Nas celas, seus ocupantes não tinham visão do todo nem podiam perceber se o vigilante se encontrava em seu lugar de observação. Isto sempre passava a sensação de haver alguém vigiando mesmo que isto não ocorresse de fato. Gradativamente, o panóptico foi amplamente incorporado na arquitetura e nos projetos urbanísticos das cidades até os dias atuais. O panóptico apareceu nas análises de Michel Foucault para explicar parte das questões %microscópicas+ de controle no interior das sociedades. Ver a respeito FOUCAULT, 2001.

Referências:

AUGELLI, E. & MURPHY, C.: Gramsci e as relações internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo. In: GILL, S. (org.): *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 201-226.

BARKIN, J. S.: *International Organization: Theories and Institutions*, New York: Palgrave Macmillan, 2006.

COX, R. W.: *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*, In: *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 10, No. 2, p. 126-155, 1981.

FOUCAULT, M.: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GILL, S. (org.): *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A.: *Quaderni del Carcere*, Torino: Einaudi, 1975.

HERZ, M. & HOFFMANN, A. R.: *Organizações Internacionais: história e práticas*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MURPHY, C. N.: *International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850*, Cambridge: Polity Press, 1994.

OLIVEIRA FILHO, J. J.: *Patologias e regras metodológicas*, In: *Estudos Avançados*, 9 (23), p. 263-268, 1995.

SEITENFUS, R.: *Manual das organizações internacionais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

*** Professor Assistente Doutor I da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. Coordenador do grupo interinstitucional de pesquisa I Marxismo e Pensamento Político I do Centro de Estudos Marxistas-UNICAMP e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp.**

- Números anteriores das publicações do Curso de Economia – Informe Econômico e Texto de Discussão –, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no site da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.
- Os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores, conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.
- Esta publicação possui classificação *Qualis*, sistema de avaliação CAPES, nas áreas: Economia, Interdisciplinar, História, Serviço Social, Filosofia, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Ambientais, Sociologia e Geografia. Mais informações: WebQualis.

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 14 – n. 29 – abr. 2013 **Reitor UFPI**: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Diretor CCHL: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Chefe DECON: Prof. Ms. Janaina Martins Vasconcelos

Coord. Curso Economia: Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade

Editor-chefe: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Editora-assistente: Economista Esp. Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira/UFC, Prof. Dr. Alvaro Bianchi/Unicamp, Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade/UFPI, Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri/Unicamp, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas/UFPI, Prof. Dr. Luizir Oliveira/UFPI, Prof. Dr. Marcos Del Roio/UNESP, Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires/UNESP, Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos/UNESP, Prof. doutorando Samuel Costa Filho/UFPI, Prof. Dr. Soconro Lira/UFPI, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/Unicamp, Economista Ms. Zilneide O. Ferreira.

Revisão: Zilneide O. Ferreira e João Paulo Santos Mourão

Projeto gráfico: Neulza Bangoim

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães/DCS-UFPI

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Piauí-CCHL-DECON-Campus Ininga
Teresina-PI CEP: 64.049-550 Fone: (86)3215-5788/5789/5790 – Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica-UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.



